



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FCS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL – PPGAS

Adelino Adilson de Carvalho

**ACARY DE PASSOS OLIVEIRA: PERCURSOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A  
FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS**

Goiânia  
2024



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

ADELINO ADILSON DE CARVALHO

#### 3. Título do trabalho

ACARY DE PASSOS OLIVEIRA: PERCURSOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
  - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Adelino Adilson De Carvalho, Discente**, em 11/07/2024, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo De Moraes Wichers, Professor do Magistério Superior**, em 12/07/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4665090** e o código CRC **47CC728D**.

---

Adelino Adilson de Carvalho

**ACARY DE PASSOS OLIVEIRA: PERCURSOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A  
FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Área de concentração: Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Camila A. de Moraes Wichers

Coorientadora: Profa. Dra. Rosani Moreira Leitão

Goiânia  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carvalho, Adelino Adilson de  
ACARY DE PASSOS OLIVEIRA [manuscrito] : PERCURSOS E  
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO  
ESTADO DE GOIÁS / Adelino Adilson de Carvalho. - 2024.  
XXI, 159 f.

Orientador: Profa. Dra. Camila A. de Moraes Wichers; co  
orientadora Dra. Rosani Moreira Leitão.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Acary de Passos Oliveira. 2. Antropologia em Goiás. 3. Museu  
Antropológico da UFG. 4. Sertanismo. I. Wichers, Camila A. de Moraes,  
orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATA DE DEFESA DE TESE**

Ata nº 002/24-D da sessão de Defesa de Tese de **ADELINO ADILSON DE CARVALHO**, que lhe confere o título de Doutor em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2024, às 14:30 horas, via webconferência, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **ADELINO ADILSON DE CARVALHO**, intitulada **ACARY DE PASSOS OLIVEIRA: PERCURSOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS**. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG - presidente); Rosani Moreira Leitão (coorientadora - PPGIDH/ MA/UFG); Camilo de Mello Vasconcellos (membro externo - MAE/USP); Dilamar Cândida Martins (membro externo - UFG); Maurides Batista de Macêdo Filha (membro externo - PPGIDH/UFG) e Alexandre Ferraz Herbetta (membro interno - PPGAS/UFG). O candidato apresentou seu trabalho, foi arguido pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído ao doutorando o seguinte resultado: **aprovado** pelos seus membros. Reabertos os trabalhos, o presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e os/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Maurides Batista De Macedo Filha, Usuário Externo**, em 19/07/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilo de Mello Vasconcellos, Usuário Externo**, em 23/07/2024, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dilamar Candida Martins, Usuário Externo**, em 23/07/2024, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo De Moraes Wichers, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2024, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ferraz Herbetta, Professor do Magistério Superior**, em 29/07/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosani Moreira Leitao, Professora do Magistério Superior**, em 29/07/2024, às 20:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4680981** e o código CRC **1D31CD6F**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.012690/2024-05

SEI nº 4680981

“Houve muitas mortes, mas o fio telegráfico chegou ao Amazonas”  
(ACARY, 1992)

*In memoriam* daqueles que foram dizimados em nome do progresso e da modernidade.

## AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho. Uma pesquisa de doutoramento, mesmo sendo uma viagem solitária em muitos momentos, várias pessoas e instituições fizeram parte desta jornada. Mesmo correndo sérios riscos de esquecer de algumas pessoas ou órgãos, externo os meus sinceros agradecimentos à:

Primeiramente aos colegas de turma, que juntos vivemos além dos aprendizados diversos, as angústias e incertezas de um momento político tão desastroso e conturbado e, mesmo assim, nos apoiamos durante as disciplinas.

À minha família, especialmente à Valentina e Léo que, mesmo sem saberem, foram o meu desafogo nos momentos mais críticos ao longo dos últimos anos. Com eles aprendi a ser mais leve e brincalhão (*pero no mucho*). Eterna gratidão à família Candeiro (minha segunda família) pelo apoio, suporte nos momentos de perdas de entes próximos. A vocês, o meu muito obrigado.

Ao Museu Antropológico, à colega Sandra, a todos(a) os(as) servidores(ras), estagiários(as), às coordenações e à direção por abrirem as portas dos locais que pretendia fazer as pesquisas documentais. Esse suporte foi fundamental em todo o processo durante os estudos.

Em especial, e através dele um reconhecimento a todos(as) os(as) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, gratidão ao Prof. Alexandre Herbetta por me apontar os primeiros caminhos na Antropologia. Mais do que isso, por me aceitar como aluno especial e me incentivar no projeto que submeti ao programa de seleção do mestrado após cursar sua disciplina.

Um muito obrigado especial aos seguintes servidores do Centro de informação, Documentação e Arquivo (Cidarq): Flávio Pereira Diniz, amigo e colega que, prontamente, se dispôs a me ajudar nas pesquisas referentes à Acary de Passos, me apresentando aos servidores responsáveis pelo atendimento do meu caso; Genésio Campos de Freitas pelo empenho na procura de dossiês, processos relativos ao pesquisado, a quem agradeço imensamente por me receber de forma tão prestativa a calorosa; André Wilson Batista Veloso pela digitalização de todos os documentos que constavam no Cidarq.

Também agradeço aos colegas servidores da Diretoria de Administração de Pessoas (DAP/PROPESSOAS-UFG) Wilma Maria Gonçalves dos Santos, Diretora de Administração de Pessoas e Danillo Abbadia Melo pela gentileza ao receber-me e passar informações bem como ao acesso e uma cópia do currículo de Acary de Passos.

Muita gratidão ao antropólogo da Universidade Federal do Oeste do Pará, Prof. Dr. Eduardo Soares Nunes, por suas indicações de leituras e, principalmente, a localização de documentos relativos ao Acary de Passos no acervo documental do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da PUC Goiás.

Meu reconhecimento e gratidão aos doutores “Thiagos”. Ao ortopedista Dr. Thiago Barbosa Caixeta; ao fisioterapeuta Dr. Thiago Caetano Moreira da Silva Pinto; e à Fisioterapeuta Dra. Kelly Batista Correa Neves que cuidaram da minha saúde por aproximadamente sete meses. A vocês o meu obrigado por, além de cuidarem da saúde física, zelaram da mente, ouvindo, aconselhando, dando broncas. Estendo meus agradecimentos ao Ortopedista Dr. Pedro Vieira Martins Sampaio Drummond por cuidar do meu ombro e muitas outras dores em 2023, pela energia e carinho com que sempre nos recebem. Gratidão eterna ao amigo Gedeon Luiz pela ajuda, conselhos e pela inevitável pergunta diária: “Como está a tese”? Ao amigo carioca mais legal que conheço, Berg pelos altos papos e ajuda com o abstract. Ao amigo Luciano Vidal, meu muito obrigado pelo suporte com o uso das tecnologias.

Igualmente agradeço imensamente a Michael Wichers que fez o mapa da distribuição espacial das origens étnicas dos objetos que compõem a coleção Acary de Passos no MA/UFG e também pela formatação final deste trabalho.

Finalizando, agradeço as minhas orientadoras, Profa. Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers e Profa. Dra. Rosani Moreira Leitão, não só pelo apoio em vários momentos difíceis, mas acima de tudo, pelo diálogo sempre respeitoso, simétrico, seja acadêmico ou pessoal. Aprendi e aprendo muito com essas mulheres potentes e acolhedoras.

## RESUMO

Neste trabalho analisei a trajetória de Acary de Passos Oliveira, sertanista e primeiro diretor do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, com o objetivo de vislumbrar as suas contribuições para a formação do campo da Antropologia no Estado de Goiás, bem como compreender as influências políticas e sociais que moldaram suas ideias e ações. Além de consultas e estudos bibliográficos, a análise se baseou em uma revisão documental na perspectiva da etnografia de arquivos. Foram analisados documentos que estão sob a guarda do Museu Antropológico da UFG e do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC-Goiás, entre outros. O recorte cronológico abrange o período final da década de 1930, quando Acary de Passos inicia seu percurso em programas nacionais de integração do Brasil Central, até 1993, ano do seu falecimento. Dentro desse marco temporal, duas ações mereceram destaque: a criação e consolidação do Museu Antropológico da UFG e a formação de suas primeiras coleções etnográficas e arqueológicas. Entre outras conclusões o trabalho revela uma trajetória múltipla e complexa, que abriu caminhos para a construção do campo dos museus, da Antropologia, da Arqueologia e de outras áreas afins, na região.

Palavras-chave: Acary de Passos Oliveira. Antropologia em Goiás. Museu Antropológico da UFG. Sertanismo.

## ABSTRACT

In this work I analyzed the career trajectory of Acary de Passos Oliveira, a *sertanista*<sup>1</sup> and the first director of the Anthropological Museum of the Federal University of Goiás, with the aim of glimpsing his contributions to the formation of the field of Anthropology in the state of Goiás, as well as understanding the political and social influences that shaped his ideas and actions. In addition to bibliographical consultations and studies, the analysis was based on a documentary review from the perspective of archival ethnography. Documents held by the UFG Anthropological Museum and the Goiás Institute of Prehistory and Anthropology at PUC-Goiás, among others, were analyzed. The time frame covers the period from the late 1930s, when Acary de Passos began his work on national programs to integrate Central Brazil, to 1993, the year of his death. Within this time frame, two actions deserve to be highlighted: the creation and consolidation of the UFG Anthropological Museum and the formation of its first ethnographic and archaeological collections. Among other conclusions, this work reveals a multiple and complex trajectory, which paved the way for the construction of the field of museums, anthropology, archaeology and other related areas in the region.

Keywords: Acary de Passos Oliveira. Anthropology in Goiás. UFG Anthropological Museum. *Sertanismo*.

---

<sup>1</sup> Sertanistas: pioneer explorers who explored the Brazilian backlands and countryside in search of riches between the 16th and 18th centuries.

## RESUMEN

En este trabajo analicé la trayectoria de Acary de Passos Oliveira, sertanista y primer director del Museo Antropológico de la Universidad Federal de Goiás, con el objetivo de vislumbrar sus contribuciones a la formación del campo de la Antropología en el la provincia de Goiás, como así como comprender las influencias políticas y sociales que moldearon sus ideas y acciones. Además de consultas y estudios bibliográficos, el análisis se basó en una revisión documental en la perspectiva de la etnografía archivística. Se analizaron documentos que están bajo la guardia del Museo Antropológico de la UFG y el Instituto Goiano de Prehistoria y Antropología de la PUC-Goiás, entre otros. El período cronológico abarca desde finales de la década de 1930, cuando Acary de Passos inició su recorrido en los programas de integración nacional en el Centro de Brasil, hasta 1993, año de su fallecimiento. En este período se destacaron dos acciones: la creación y consolidación del Museo Antropológico de la UFG y la formación de sus primeras colecciones etnográficas y arqueológicas. Entre otras conclusiones, el trabajo revela una trayectoria múltiple y compleja, que abrió caminos para la construcción del campo de los museos, de la Antropología, de la Arqueología y de otras áreas afines en la región.

Palabras clave: Acary de Passos Oliveira. Antropología en Goiás Museo Antropológico de la UFG. Sertanismo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Porta de entrada do Miniauditório do MA/UFG.....	31
Figura 02 - Acary de Passos Oliveira e indígena Kamaiurá.....	40
Figura 03 - Trecho do diário da expedição Cinta Larga.....	44
Figuras 04 e 05 – Contratos de trabalho na UFG e na UCG.....	45
Figura 06 - Capa do livro Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição.....	55
Figuras 07 a 09 - Capas de livros e artigo que abordam a Coleção da Lagoa Mirarré.....	55
Figura 10 - Capa do livro Exposições de Antropologia.....	56
Figura 11 - Capa do livro Palestras e debates sobre o Índio Brasileiro.....	56
Figura 12 - Capa do livro Conhecendo o Índio.....	57
Figura 13 - Foto da Expedição Roncador-Xingu.....	60
Figura 14 – Contextualização da ERX.....	69
Figura 15 – Itinerário da Expedição Roncador-Xingú.....	70
Figura 16 - Acary de Passos treinando guardas da GRIN.....	80
Figura 17 - Acary de Passos posando para foto junto com os guardas da GRIN.....	80
Figura 18 - Acary de Passos em pose para foto com guardas da GRIN.....	80
Figura 19 - Homens indígenas e não indígenas carregando uma panela Waurá.....	83
Figura 20 – Colagem de manchetes da época.....	84
Figura 21 - Viagens realizadas para pesquisas e aquisição de acervos no período de 1969 até 1982.....	97
Figura 22 – Etnias representadas por um ou mais objetos no acervo do MA/UFG.....	99
Figura 23 – Pesquisadores(as) responsáveis pelos primeiros objetos do acervo do MA/UFG.....	100
Figura 24 – Montagem de fotos de Acary em seu acervo particular, em sua chácara.....	102
Figura 25 – Origem étnica dos objetos que compõem a Coleção Acary no MA/UFG.....	104

Figura 26 – Distribuição espacial das origens étnicas dos objetos que compõem a Coleção Acary de Passos no MA/UFG.....	105
Figura 27 – Acary de Passos com os objetos da Coleção Lagoa Mirarré.....	108
Figura 28 - Localização da Lagoa Mirarré em relação ao rio Xingu.....	110
Figura 29 – Acary de Passos no museu, então instalado no Lago das Rosas.....	111
Figura 30 – Montagem com matérias sobre a Coleção da Lagoa Mirarré.....	112
Figura 31 – Reportagem sobre a Lagoa Mirarré com Orlando Villas Bôas, em 1974.....	113
Figura 32 – Montagem de fotos de Acary de Passos Oliveira e sua esposa Maria Aparecida Delgado Oliveira.....	123
Figura 33 – Esquema com marcos cronológicos do contexto analisado.....	133
Figura 34 – Poster das bonecas Karajá em diferentes formas e representações.....	142
Figura 35 – Esquema com Manchetes de matérias com Acary de Passos.....	146

## LISTA DE TABELAS

Tabela1 - Fases das bonecas Karajá Ritxoco – características.....	140
---	-----

## LISTA DE APÊNDICES

Anexo I - Carta assinada por Acary de Passos como Coordenador do MA/UFG.....	167
Anexo II – Publicação referente ao curso “Métodos e Técnicas Arqueológicas” .....	168
Anexo III - Curriculum Vitae de Acary de Passos Oliveira.....	169
Anexo IV – Memorando de Acary de Passos à Reitoria.....	172
Anexo V – Nota de Empenho do MEC.....	174
Anexo VI – Outorga de título de Cavaleiro à Acary de Passos.....	176
Anexo VII - Portaria nº 231/69 criando a GRIN.....	177
Anexo VIII – Galeria de todos(as) os(as) Diretores(as) do MA/UFG.....	180

## LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conselho de Curadores
CD	Conselho Diretor
CEPEC	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
CIDARQ	Centro de Informação, Documentação e Arquivo
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DAA	Departamento de Assuntos Acadêmicos
DAS	Departamento de Antropologia Social
DAP	Departamento de Administração de Pessoas
DASP	Diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público
DOU	Diário Oficial da União
ERX	Expedição Roncador-Xingu
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FBC	Fundação Brasil Central
FCS	Faculdade de Ciências Sociais
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Originários
GEMINTER	Grupo de estudo e Pesquisa em Museologia e Interdisciplinaridade
GLAES	Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos
GO	Goiás
GRIN	Guarda Rural Indígena
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
ICOM	Conselho Internacional de Museu
IES	Instituições de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IGPA	Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
LABARQ	Laboratório de Arqueologia
MA/UFG	Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MN	Museu Nacional
NEAP	Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais
PIX	Parque Indígena do Xingu
PNX	Parque Nacional do Xingu
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PRPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PUC GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RBA	Reunião Brasileira de Antropologia
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TAE	Técnico em Assuntos Educacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCG	Universidade Católica de Goiás
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISAL	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	22
As faces de Acary de Passos Oliveira .....	29
As condições da pesquisa .....	32
A estrutura da tese .....	37
CAPÍTULO 1. NARRANDO UM “ATOR DESCONHECIDO” .....	39
1.1. Percursos de Acary de Passos Oliveira .....	41
1.2. Um sujeito, muitas ocupações e cargos .....	46
1.3. Acary de Passos, suas narrativas e publicações.....	53
CAPÍTULO 2. A MARCHA PARA O OESTE E A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU (ERX) .....	59
2.1. A Expedição Roncador-Xingu (ERX).....	68
2.2. Acary de Passos e os irmãos Villas Bôas .....	74
2.3. A Guarda Rural Indígena.....	77
CAPÍTULO 3. ACARY DE PASSOS E A CRIAÇÃO DO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG.....	82
3.1. A formação dos acervos do Museu Antropológico da UFG .....	96
3.2. A Coleção Particular de Acary de Passos Oliveira .....	102
CAPÍTULO 4. A COLEÇÃO DA LAGOA MIARRARRÉ.....	107
4.1. Apontamentos sobre a biografia da coleção .....	113
4.2. O narrável e o inenarrável de uma coleção.....	117
CAPÍTULO 5 - ACARY DE PASSOS, PASSADO E PRESENTE: DESDOBRAMENTOS.....	122
5.1. Uma figura esquecida? Ou por uma história da antropologia no Sertão .....	126
5.2. Desdobramentos no Museu Antropológico da UFG .....	133
5.2.1. <i>O MA/UFG</i> e o estímulo à formação.....	135
5.2.2. As relações com o povo <i>Iny Karajá</i> , o registro e a salvaguarda das <i>Ritxoko</i> .....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	145
BIBLIOGRAFIA .....	151

## INTRODUÇÃO

Não sei...  
se a vida é curta  
ou longa demais para nós.  
Mas sei que nada do que vivemos tem sentido,  
se não tocarmos o coração das pessoas.  
Muitas vezes basta ser:  
colo que acolhe,  
braço que envolve,  
palavra que conforta,  
silêncio que respeita,  
alegria que contagia,  
lágrima que corre,  
olhar que sacia,  
amor que promove.  
(Saber Viver – Cora Coralina)

A citação escolhida como epígrafe desta introdução reflete o que será abordado ao longo deste trabalho, pois remete à ideia de vida em comunidade e celebra a partilha, o afetar e deixar-se ser afetado pelo outro (FAVRET-SAADA, 2005). Também o ver, ouvir e escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) serão elementos da perspectiva antropológica escolhida, assim como identificar as sensibilidades, necessidades, razões e prioridades dos atores sociais que atravessam nossas vidas e pesquisas, muitas vezes despercebidos.

A concepção antropológica de Roberto Cardoso de Oliveira (1996) sobre o saber ver, ouvir e escrever é uma abordagem importante para compreender as sociedades e as culturas produzidas pelo humano. Ele aponta que a observação participante, a escuta atenta e o registro escrito são ferramentas cruciais para o trabalho do(a) antropólogo(a). A observação participante significa que o pesquisador está presente na cultura a ser estudada, vivenciando-a, e isso o permite compreender mais a fundo os valores, crenças e práticas dos membros dessa comunidade. A escuta atenta envolve prestar muita atenção no que as pessoas estão dizendo durante entrevistas ou conversas informais. Essa técnica ajuda o(a) antropólogo(a) a capturar nuances importantes sobre a cultura analisada. Já o registro escrito refere-se à documentação cuidadosa das informações coletadas pelo pesquisador durante sua pesquisa de campo e pode ser feito por meio de notas escritas à mão ou digitais. Esses três eixos (ver, ouvir e escrever), quando combinados, permitem-nos identificar padrões culturais ocultos e explicar como eles afetam as vidas dessas pessoas.

Baseado nessa perspectiva antropológica de Cardoso de Oliveira (1996), estou ciente da importância da reflexividade e da criticidade ao escolher a trajetória de Acary de Passos Oliveira como objeto de pesquisa. O trabalho etnográfico, realizado em arquivos no presente

estudo, permitiu-me complexificar meu olhar acerca da trajetória de Acary de Passos e do contexto social e histórico em que ele estava inserido. Com ênfase no período final da década de 1930 até início dos anos 1990, esse estudo desvela as contribuições e contradições de Acary de Passos e de seus contemporâneos para a conformação de uma Antropologia no estado de Goiás, levando em consideração que tal colaboração sempre esteve interligada a outras áreas do conhecimento como a Arqueologia, a Linguística<sup>2</sup>, a Museologia, a História, a Sociologia, a Geografia e a Educação, dentre muitos outros campos do conhecimento.

No que se refere aos arquivos<sup>3</sup> como métodos para essa investigação, estou consciente dos limites e da natureza dos arquivos por ele formados durante a sua trajetória como indigenista, sertanista ou vinculado à instituições acadêmicas, do erro de imaginá-los qualificados para propiciar uma imersão na vida e nas experiências do personagem investigado. Sobre esse mergulho, de acordo com Heymann (1997, p. 541-542)

É quase irresistível aos cientistas sociais o encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até então invisíveis da história e do mundo social. Esta sensação é fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens. O acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua "papelada", vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes.

Sobre a formação dos arquivos privados conforme (Santos, 2000, p. 33)

A formação de um arquivo privado se concretiza na medida em que o titular passa a agrupar documentos resultantes de conjuntos de atos, em concordância com o seu modo de vida. Ele agrupa os itens documentais, dispondo-os próximos ou distantes, segundo uma necessidade presumida ou a constância dos acontecimentos. [...] Eles representam sempre o vínculo pessoal que o titular mantém com o mundo. O sentido monumental e histórico do arquivo privado não é descoberto pelo profissional de arquivo. Ele se encontra presente no próprio ato intencional de acumular documentos. O arquivo passa a representar uma espécie de pirâmide. Guarda a memória do titular e a de seu tempo para as gerações futuras, podendo contar muito mais do que se imagina.

---

<sup>2</sup> Nota-se a influência, à época, do modelo dos quatro subcampos da Antropologia (Arqueologia, Linguística, Antropologia Física e Antropologia Cultural).

<sup>3</sup> Como será explicitado parte do conjunto documental analisado consiste em arquivo doado pela família de Acary de Passos após o seu falecimento MA/UFG.

O meu campo de pesquisa deu-se em arquivos, tanto físicos quanto virtuais, buscando informações importantes em documentos guardados em pastas e prateleiras (físicos) ou salvos em meios digitais. Os arquivos físicos são aqueles impressos ou escritos à mão em suportes de papéis, enquanto os virtuais estão armazenados em computadores ou na Internet. A minha pesquisa envolveu um olhar antropológico para esses tipos de arquivos. Além do olhar, estive atento também ao fato de que esses arquivos “falam”, isto é, contam histórias, narram fatos que foram criados em um determinado momento no tempo, eventos e/ou lugares. Por seu turno, o registro e a escrita etnográfica atravessaram essa caminhada.

Ao pontuar que o campo etnográfico da pesquisa é o arquivo não posso deixar de me referir ao campo tradicional da Antropologia, consagrado por Malinowski, quando propunha o contato mais íntimo possível com os “nativos” (MALINOWSKI, 1922), o que permitiria, a partir dessa imersão, interações face a face do(da) antropólogo(a) com os “pesquisados”, concebendo uma descrição densa (GEERTZ, 2008). Quando o campo de pesquisa é o arquivo, assumo que é um campo bem peculiar, com especificidades próprias, que traz consigo muitas diferenças se comparado ao campo tradicional da etnografia antropológica, mas também possui semelhanças importantes capazes de nos colocar defronte com os sujeitos onde se possa fazer igualmente a observação participante (CASTRO, 2008).

Esse olhar mais aproximado me proporcionou analisar a forma como esses atores sociais se rearranjaram no passado, que teias (GEERTZ, 2008) teceram, como foram esses trânsitos, dentre outras questões. São esses atores, sejam individualizados ou sociabilizados em seus múltiplos contextos de atuação, os responsáveis pela trama aqui narrada.

Ainda sobre o arquivo e suas relações com a etnografia, o assunto é tratado por (CASTRO, 2008) e (CUNHA, 2004) para quem a pesquisa em arquivo contrasta com a pesquisa de campo e, por isso, a legitimidade das pesquisas em arquivos, por suas peculiaridades, e a sua transformação em uma etnografia é vista com ceticismo. Para Cunha (2004, p.293)

Se a possibilidade de as fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a ideia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo, “dialogar” com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas ‘vozes’ forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições.

Um arquivo é um local com documentos como fotos, cartas e registros históricos, incluindo objetos físicos e artefatos culturais. A antropóloga citada acima, nesse mesmo artigo escreve que entre os muitos lugares onde os(as) antropólogos(as) têm ido fazer suas

investigações, está o arquivo e, dentro dessa categoria, encontram-se os arquivos institucionais e os arquivos pessoais, aqui entrecruzados. Nesse caso em específico, conhecer o acervo associado à trajetória de Acary de Passos Oliveira, nos informa sobre a vida do próprio Acary de Passos, mas também sobre os modos de vida dos povos indígenas com os quais ele manteve contato devido às expedições por ele coordenadas e posteriormente grafadas em diários de campo. Nessa perspectiva, considerarei os contextos nos quais os documentos estão inseridos, ou seja, os contextos sócio-históricos mais amplos e os contextos de como esses arquivos estão disponibilizados.

Ademais, os arquivos são importantes para a pesquisa antropológica, uma vez que podem nos revelar aspectos do cotidiano bem como as relações sociais do “investigado”, mas podem estar incompletos, o que pode ser um dificultador para uma interpretação correta. Em razão disso, os(as) antropólogos(as) devem ter um olhar crítico e complementar informações com outras fontes. A análise cuidadosa dos contextos é crucial para evitar interpretações equivocadas e garantir ética na pesquisa.

Merece destaque o fato de que o acesso aos arquivos também nos apresenta vários contratempos que lhes são inerentes, cito como exemplo: há um horário fixo, pré-determinado pela instituição onde está o arquivo, no sentido da permanência do pesquisador. Nesses órgãos já existe uma rotina que antecede às visitas do investigador e isso não pode ser ignorado. Uma outra adversidade que aparece são os intermediários, aqueles que podem ser tanto o proprietário, o arquivista, bem como também a pessoa responsável pela guarda do acervo na corporação. É importante ressaltar que muitos arquivos históricos possuem documentos em estado precário de conservação, o que pode dificultar o acesso e a leitura dos mesmos. Alguns documentos podem estar ilegíveis ou até mesmo faltando partes importantes. Além disso, há também a questão da disponibilidade dos documentos, já que alguns arquivos possuem restrições de acesso a determinados materiais por motivos de sigilo ou proteção à privacidade de terceiros. Por fim, destaca-se ainda a necessidade de cuidado e atenção por parte do pesquisador ao manusear os documentos físicos devido à sua fragilidade e por serem, muitos deles, únicos e insubstituíveis.

Contudo, isso não impede que o trabalho seja realizado. O pesquisador deve lançar mão do que lhe for possível e, a partir daí, aproximar-se, observar e ler textos, recortes e imagens de forma atenta, fazer perguntas ao conjunto dos documentos e aos conteúdos, atentar-se até mesmo à falta de informações. É necessário cruzar dados de diversas fontes, fazer conjecturas criando imagens mentais referentes a conexões entre acontecimentos e personagens e suas relações sociais. Deve estar ciente das limitações e possíveis vieses presentes nas fontes

utilizadas, buscando sempre uma análise crítica e reflexiva dos dados. É importante também considerar as diferentes perspectivas culturais envolvidas, evitando assim uma visão eurocêntrica ou etnocêntrica da realidade estudada. Este trabalho é complexo e exige dedicação e sensibilidade para compreender a diversidade humana presente em cada contexto social, o que vai ao encontro do que antecipava Geertz (2008, p. 7)

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

A etnografia é uma atividade que busca compreender dinâmicas culturais e sociais. Ela vai além de técnicas pré-definidas, a seleção de informantes, transcrição de textos, levantamento de genealogias e mapeamento de campos (GEERTZ, 2008), envolvendo um esforço para capturar a complexidade da realidade cultural, buscando uma descrição densa que adentra os meandros das significações e relações culturais. Sobre o ato etnográfico, Geertz (2008, p. 15) advoga que “Não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele represente: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’”

A descrição densa requer uma análise minuciosa do contexto e das pessoas envolvidas, levando em conta relações de poder, influências culturais e históricas. Ela busca contextualizar o evento em seu ambiente histórico e sociocultural mais amplo. Isso permite uma análise mais holística e abrangente, que não se limita apenas aos eventos isolados.

A abordagem etnográfica se distingue pela sua capacidade de reorganizar dados inicialmente percebidos como fragmentados, informações dispersas e pistas soltas, transformando-os em um novo arranjo de significado. São esses fragmentos, aparentemente desconexos, que, em algum momento, podem se harmonizar e formar um todo coerente, oferecendo uma nova compreensão da realidade estudada. Nesse sentido corroboro com o pensamento de José G. Magnani (2002, p. 17)

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento. Em suma: a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu

contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido”.

Ainda sobre a etnografia como método, valho-me da interpretação de Eduardo Restrepo (2016, p. 32)

A etnografia como metodologia, como enquadre, estaria definida pela ênfase na descrição e nas interpretações situadas. Como metodologia, a etnografia buscaria oferecer uma descrição de determinados aspectos da vida social tendo em consideração os significados associados pelos próprios atores - o que referíamos como a perspectiva do sujeito (tradução livre).

Esse enfoque etnográfico analisa a vida de Acary de Passos em diferentes contextos, revelando memórias que moldaram sua história. O método permitiu uma análise crítica das relações de poder presentes na produção dos documentos estudados e a imersão no campo capturou nuances e significados não percebidos por outros métodos. Ao adentrar nos arquivos do MA/UFG, encontrei não apenas documentos e fotos, mas também a coleção de objetos etnográficos que pertenceram ao meu interlocutor.

Ao perceber as distintas subjetividades e olhares que podem e devem ser aplicados aos arquivos, os comparo à visão do museu como zona de contato (JAMES CLIFFORD, 1993), pois envolvem vários sujeitos: historiadores, pesquisadores, instituições e, principalmente, os espólios, além de possuírem várias subjetividades e olhares que se encontram para interpretar as informações contidas nos documentos.

Para entender melhor essa comparação, podemos pensar no exemplo de um objeto exposto em um museu. Dependendo da perspectiva do observador, aquele objeto pode ter significados distintos. Um historiador pode analisá-lo sob o ponto de vista político-social da época em que foi produzido; já um artista pode enxergá-lo como uma obra estética. Da mesma forma, quando lidamos com arquivos históricos ou documentos oficiais, é possível que existam diversas interpretações possíveis a partir das diferentes visões envolvidas. Assim como em um museu, cada pessoa traz consigo sua própria subjetividade e experiências pessoais ao lidar com esses materiais. Deduzo então que os arquivos não são apenas fontes objetivas de informação - eles também carregam consigo múltiplas camadas subjetivas que precisam ser levadas em conta na hora da pesquisa e análise desses documentos.

Compreender essas subjetividades presentes nos arquivos foi vital para o desenvolvimento da pesquisa. As perspectivas dos pesquisadores e contextos históricos devem ser consideradas, pois acredito (e a literatura corrobora com isso) que os arquivos são espaços

de encontro entre diferentes visões de mundo, portanto, podem ter diferentes narrativas e leituras diversas.

No decorrer deste estudo não me atentei apenas em como esses documentos foram/são sistematizados, arranjados, classificados e indexados, não menosprezando tais abordagens. Considerei o arquivo como um campo etnográfico rico em narrativas, habitado por sujeitos políticos e sociais. Nesse percurso de investigação antropológica, pude analisar, fiz suposições e construí narrativas outras para que no final tivesse possíveis “respostas” ao problema de pesquisa, esmiuçado a seguir, mas também novas provocações e questionamentos acerca do tema.

Em suma, minha pesquisa está longe do campo etnográfico tradicional estabelecido desde a época de Malinowski. Não obstante, estou ciente de que a pesquisa em arquivo possibilita uma nova fonte de leitura, o que acarreta também novas interpretações, como bem observou (CUNHA, 2004), ver imagens e ouvir vozes de um tempo distante e, a partir delas, produzir narrativas, memórias sobre fatos, pessoas, coisas, situações e lugares próximos, constitui o objeto quando o campo é o arquivo, que será o fio condutor dessa viagem no tempo pretérito, tempo este marcado também por tensões políticas, sociais, estruturais, mas de grande importância para a formação do personagem principal: Acary de Passos Oliveira.

### **As faces de Acary de Passos Oliveira**

Entrevistas, livros, artigos, sons, matérias na imprensa regional e nacional, imagens fotográficas, relatórios institucionais e diários de campo integram o acervo do Acary de Passos. A investigação em questão abrangeu, como citado acima, o período final da década de 1930 até a sua morte, ocorrida em 1993. Trarei algumas observações anteriores a esse período, mas o farei de forma a aprimorar a compreensão dos fios dessa narrativa. Além disso, a análise procurou identificar possíveis lacunas e contradições, tendo como objetivo compreender a trajetória e sua atuação, primeiro como diretor do MA/UFG e posteriormente o convite para trabalhar no IGPA da PUC Goiás.

A escolha desse recorte temporal foi fundamental para entender a trajetória do meu interlocutor, em especial o período em que ele deu início a um capítulo crucial de sua vida ao ingressar na Expedição Roncador-Xingu (ERX) em 1943 e atuando nela até 1944. Esse período marcou significativamente sua carreira e vida pessoal, principalmente devido a um contato mais estreito com os povos indígenas. Os documentos referentes a esse período fornecem uma janela única para entender suas experiências.

O acervo analisado contempla, além de diários de campo, outras fontes como correspondências, fotografias, documentos relacionados que desempenharam um papel importante para uma compreensão mais completa do contexto que cercava Acary de Passos durante aqueles anos. Essas fontes me permitiram traçar um quadro mais abrangente de sua trajetória, bem como dos conhecimentos e experiências que o tornaram uma figura influente, tanto na ERX quanto em outras expedições subsequentes.

O interesse em realizar um estudo sobre Acary de Passos Oliveira está ligado à minha trajetória profissional no MA/UFG, que começou em março de 2015 ao assumir o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no Museu, mais precisamente na Coordenação de Intercâmbio Cultural. A comunicação do Museu Antropológico com a sociedade e com os diversos públicos que vão ao museu cotidianamente, incluindo as ações educativas com os grupos escolares, é feita por essa Coordenação.

Na minha Dissertação de Mestrado, defendida em novembro de 2018 intitulada “Compreendendo as relações do Museu Antropológico da UFG com os seus públicos”, partindo de uma perspectiva antropológica, busquei compreender as interações do Museu Antropológico com os seus distintos visitantes. A recepção desse público escolar - majoritariamente formado por estudantes da Educação Básica - envolve um pequeno recorte histórico do Museu, apontando como e para que ele foi criado, como foi pensado, assim como são apresentados os diversos espaços, as reservas técnicas, os acervos, dentre outras informações históricas básicas sobre a instituição. Algumas dessas ações ocorrem em um miniauditório (Figura 01) com capacidade para 65 pessoas, que recebeu o nome de Acary de Passos Oliveira, em sua homenagem como criador e seu primeiro diretor<sup>4</sup>. Inclusive, em 2019, ano comemorativo dos 50 anos do Museu Antropológico foi elaborada pela antropóloga Rosani Moreira Leitão uma pequena biografia com uma foto de Acary de Passos para ser afixada no espaço, mas devido à reforma, a placa não se encontra por lá.

---

<sup>4</sup> Ver a galeria de todos os diretores do MA/UFG no anexo VIII.

Figura 01 - Porta de entrada do Miniauditório do MA/UFG.



Fonte: Autor, 2021.

É importante que se entenda que não pretendo fazer uma volta ao passado, mas baseando-me em diversos documentos, de tipologias distintas (ofícios, fotos, cartas, diários, dentre outros) tentarei entender de que forma esse passado está refletido no contexto contemporâneo da Antropologia do estado de Goiás, em especial, no que concerne ao Museu Antropológico da UFG.

Posto isso, afirmo que esse estudo teve como objetivo geral descrever a trajetória de Acary de Passos Oliveira, sob um viés etnográfico, bem como analisar a sua atuação na constituição do Museu Antropológico da UFG e na formação do campo da Antropologia no Estado de Goiás. Como objetivos específicos elenco:

- Traçar alguns fios da trajetória de Acary de Passos Oliveira, enquanto profissional e sujeito social;
- Contextualizar do ponto de vista político, econômico e social, a época em que Acary de Passos estava inserido e sua trajetória do sertanismo à academia;
- Compreender a idealização e a criação do Museu Antropológico da UFG;
- Discutir uma das coleções formadas por Acary de Passos no MA/UFG, qual seja, da Lagoa Mirarré;

➤ Analisar e discutir a contribuição de Acary de Passos para as diferentes áreas do conhecimento tanto para a UFG quanto para outras instituições com as quais ele teve vínculos, buscando refletir como algumas narrativas foram construídas ao longo da sua trajetória pessoal e profissional.

### **As condições da pesquisa**

Esse estudo também me estimulou a sair da “zona de conforto” e ir ao encontro do “outro” e da compreensão dos significados das suas ações, por meio de uma pesquisa in locu no acervo documental que está institucionalizado no Museu Antropológico da UFG. Outrossim, o fazer antropológico deu-se pela etnografia do arquivo, o que me permitiu uma imersão na vida de Acary de Passos como personagem etnográfico ao adentrar na sua trajetória enquanto ser social.

Dessa forma, a pesquisa se torna ainda mais desafiadora, pois não se trata apenas de uma coleta de dados distante e impessoal, mas de um mergulho na trajetória de uma pessoa concreta, já falecida, buscando compreender os significados por trás das suas ações, levando em conta sua posição social e histórica. Para isso, utilizei não apenas o acervo documental do Museu Antropológico da UFG, mas também o Fundo documental do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC Goiás, além de outras fontes bibliográficas relevantes para a temática em questão.

O levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica contemplou diversos campos do conhecimento, tais como: Antropologia, Arquivologia, História, Museologia, Sociologia, dentre outras, o que deu suporte para a compreensão das questões abordadas pelo estudo, aprofundando assim as discussões, os olhares e as análises sobre a temática ora apresentada.

O campo principal pesquisado deu-se no MA/UFG, onde se encontram arquivos compostos de documentos divididos, grosso modo, em quatro conjuntos:

- 1 - Documentação construída como “arquivo privado” que foi mantido sob sua guarda e posteriormente doado por sua filha, Ana Cristina Delgado, em 2010, ano em que se comemorava os 40 anos da instituição;
- 2 - Documentos científicos e administrativos do Museu Antropológico produzidos durante a gestão de Acary de Passos;
- 3 - Documentos guardados em outros espaços da UFG, como Departamento de Administração de Pessoas (DAP)/PROPESSOAS/UFG e no Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da UFG;

➤ 4 - Documentos do acervo do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da PUC Goiás.

Especialmente relevante para a tese foi o relatório e o acervo referentes ao projeto “Imagens e relatos de um sertão desconhecido”, desenvolvido no Museu Antropológico (2012-2013). Os pesquisadores<sup>5</sup> coordenados pela pesquisadora e antropóloga do MA/UFG, Rosani Moreira Leitão, organizaram o primeiro conjunto documental mencionado, caracterizado pela diversidade das temáticas presentes, bem como pela variedade de seus suportes. O fundo trabalhado abrange, entre outros documentos, de acordo com Leitão *et al*, (2013, p. 4)

6 fitas cassetes; 110 documentos iconográficos (incluindo pinturas, desenhos e grafismos de autorias indígenas); 768 diapositivos (slides); e aproximadamente 2.650 imagens fotográficas - incluindo fotos, negativos e cartões postais que retratam a diferentes sociedades indígenas com as quais Acary de Passos estabeleceu contato - além de cópias de entrevistas concedidas por Acary de Passos ou matérias publicadas em diferentes jornais diários e outros meios impressos e; diários de campo.

Como citado acima, a maior parte da minha pesquisa foi desenvolvida no acervo do MA/UFG, seja doado pela família de Acary de Passos e atualmente institucionalizado no Órgão, quanto dos documentos científicos institucionais produzidos no Museu Antropológico durante a sua gestão.

No entanto, vale ressaltar que a recuperação e organização desses documentos não foram tarefas simples. Devido à sua dispersão em diferentes setores do museu, foi necessário um esforço considerável para reunir, documentar, conservar e acondicionar esses materiais. Graças ao trabalho dedicado da equipe do MA/UFG, foi possível torná-los acessíveis a pesquisadores e ao público em geral.

Durante todo o processo etnográfico estudei e analisei as informações presentes nos arquivos. Foi importante prestar atenção se as informações fornecidas estavam ou não de acordo com os saberes coloniais impostos no passado, ou seja, se não havia uma preferência por certas narrativas em detrimento de outras. Busquei entender os significados por trás das ações de Acary de Passos e questionar as narrativas coloniais presentes nos documentos. Isso é significativo inclusive para perceber as ausências e silenciamentos de grupos marginalizados que podem ser ignorados nesses arquivos e quando aparecem é geralmente para reafirmar a superioridade do “dominante”.

---

<sup>5</sup> Além da Coordenadora, participaram desse projeto os seguintes pesquisadores: Gustavo de Oliveira Araújo (Cocoordenação); Michelle Nogueira de Resende (Auxiliar de Pesquisa); Brisa Evangelista de Queiroz (Estagiária Voluntária); Pedro Henrique Martins Silva (Estagiário Bolsista); Roberta Rodrigues de Souza Góes (Estagiária Bolsista) e; Thuani Gonçalves da Costa (Estagiária Bolsista).

A colonialidade pode não ser facilmente detectada e captada pois ela se reproduz, em diferentes níveis, mesmo na democracia das sociedades pós-coloniais, reforçando as desigualdades históricas e estruturais que sempre existiram. Um primeiro passo é reconhecer que ela ainda é atuante, mesmo no período pós colonização e para combatê-la é preciso, antes de tudo compreendê-la. Nesse sentido, para Grosfoguel (2008, p. 55-56)

A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão “colonialidade do poder designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

Penso ser importante desenvolver inicialmente uma discussão que permita um melhor entendimento partindo da perspectiva decolonial com os arquivos pesquisados. Como ponto de partida, é interessante considerar que o pensamento decolonial busca desconstruir a colonialidade, da lógica da modernidade capitalista, e a modernidade é um conceito, sobretudo, eurocêntrico (DUSSEL, 2005).

Sabe-se que o debate pós-colonial ganhou relevância na América Latina e de forma mais aprofundada após a fundação do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos (GLAES), inspirado principalmente no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos. Conforme Ballestrin (2013, p. 97)

Na década de 1980, o debate pós-colonial foi difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujos expoentes mais conhecidos no Brasil são Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (jamaicano) e Paul Gilroy (inglês). *O local da cultura, Da diáspora e Atlântico negro* foram reduzidos para o português e tiveram repercussão nas ciências sociais brasileiras. Em um contexto de globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas, sendo os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais.

Enquanto ativo esteve, esse grupo além de reconhecer as desigualdades históricas atreladas ao colonialismo, dentre outras coisas, buscava:

\* Valorizar os saberes tradicionais das minorias étnicas e/ou raciais;

- \* Criticar a exploração dos recursos naturais pelas potências mundiais;
- \* Questionar o currículo essencialmente eurocêntrico;
- \* incluir outras vozes na sala de aula e;
- \* promover um diálogo intercultural mais equilibrado.

Assim, a teoria decolonial é um campo interdisciplinar que surgiu no final do século XX como uma resposta crítica ao colonialismo e suas consequências persistentes em todo o mundo. Ela busca desafiar as estruturas de poder e dominação que foram condicionais durante os períodos de colonialismo e império e que ainda persistem em diversas formas na sociedade contemporânea. Alguns conceitos são utilizados para que se entenda melhor essa corrente teórica e é isso que veremos abaixo:

Aníbal Quijano, ao propor o conceito da colonialidade, argumentou que o colonialismo não é apenas uma questão de dominação política, mas também envolve uma imposição de padrões de pensamento, valores e posições culturais. A colonialidade persiste mesmo após a independência formal das colônias, pois continua a moldar as estruturas sociais, econômicas e culturais. A colonialidade do poder foi assim definida por Quijano (2010, p. 84)

[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir de América.

Esse mesmo autor pontua em que consiste e como se articula na contemporaneidade o atual padrão de poder. Quijano (2002, p. 4)

1) a colonialidade do poder, isto é a idéia de 'raça' como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modelo de produzir conhecimento.

A Colonialidade do Ser emerge como uma perspectiva para distinguir os povos em relação ao gênero, raça e sexualidade, atribuindo "diferenças" com o objetivo de subjugar esses grupos e fortalecer a dominação de determinados povos visando manter a exploração. Desse modo, muitos valores, identidades e costumes tendem a ser diluídos pela sensação de inferioridade e deslocamento que afeta diversos grupos.

O Epistemicídio, por sua vez, é uma ideia de que o colonialismo não apenas impôs um sistema de dominação política e econômica, mas também destruiu e desvalorizou os sistemas de conhecimento e epistemologias das culturas colonizadas. Isso resultou na marginalização e subalternização dos conhecimentos indígenas, africanos e de outras culturas não ocidentais. Através da desconstrução das narrativas hegemônicas, ao valorizar as epistemologias não-ocidentais e reconhecer a diversidade cultural e histórica das sociedades humanas possibilita uma compreensão mais ampla e inclusiva do mundo. Essas mesmas epistemologias hegemônicas são as causadoras do epistemicídio, que para Carneiro (2005, p. 97)

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro [e povos originários] como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender, etc.

Algumas passagens do trabalho evidenciam a colonialidade e o epistemicídio que caracterizaram processos nos quais Acary de Passos esteve imerso. Por exemplo, a montagem da guarda rural indígena (GRIN), que teve Acary de Passos como um de seus cooperadores, configura não apenas uma dominação política, mas também uma imposição de hierarquias militarizadas em detrimento das formas tradicionais de organização e exercício do poder próprios das sociedades indígenas, o que gerou conflitos e reforçou as desigualdades sociais e o desequilíbrio de poder que persiste até hoje.

Esse olhar decolonial, ao questionar o projeto moderno eurocêntrico e denunciar as mais variadas formas de opressão e dominação enraizadas na sociedade contemporânea, desconstrói narrativas de colonialismo e valoriza os saberes tradicionais, sejam das comunidades indígenas, negras ou outras minorias étnicas. A óptica decolonial tem implicações práticas para nossas vidas cotidianas e pode ser aplicada na luta pela descolonização dos currículos escolares ou na promoção de um diálogo intercultural mais equilibrado entre diferentes culturas. No próximo tópico descrevo como será estruturado este trabalho.

## **A estrutura da tese**

Me proponho nos capítulos seguintes uma abordagem etnográfica em arquivos de uma história de vida. Como indica Restrepo (2016, p. 6), “para a etnografia a história de vida é relevante pois nos permite explorar e ilustrar, por meio da trajetória de uma pessoa, os significados e práticas culturais em quais ela estava inserida”. Uma certa linearidade na organização da biografia ao longo da tese não pressupõe uma narrativa com início, meio e fim pautados na rigidez, trata-se mais de, por meio de uma narrativa biográfica, compreender como fios distintos teceram a inserção de Acary de Passos na configuração da Antropologia no contexto estadual. Dessa forma, o corpo da tese está estruturado em cinco capítulos:

No primeiro capítulo intitulado "Narrando um ator desconhecido", abordei a origem e a vida de Acary de Passos, explorando suas diversas facetas como filho, pai, militar, sertanista, indigenista, professor, diretor e pesquisador. Dentro de uma perspectiva cronológica, tracei o percurso de Acary de Passos à medida que foram sendo reveladas as diversas ocupações e posições que ele desempenhou ao longo de sua vida. Este tópico também analisou a trajetória profissional, acadêmica e as suas contribuições como pesquisador, incluindo suas narrativas e publicações.

No segundo capítulo chamado "A Marcha para Oeste e a Expedição Roncador-Xingu (ERX)", abordei o contexto político, econômico e social da época. Essa contextualização foi fundamental para a compreensão do papel desempenhado por Acary de Passos como personagem, pesquisador e ator social naquele momento político. Nesse capítulo me detive com mais afinco na Expedição Roncador-Xingu, que marcou o encontro de Acary de Passos com os irmãos Villas Bôas.

No terceiro capítulo, "Acary de Passos e a criação do Museu Antropológico" os processos de concepção e a criação do Museu Antropológico da UFG são analisados, além da constituição dos seus primeiros acervos, com especial atenção à coleção particular de Acary de Passos, obtida pelo MA/UFG.

No quarto capítulo titulado “A Coleção da Lagoa Miararré”, formada a partir das coletas realizadas pelos indígenas Kamaiurá no fundo da lagoa, propus uma discussão teórico-conceitual sobre as temáticas que perpassaram e ainda seguem essa coleção, como a alteridade, assimetria e colonialidade, bem como as dicotomias entre lembranças versus esquecimento e o narrável versus inenarrável.

No quinto capítulo denominado "Acary de Passos, passado e presente: desdobramentos", a proposta consiste em uma tentativa de trabalhar a concepção de memória e

esquecimento, bem como analisar as marcas deixadas por ele na UFG e, posteriormente, na PUC Goiás.

Dados esses pressupostos busquei entender Acary de Passos enquanto um sujeito imerso nas teias sociais, políticas e culturais da época, e enquanto pessoa que imprimiu a sua visão aos campos por onde transitou. Igualmente foi importante analisar as influências políticas e sociais que moldaram suas ideias e ações. Destarte, essa tese é inspirada e permeada por muitas questões:

- Como a vida de um indivíduo pode ser escrita?
- Qual é o processo para escrever sobre a vida de alguém?
- Como um indivíduo se torna parte da sociedade e do mundo ao seu redor?
- Quais são as relações que ele tem com seu ambiente social, cultural, político e geográfico?
- Como ele se relaciona com seus pares e consigo mesmo?

Essas são apenas algumas das muitas questões que permearam essa tese. Respondê-las foi um enorme desafio, na maior parte das vezes inconcluso, mas é isso que os leitores verão ao longo dos capítulos.

## **CAPÍTULO 1. NARRANDO UM “ATOR DESCONHECIDO”**

Figura 02 - Acary de Passos Oliveira e indígena Kamaiurá. A descrição da imagem indica: “Contato interétnico - Jovem indígena Kamaiurá e o sertanista Acary de Passos de Oliveira, posando para foto. O jovem, com uma das mãos, entrega algo ao sertanista e, com a outra, segura uma lança; ele usa adorno na cabeça, colar, brincos, braceletes e, na cintura, faixas”. Inscrição no verso: “Kamaiurá – 1962”.



Fonte: Foto 1166 - Projeto Relatos de um Sertão desconhecido - Acervo do MA/UFG.

“Eu estava no meu gabinete de trabalho um dia quando se apresentou então o professor Acary, e eu fiquei muito emocionado quando o vi, não era nada daquilo eu pensava, era um homem baixinho, muito humilde e extremamente simpático... Ele me contou a história da fundação de Goiânia quando, então, ele era delegado de polícia em Campinas e recebeu a comitiva da criação da nova capital. As autoridades chegaram em Campinas e não tinham um lugar para se hospedar, não tinha nada. Ele evacuou a cadeia, mandou que os presos fossem embora e transformou as celas em aposentos para a comitiva. Ele sempre contava a história de uma maneira muito interessante, muito engraçada. Depois, me contou suas experiências como sertanista e me levou então à sua chácara. Ali na chácara ele me mostrou o acervo de arte indígena e eu fiquei impressionado com a riqueza daquele acervo. Sabe, eu me senti muito apegado – “Pôxa vida, eu vou ser chefe desse homem, como é que eu vou proceder perante ele”. Mas o Acary era um homem tão simples que eu jamais me senti acanhado em ser chefe dele” (Série Documentos n. 5, p. 82-83).<sup>6</sup>

Esse capítulo é dedicado a desvelar aspectos da biografia de Acary de Passos de Oliveira, em uma perspectiva panorâmica, mas puxando os fios que se interligam com o argumento principal da tese: compreender as contribuições e as contradições de Acary de Passos na construção de uma Antropologia em Goiás. Ao grifar “sertanista” no trecho acima, de Juarez Costa Barbosa, busco enfatizar uma das denominações que mais recorrentemente são utilizadas para caracterizar a atuação profissional do interlocutor (assim como o termo “indigenista”, como veremos). Por seu turno, a coleção mencionada também por Juarez, é um elemento importante para compreendermos a posterior inserção de Acary de Passos no MA/UFG. Mas esse é um assunto para o Capítulo 3, passemos aos apontamentos que nos interessam para esse capítulo.

### **1.1. Percursos de Acary de Passos Oliveira**

A trajetória narrada a seguir tem como base os arquivos pesquisados no CIDARQ-UFG, nos arquivos pessoais doados ao MA/UFG pela sua filha Ana Cristina Delgado, na ficha de admissão de Acary de Passos Oliveira e em seu Currículo Vitae, estes últimos obtidos através da DAP/PROPESSOAS-UFG.

Em 17 de fevereiro de 1911, na cidade do Rio de Janeiro, nasce Acary de Passos Oliveira, porém, há uma informação desconstruída nesse sentido. No CPF e na ficha de cadastro no INAMPS (antigo INSS) constam a data de 1907. Em todos os outros documentos está o ano de

---

<sup>6</sup> Nos quarenta anos de comemoração do MA/UFG em 2011 foram realizadas entrevistas com 17 pessoas que fizeram parte da história desde o início da criação do Museu. Dessas reminiscências nasceu a publicação do livro número 05 da Série Documentos. Este trecho foi extraído de uma entrevista em 12 de janeiro de 2011 dada por Juarez Costa Barbosa (à época Professor da UFG e Diretor do Departamento de Assuntos Acadêmicos) em comemoração dos 40 anos do Museu Antropológico da UFG.

1911 e é esse o ano que considere nesta pesquisa. Foi trazido para o estado de Goiás com apenas 30 dias de nascimento. Acary de Passos Oliveira tinha uma altura mediana, com 1,66m, olhos e cabelos castanhos, trazendo sempre a barba raspada.

Branco e de classe alta, era filho de Joaquim Gomes de Oliveira e Idalina de Passos Oliveira. Seu avô paterno era comendador e se chamava Joaquim Alves de Oliveira, proprietário de um engenho (Engenho de São Joaquim) na fazenda Babilônia. Seu avô também foi o fundador, em 1830, do primeiro jornal do Centro Oeste, chamado a “Matutina Meyapontense” editado em Pirenópolis, que à época tinha o nome de Meia Ponte. Portanto, ele vem de uma família que tinha destaque e prestígio na região.

Com 18 anos de idade se alistou e ingressou na carreira militar, reformando-se como 2º Tenente (Tenente R-2). Mais tarde frequentou a Escola da Marinha Mercante, onde fez o curso de comissário e foi trabalhar na Companhia de Navegação do Lloyd Brasileiro. Aos 21 anos, mais precisamente no ano de 1934, voltou para Goiás (antiga capital do estado de Goiás) e exerceu a Chefia de Gabinete do chefe de polícia (Secretário de Segurança) e logo depois tornou-se Secretário da Fazenda do município. Uma curiosidade dessa época é que Acary de Passos foi um dos primeiros servidores públicos a se mudar para a nova capital do estado, morando de forma provisória em Campinas, núcleo inicial da implantação de Goiânia e que atualmente é um bairro goianiense.

Acary de Passos casou-se com Maria Aparecida Delgado Oliveira e teve três filhos: Ana Cristina; Acary Fernandes e Antônio Luiz.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito de Goiás, sendo diplomado aos 7 dias do mês de dezembro de 1940 e, mesmo antes de se formar, em 1938, foi agraciado com a faixa acadêmica do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo.

No ano 1940 foi alocado para o Gabinete Militar da Presidência da República ajudando na preparação da visita de Getúlio Vargas à Ilha do Bananal. (LIMA FILHO, 2001) aponta que Acary de Passos era o encarregado de construir a pista de pouso nessa Ilha, que seria usada para a visita de Getúlio na comunidade indígena Karajá. Posteriormente, em 1960, Acary de Passos volta à Ilha do Bananal, mas dessa vez designado por outro presidente, Juscelino Kubitschek.

A respeito da construção da pista de pouso existe um fato narrado por Acary de Passos que evidencia a desvalorização da mão de obra e, mais do que isso, a relação entre a colonização e os povos indígenas. Em uma entrevista que ele deu à Profa. Edna Luísa de Melo Taveira, em 22 de junho de 1988, presente no acervo documental do MA/UFG, Acary de Passos abordou suas viagens à Ilha do Bananal. Segundo Acary de Passos, ele foi chamado à sala do então

interventor do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, ocasião em que foi comunicado que Getúlio Vargas visitaria Goiânia e estenderia a sua viagem até a Ilha do Bananal em razão da Marcha para o Oeste. Acary de Passos devia ir antes à Ilha e construir uma pista de pouso para receber o avião do Presidente, e assim o fez. Para cumprir o cronograma Acary de Passos contou com a ajuda dos indígenas.

No primeiro dia de trabalho compareceram cerca de 80 indígenas, mas no segundo dia não apareceram mais do que 20. Após o dia de trabalho, Acary de Passos foi na aldeia para saber o que tinha se passado e a explicação dada foi a de que os indígenas tinham de sair para pescar, caçar e realizar outras atividades cotidianas. Na hora do jantar, Acary de Passos comeu e serviu para quem trabalhou com ele, pedaços de rapadura. Os indígenas levaram a rapadura para a aldeia e houve um alvoroço, pois, as mulheres e crianças queriam mais rapaduras. Os indígenas voltaram até onde estava Acary de Passos e pediram mais rapadura, porém, ele não deu e disse: “Vocês vão trabalhar que dou mais”.

No dia seguinte apareceram 60, depois mais 100, em seguida cento e poucos homens. Como não tinha rapadura para todos, Acary de Passos mandou um rapaz ir até a cidade de Goiás (antiga capital do estado) e comprar toda a rapadura que tinha no mercado. Assim, ele distribuía rapaduras para quem trabalhasse na obra e dessa forma conseguiu fazer o campo, que lá na Ilha do Bananal foi chamado de o “Campo das Rapaduras”.

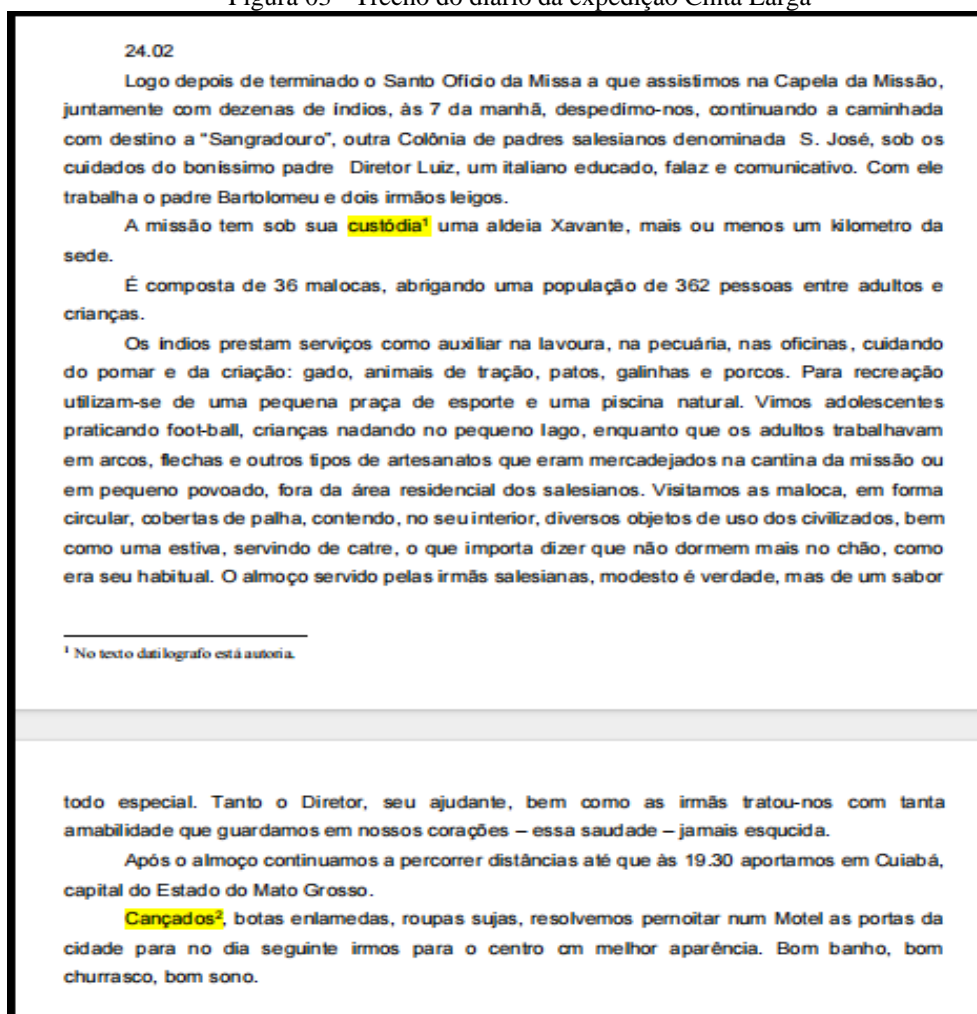
Foi nesse período que Acary de Passos teve os primeiros contatos com os indígenas e a partir daí surgiu um interesse por esses povos. Em 1943 recebe o convite para participar da Expedição Roncador-Xingu (ERX). A expedição compõe parte da teia de relações de Acary de Passos com os povos indígenas, o que envolveu a coleta de objetos de distintas etnias, com destaque para o povo Iny Karajá, que marcou diferentes momentos de sua trajetória, e os povos do território do Xingu (que viria ser configurado como Parque Indígena do Xingu), que ele conheceu a partir da ERX, mas que visitou em outros momentos (Figura 02), assunto que será retomado mais adiante.

De 1957 a 1965 integrou a comissão de construção de Brasília e foi designado para assessorar o presidente da Fundação Brasil Central, ficando responsável pela “Operação Bananal”, sendo designado para o asfaltamento da pista de pouso de avião que ele havia construído em 1940 para a visita de Getúlio Vargas, só que dessa vez a visita seria de um outro presidente: Juscelino Kubitschek. Além do asfaltamento da pista, Acary de Passos também comandou a construção de um hospital na referida Ilha.

Em fevereiro de 1969 ele colaborou, juntamente com Jesco Von Puttkamer (contratado para fazer o registro audiovisual), com a expedição Cinta Larga, chefiada pelo sertanista

Francisco Meireles<sup>7</sup> e seu filho Apoena Meireles, retornando dessa expedição no final março daquele mesmo ano. Pela leitura do Diário dessa expedição depreendo que Acary de Passos era o terceiro homem na hierarquia. Infiro também que Acary de Passos foi contratado para fazer o diário da viagem. Cabe destacar que esse documento traz um relato etnográfico detalhado da expedição, conforme vemos no relato do dia 24/02/1969 (Figura 03). Essa jornada tinha por objetivo o contato, a aproximação e consequente “pacificação” dos indígenas Cinta Larga, em plena Amazônia.

Figura 03 - Trecho do diário da expedição Cinta Larga



Fonte: Diário da Expedição Cinta-Larga

Meses após participar da expedição Cinta Larga, no dia 01 de agosto de 1969, Acary de Passos foi admitido na UFG sob o regime jurídico “contratado” (Figura 04), ocupando o cargo de Professor-Auxiliar conforme consta na sua primeira carteira profissional. Após a sua

---

<sup>7</sup> Antes disso, Meireles tinha sido encarregado pelo SPI de integrar a Expedição Roncador-Xingu (ERX), junto aos irmãos Villas Bôas. O pesquisador Acary de Passos Oliveira conheceu Meireles na ERX, em 1943. Meireles teria visto que sua participação na expedição não daria certo, retornando ao Rio de Janeiro.

aposentadoria, Acary de Passos ingressou no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia – IGPA, na então Universidade Católica de Goiás (Figuras 04 e 05) e conforme podemos verificar no seu contrato de trabalho, atuou no campo da Educação, mais precisamente na ação educativa. Sob influência dos seus trabalhos como sertanista e indigenista, ele e mais alguns colegas do IGPA faziam palestras em escolas com a finalidade de mostrar como era o cotidiano, a vida, os hábitos e costumes dos indígenas brasileiros. Aliás, dessas visitas às escolas municipais e na própria Universidade, no ano de 1987, pela editora da Universidade Católica de Goiás (UCG), Acary de Passos, Lêda T. Costa Bandeira e Maria Cira J. Medeiros D. Sousa lançaram o livro “Conhecendo o Índio”, que foi produto oriundo das indagações, preconceitos e questionamentos que a equipe se deparava nas visitas regulares que faziam nas ações educativas desenvolvidas nas escolas.

Figuras 04 e 05 – Contratos de trabalho na UFG e na UCG

**INCLUIDO NO BI 41/24807/44**  
**CONTRATO DE TRABALHO**

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição: **Universidade Federal de Goiás**

Cidade: **Goiânia**

Estado: **Goiás**

Rua: **Praça Universitária s/nº**

Setor: **Setor Universitário**

Espécie do estabelecimento: **Curso Superior**

Natureza do cargo: **Auxiliar de Curso**

Data da admissão: **1º de agosto** de 19**69**

Registro nº: \_\_\_\_\_ a fim \_\_\_\_\_

Remuneração (especificada): **R\$ 553,06**  
*(Quinhentos e cinquenta e três cruzeiros e seis centavos)*

Assinatura do empregador: \_\_\_\_\_  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

Data da saída: **26 de maio** de **1972**

Obs. It. 38 e 40

**CONTRATO DE TRABALHO**

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição: **SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

Cidade: **Goiânia**

Estado: **Goiás**

Rua: **Praça Universitária**

Espécie do estabelecimento: **Curso Superior**

Natureza ou cargo: **Pesquisador E. Quado**

Data da admissão: **01 de Março** de 19**83**

Registro nº: **2.636**

Remuneração (especificada): **R\$ 42.744,76**  
*(Quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e quatro cruzeiros e setenta e seis centavos)*

Assinatura do empregador: \_\_\_\_\_  
**SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

Data da saída: **24 de maio** de 19**92**

Assinatura do empregado: **Irana Mattali**

Fonte: acervo do MA/UFG.

## 1.2. Um sujeito, muitas ocupações e cargos

Ao ler os livros, diários, artigos, resumos, periódicos, documentos pessoais e institucionais, bem como seu Curriculum Vitae deixado quando foi contratado pela UFG (Anexo III), dentre outros aportes, identifiquei várias referências sobre as ocupações e cargos de Acary de Passos. Seguem abaixo as que distingui, em ordem alfabética:

- 2º Comissário da marinha;
- 2º Tenente R/2 - Exército;
- Advogado;
- Agente - detetive profissional;
- Antropólogo;
- Almojarife geral, também na expedição Roncador-Xingu;
- Arqueólogo;
- Assessor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica;
- Assistente do Gabinete da Presidência - Operação Bananal;
- Auxiliar de Ensino;
- Chefe de Gabinete do chefe de polícia;
- Chefe de Gabinete do secretário da Fazenda;
- Chefe do escritório em Brasília do Parque Nacional do Xingu, designado por Orlando Villas Bôas;
- Chefe do pessoal, segurança e transporte na Expedição Roncador-Xingu;
- Chefe do Serviço Central do pessoal da polícia;
- Comissão da construção de Brasília;
- Comissário da Marinha;
- Delegado de Polícia em Campinas<sup>8</sup>;
- Delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI);
- Diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP);
- Diretor do Museu Antropológico;
- Diretor do Tiro de Guerra de Goiânia;
- Egíptologista;

---

<sup>8</sup> Após a construção de Goiânia, Campinas foi integrada à Goiânia e hoje é um setor (bairro) de Goiânia.

- Escritor;
- Estagiário na Escola de polícia do estado de São Paulo;
- Estagiário na Escola superior de Guerra;
- Etnólogo;
- Fiscal de vestibular;
- Fotógrafo;
- Historiador;
- Indigenista;
- Inspetor Fiscal (Setor de fiscalização serviço de caça e pesca);
- Jornalista Profissional;
- Oficial do Exército Brasileiro;
- Palestrante;
- Pesquisador no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás);
- Poeta;
- Presidente da Comissão do Salário-Mínimo da 19ª região do Estado de Goiás;
- Presidente da mesa apuradora das eleições no Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado de Goiás;
- Procurador do IAPI (após se aposentar);
- Professor;
- Redator de jornal;
- Repórter;
- Representante da Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e;
- Sertanista.

As menções aos cargos e ocupações como “sertanista” e “indigenista” são bastante recorrentes na documentação consultada. Destaco também as menções as ocupações de “arqueólogo” e “antropólogo”, que embora menos recorrentes, denotam a inserção de Acary de Passos em campos ainda em formação no contexto brasileiro. Ainda que não tivesse formação especializada, assim como outros pesquisadores, ele era compreendido como sujeito desses campos, então em construção e ainda bastante alinhados (posteriormente, ver-se-á um distanciamento entre a Arqueologia e a Antropologia).

Até o ano de 1925, Acary de Passos foi estudante secundarista, tendo feito o curso primário no Grupo Escolar Modelo e o secundário no Liceu Goiano, ambos na cidade de Goiás.

Importante lembrar que o curso primário e o secundário da época, corresponderiam ao atual nível de ensino fundamental. De 1925 até 1930 ele serviu no Exército Nacional como 2º Tenente da Infantaria, quando solicitou reforma e de 1931 até 1933, quando cursava a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, recebendo o diploma de 2º Comissário, exercendo as suas atividades na “Compania de Navegação Lloyd Brasileiro”.

Aos 23 anos de idade, em 1934, se tornou Funcionário Público do Estado de Goiás, exercendo o cargo de chefe de Gabinete do chefe da polícia. Nesse período ele desempenhou diversos outros cargos, sendo delegado especial por diversas vezes; chefe do Serviço Central do pessoal; chefe de Gabinete do secretário da Fazenda; Assessor do Departamento de Propaganda e Expansão econômica, dentre outros. Consta também que nesse ano de 1934 ele estagiou na Escola de polícia do Estado de São Paulo. Em 1935, aos 24 anos de idade ingressou na Escola de Direito de Goiás, colando grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 7 de dezembro de 1940.

Em 1940, ele foi colocado à disposição da Presidência da República com a missão de organizar a viagem do presidente Getúlio Vargas à Ilha do Bananal, o que só ocorreu no ano seguinte. Após organizar a viagem, foi reconduzido por Getúlio Vargas ao cargo anterior de presidente da Comissão de Salário-Mínimo da 19ª Região, no estado de Goiás.

No ano de 1941, pela Portaria nº 186/ 41, emitida pelo diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), foi nomeado para presidente da Comissão Executiva, na Capital do Estado de Goiás, constituída para dirigir os concursos organizados para o provimento de cargos dos Institutos de previdência Social. Nesse mesmo ano foi nomeado pela Comissão Executiva do " Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social " realizado na Capital do Estado de São Paulo, seu delegado, após a aprovação de Getúlio Vargas.

Em 1943 foi nomeado Adido ao Gabinete Militar da Presidência da República para integrar a Expedição Roncador-Xingu, organizada pela coordenação da Mobilização Econômica, nas funções de chefe do pessoal, segurança e transporte. Essa expedição será tratada com mais detalhes no item 2.1. deste trabalho. Acary de Passos foi nomeado em 1948 como representante da Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1950 foi presidente da Mesa Apuradora das Eleições no Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado de Goiás, pela Portaria 1/50.

Em 1951 foi nomeado diretor do Tiro de Guerra de Goiânia e em 1957 colocado à serviço na Comissão de Construção de Brasília onde permaneceu até julho de 1965. Fazendo parte da equipe que construía Brasília, foi colocado à disposição do Gabinete Civil da Presidência da

República como assistente do presidente da Fundação Brasil Central, e através desta fundação voltou à Ilha do Bananal em 1960 para pavimentar (asfaltar) a pista de pouso que construíram em 1939, quando Getúlio Vargas, visitou a região. Não só pavimentou, mas atuou na construção de um hotel com a finalidade de receber Juscelino Kubitschek, isso em sua segunda atuação na ilha. Essas e outras ações faziam parte do programa de governo de Juscelino Kubitschek, que era fazer da Ilha do Bananal um ponto turístico, além disso ter estruturas para a instalação da Força Aérea Brasileira (FAB) na ilha.

Acary de Passos foi nomeado delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) no estado de Goiás, autarquia onde permaneceu até a sua aposentadoria, como procurador, em 1965. Assim como aconteceu na Europa, aqui a industrialização trouxe muitas transformações e expansões das grandes cidades. Por aqui houve uma demanda muito grande de moradias para os operários que trabalhavam nas indústrias. O IAPI tinha a finalidade de empreender e produzir casas para esses operários das indústrias, servindo de alicerce para a economia capitalista, ele auxilia na transição do sistema de agro exportação para o urbano industrial, processo que adquiriu outros tons em Goiás. Nesse sentido, aponta Rocha (1992, p. 01)

Alguns cientistas sociais destacaram que a mobilização populista, implantada a partir de 1930, teria deixado intocada a estrutura agrária tradicional, fato que poderia ser interpretado como uma contradição com a ideia de transformação das velhas estruturas conforme a pregação populista. Talvez tenha-se deixado de dar a devida atenção ao fato de que a "Marcha para o Oeste" pudesse ter sido a resposta do populismo ao sistema agrário tradicional, uma resposta sem confrontação.

Para (ROCHA, 1992) os mecanismos da "Marcha para o Oeste", através de ações como a organização da Expedição Roncador-Xingu, objetivavam a longo prazo, o estabelecimento de núcleos de povoamento na região. Mais adiante, ainda sobre a expansão para o interior do país, de acordo com Rocha (1992, p. 03)

Os esforços governamentais voltam-se principalmente para o setor urbano, através do apoio a burguesia industrial emergente, no processo de aceleração da industrialização, investindo maciçamente na infra-estrutura do país. Entretanto, tal fato não significa que o campo ficou totalmente imune as mudanças verificadas no país, que este tenha escapado a ação do Estado. Através da Marcha para o Oeste" o Estado Brasileiro reservou ao campo uma política de interiorização que significou o não afrontamento direto com o latifúndio. Como justificativa para esse processo de Interiorização, o Estado lançou mão da imagem mítica da "Marcha para o Oeste" e de ações como a Expedição Roncador Xingu/Fundação Brasil Central.

Nesse instituto (IAPI) quem trabalhava como Arquiteto-Urbanista e Paisagista era Attilio Corrêa Lima, que foi o primeiro Urbanista formado do Brasil, cujo projeto mais conhecido foi o plano urbanístico de Goiânia, iniciado no início da década de 1930. Lá teve como colega Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, que mais tarde se tornaria professora e coordenadora do Instituto de Ciências Humanas e Letras na UFG, e fazia o convite para Acary de Passos ir trabalhar na UFG.

Nesse mesmo ano (1965), foi nomeado por Getúlio Vargas, para exercer, em comissão, o cargo de presidente da Comissão de Salário-Mínimo da 19ª Região, estado de Goiás. Como era amigo de longa data e até compadre de Orlando Villas Bôas e ainda estava à disposição do Gabinete Civil da Presidência da República, era tido como um elo entre o referido Gabinete e o Parque Nacional do Xingu e, até por isso, fora anteriormente designado, em 1962, pelo administrador Geral do mencionado Parque, Orlando Villas Bôas, como seu substituto eventual e chefe do escritório em Brasília.

Já aposentado, Acary de Passos foi convidado para trabalhar na UFG, mais precisamente no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), onde quem ocupava a diretoria Pró-Tempore era a Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira, pessoa que foi fundamental para que Acary de Passos fosse contratado pela UFG, como veremos logo abaixo. Tentarei, nos próximos parágrafos, entender os meandros que envolveram a sua ida para trabalhar na UFG.

Como pontuado acima, Lena Castello Branco teve uma participação ativa na contratação do Acary de Passos, a qual era professora e diretora Pró-Tempore do ICHL, instituto esse que até então era o maior da UFG, pois agregava os cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras (nas diversas modalidades) e Jornalismo. Lena Castello Branco tinha uma afinidade com Acary de Passos, que remontava ao período em que trabalharam juntos no IAPI, instituto onde Acary de Passos esteve diretamente ligado de 1938 até 1965. Por um período aproximado de sete anos, Acary de Passos foi chefe de Lena Castello Branco e, nesse período, ela conviveu com a sua família, esposa, filhos ainda pequenos e tornaram-se bons amigos, o que lhe permitiu conhecer mais de perto as atividades como sertanista e indigenista.

Contudo, Acary de Passos não foi contratado somente pela amizade com Lena Castello Branco, embora saibamos que nessa época as indicações políticas para os diversos cargos públicos eram frequentes, uma vez que os concursos públicos não estavam regulamentados<sup>9</sup>. O convite deu-se pela experiência dele com os povos indígenas do Brasil Central, haja vista que

---

<sup>9</sup> O que foi regulamentado somente em 1990 pela lei 8.112/90, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais onde se definia o que seria um cargo público, bem como como se daria a investidura nesses cargos.

Acary de Passos havia participado de várias expedições que faziam parte da Marcha para o Oeste. Tal experiência era um ponto importante para a criação de um museu de antropologia na UFG. Não obstante, nas palavras da própria pessoa responsável pela sua indicação ao ICHL, a Profa. Lena Castello Branco, observamos que a coleção formada em décadas de contatos com povos indígenas estava no horizonte dos interesses da universidade. Como pontuou Lena Castello Branco na Série Documentos n. 5 (2011, p. 96)

“Na época que eu estudava, eu trabalhava no antigo IAPI, Instituto dos Industriários, e o Dr. Acary foi meu chefe durante uns quatro anos. Ele era um sertanista convicto, todo ano, no período de férias, ia para o Parque Nacional do Xingu ou outros locais onde houvesse tribos indígenas. Ele então me transmitiu muito o interesse pelas culturas indígenas, pela Antropologia, e me levou uma vez para conhecer um sítio que ele tinha, ali mais ou menos perto do autódromo, para conhecer a coleção de peças e artefatos indígenas que ele possuía. Eu fui e fiquei literalmente encantada! Havia coisas realmente raríssimas e de uma importância científica e acadêmica muito grande. Quando fui nomeada diretora, me veio a ideia de chamar o Dr. Acary para trabalhar na Universidade, com vistas a que ele trouxesse para a Universidade não só a sua experiência, a sua vivência como sertanista, como colecionador, como entusiasta das culturas indígenas, mas também, quem sabe, uma doação de peças que ele pudesse eventualmente trazer pra universidade”<sup>10</sup>.

Depreendo dessa fala da professora Lena Castello Branco que havia uma conveniência em uma possível doação de objetos e isso se justifica pelo fato de que existiam discussões sobre a criação de um museu de Antropologia na UFG e Acary de Passos era a pessoa certa para isso, não só por ser sertanista e indigenista, mas também pelo vasto acervo que ele tinha juntado ao longo de mais de 30 anos de trabalho junto às diversas comunidades indígenas do país. Não há nenhuma documentação atestando que ele tenha, de fato, doado toda a sua coleção particular ao MA/UFG. O que temos de concreto é uma correspondência interna dele com a reitoria oferecendo a venda de 1.250 peças da sua coleção particular, assunto que será tratado no terceiro capítulo, quando discutiremos a formação dos acervos do MA/UFG.

Acredito também que algo que contou muito a seu favor quando da sua contratação foram as relações políticas, o trânsito que ele tinha junto aos políticos do Estado de Goiás bem como de Brasília, e isso de fato se comprovou ao longo dos anos seguintes. Maior exemplo foi a contratação da professora Iluska Simonsen, que era esposa do então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. A profa. Iluska trabalhava no Museu, recebia um salário por isso e revertia toda a quantia recebida para o Museu, algo que foi combinado entre as partes. Com esse

---

<sup>10</sup> Nos quarenta anos de comemoração do MA/UFG em 2011 foram realizadas entrevistas com 17 pessoas que fizeram parte da história desde o início da criação do Museu. Dessas reminiscências nasceu a publicação do livro número 05 da Série Documentos. Este trecho foi extraído de uma entrevista em 22 de novembro de 2010 dada por Lena Castello Branco Ferreira

recurso financeiro o MA/UFG obtinha verba para comprar equipamentos, fazer viagens, dentre outras coisas. Não só isso, mas o fato dela ser esposa de um ministro abria outras frentes, como por exemplo, fácil acesso a viaturas, aviões e doações de instituições financeiras. Mais uma vez recorro à entrevista do Prof. Juarez Costa Barbosa, que corrobora essas frentes abertas por Iluska, na Série Documentos n. 5, (2011, p. 86)

Então o Acary foi realmente uma pessoa que trouxe para o nosso meio toda uma experiência, que se somou à vinda da professora Iluska. A professora Iluska foi o primeiro contato que o Acary teve como diretor do Museu, fora da cidade. Ele esteve com ela em um encontro no rio de Janeiro e a trouxe para o nosso meio. Ela teria, para trabalhar conosco, de ser funcionária da universidade, mas o marido dela, que era Ministro da Fazenda, não deixava que ela fosse nomeada, não queria que ela tivesse nenhum vínculo com nenhum órgão público. Ele só concordou depois que foi feito um contrato em que ela receberia o salário dela e o doaria ao Museu, e, graças a esse salário, nós obtivemos verba para comprar equipamento, para fazer viagens, tudo isso era usado nos trabalhos do Museu. E com uma vantagem, como ela era mulher do Ministro da Fazenda, nós tínhamos certa facilidade em conseguir coisas. Por exemplo, viagem ao Xingu, tantas outras viagens que empreendemos nós íamos em viaturas do Governo, avião, o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil colocava avião a nossa disposição. O Banco do Brasil deu verba pra nós, graças a influência dela. Então foi uma pessoa que promoveu no nosso meio uma ajuda muito grande ao nosso Museu”.

Essa parceria do Acary de Passos com a Professora Iluska marcou, assim, os rumos do MA/UFG. Foram muitas viagens a diversas aldeias, especialmente aos indígenas do Parque Nacional do Xingu, onde foram coletados e comprados muitos objetos que fazem parte do acervo etnográfico do MA/UFG. Além dessas viagens de cunho etnográfico, a parceria também produziu inúmeras viagens no estado de Goiás, cuja finalidade era a de prospectar sítios arqueológicos no estado. E, como consequência dessa colaboração, documentos foram produzidos, livros lançados, comunicações feitas em congressos, tanto no campo da Antropologia quanto de Arqueologia.

Por mais de três décadas, Acary de Passos teve e manteve contatos com vários povos indígenas na região do Brasil Central. E dessas viagens de idas e vindas à essas regiões, juntou um importante acervo etnográfico, composto por coleções de artefatos indígenas, um acervo documental composto de fotografias, diários e notas de campo, além de correspondências trocadas com sertanistas e indigenistas, como por exemplo, os irmãos Villas Bôas, que conheceu em 1943, na Expedição Roncador-Xingu. Aliás, foi Acary de Passos que os contratou para que fizessem parte dessa expedição, e mais tarde esses irmãos criaram o Parque Indígena do Xingu. Também trocou correspondência com o fotógrafo Jesco Von Puttkamer, com quem

ele esteve na expedição com os Cinta Larga em 1969 e após essa expedição mantiveram os laços pessoais.

Ao ser contratado em 1969, Acary de Passos foi inserido na estrutura universitária no cargo de Auxiliar de Ensino, inicialmente, com 18 horas semanais, depois 24 horas semanais, conforme consta na sua primeira carteira profissional. Em ofício do chefe do Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS) à diretora do ICHL foram atribuídas tarefas específicas, cujo objetivo era tornar realidade o Museu Antropológico, tais como: planejar a organização e manutenção de um Museu Antropológico do ICHL; orientar a classificação de peças do museu; encarregar-se da aquisição de peças das culturas indígenas e outras etnias nacionais, sugerindo, em cada caso, as medidas a serem tomadas; entrar em contato com as diversas comunidades indígenas para a aquisição de peças.

De fato, ele foi contratado para a montagem do Museu Antropológico, órgão que ele ajuda a criar e *a posteriori* se torna o primeiro diretor, não obstante a nomeação oficial no cargo tenha se dado somente no ano de 1978, através da publicação no Diário Oficial da União. Embora fosse, na prática, o diretor do MA/UFG, ele assinava as correspondências e atos como coordenador/do MA/UFG, como podemos verificar no Anexo I, datado de julho de 1972. Ambas as denominações, coordenador e diretor, evidenciam seu papel na instituição.

Em 1982, após a sua aposentadoria<sup>11</sup>, Acary de Passos se demite da UFG e em 1983 é admitido pela Universidade Católica de Goiás, atualmente Pontifícia Universidade Católica de Goiás, desenvolvendo o seu trabalho no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA/PUC Goiás), local onde desenvolveu várias atividades junto à comunidade universitária, participando de seminários, mesas-redondas, palestras e exposições.

### **1.3. Acary de Passos, suas narrativas e publicações**

Acary Passos de Oliveira realizou diversas publicações decorrentes dos seus trabalhos de campo e laboratório, bem como de diários e cadernos de campo, porém, mesmo com essas publicações, em termos numéricos, percebemos um Acary de Passos que pouco se preocupava com a própria produção intelectual, científica e acadêmica, o que é corroborado pela ausência de publicações de muitos dos seus estudos. Carlos Brandão, ao ser indagado sobre isso em

---

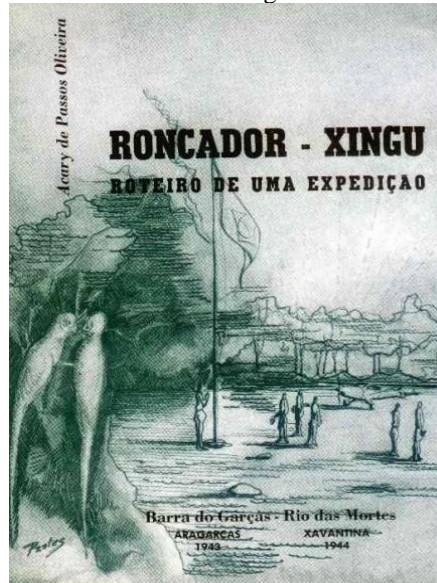
<sup>11</sup> Cabe apontar que encontrei informações sobre a aposentadoria de Acary de Passos no IAPI, conforme apontado anteriormente. A informação acerca de uma aposentadoria aparece novamente na documentação relativa à saída da UFG. Em uma reportagem do jornal Diário da Manhã, edição de 20 de fevereiro de 1992 há a informação de que ele saiu da UFG por aposentadoria compulsória e problemas de saúde, ou seja, os dados são contraditórios.

agosto de 2010, também em entrevista para a publicação da Série Documentos nº5 do MA/UFG, mencionou que Acary de Passos se ressentia de ver todos à sua volta publicando, mas que ele, Acary de Passos, dizia que tinha relaxado, não tinha se atualizado e que “não dava mais tempo”. Ademais, Brandão aponta que embora Acary de Passos pouco publicasse, acabava abrindo espaço para que outros o fizessem, dando apoio a quem se interessasse, e quando possível recursos, o que também é ratificado por uma outra entrevista, desta vez de Ivanir de Souza Neves, também na Série Documentos nº5, ao dizer que Acary de Passos “comprava livros para eu estudar, eu falava que estava precisando de um livro e quando passava um dia ou no máximo dois ele chegava com o livro” (Série Documentos n. 5, 2011, p. 73).

Abaixo, listo as suas publicações as quais tive acesso, na ordem cronológica em que foram lançadas. Dos seis títulos publicados, em dois Acary de Passos atuou como único autor. Nos demais títulos podemos perceber que ele teve várias colaborações, principalmente a de Iluska Simonsen (três obras conjuntas).

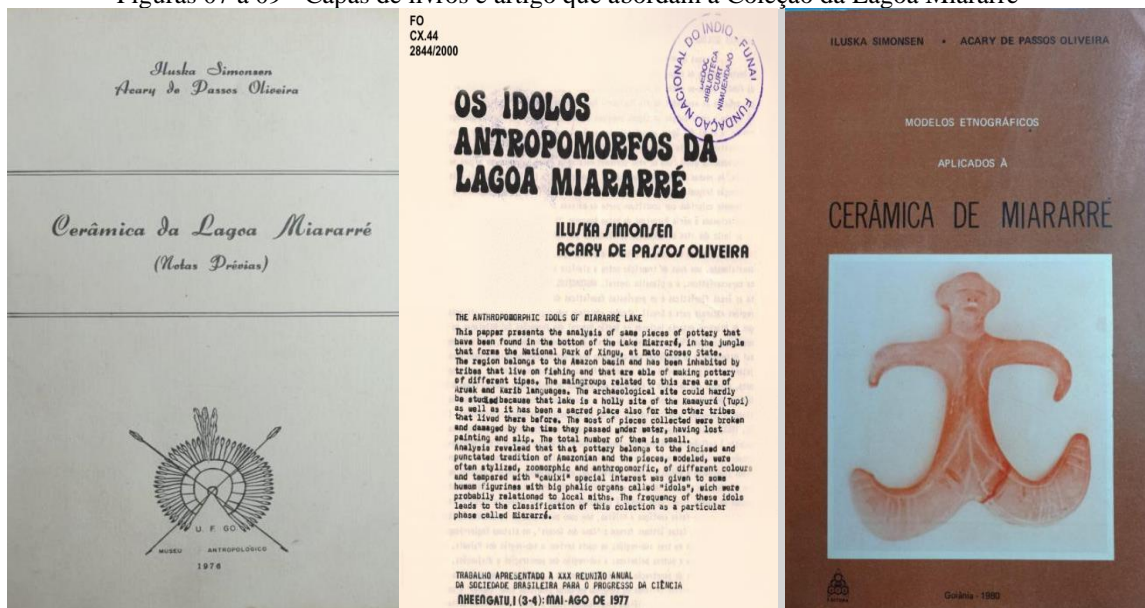
- 1976: Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição – Acary de Passos Oliveira - Goiânia – Editora UFG;
- 1976: Cerâmica da Lagoa Miararré (notas prévias) – Iluska Simonsen e Acary de Passos Oliveira, Goiânia: Ed. UFG;
- 1977: Os ídolos Antropomorfos da Lagoa Miararré – Iluska Simonsen e Acary de Passos Oliveira, Nheengatu: Cadernos Brasileiros de Arqueologia e Indigenismo, Rio de Janeiro, v. 3-4, n. 1, p. 25-40;
- 1978: Exposições de Antropologia – Acary de Passos Oliveira - Editora UFG;
- 1980: Modelos Etnográficos Aplicados à Cerâmica de Miararré – Iluska Simonsen e Acary de Passos Oliveira. Goiânia: Ed. UFG;
- 1983: Palestras e debates sobre o Índio Brasileiro - Coordenador: Acary de Passos Oliveira. Goiânia: Ed. UFG;
- 1987: Conhecendo o Índio – Acary de Passos Oliveira, Lêda T. costa Bandeira e Maria Cira J. Meireles D. Sousa – Goiânia: ed. UCG.

Figura 06 - Capa do livro Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição



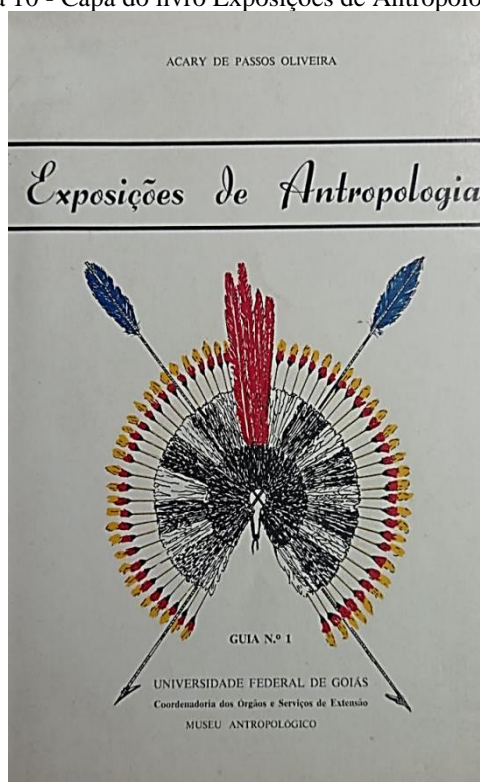
Fonte: OLIVEIRA (1976)

Figuras 07 a 09 - Capas de livros e artigo que abordam a Coleção da Lagoa Mirarré



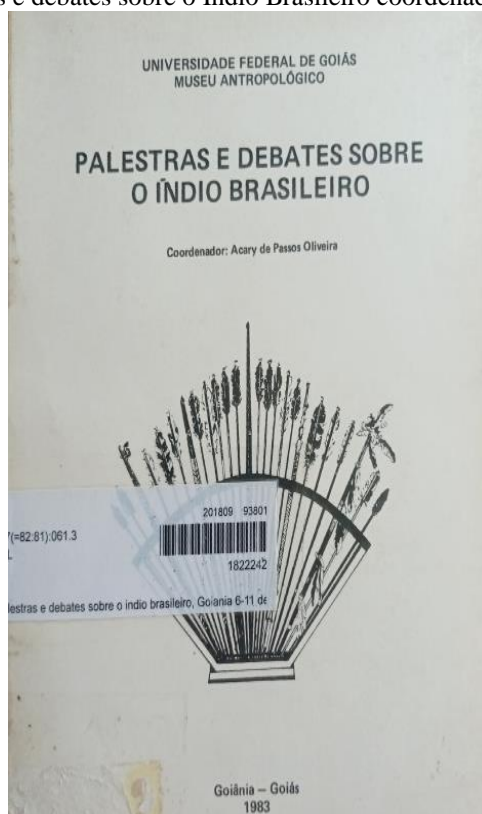
Fonte: SIMONSEN; OLIVEIRA (1976, 1977 e 1980)

Figura 10 - Capa do livro *Exposições de Antropologia*



Fonte: OLIVEIRA (1978)

Figura 11 - Capa do livro *Palestras e debates sobre o Índio Brasileiro* coordenado por Acary de Passos Oliveira



Fonte: OLIVEIRA (1983)

Figura 12 - Capa do livro Conhecendo o Índio



Fonte: (OLIVEIRA, BANDEIRA, SOUSA, 1987)

As publicações acima apresentadas são produções realizadas por editoras universitárias de Goiânia, excluindo a editoração sobre os objetos antropomorfos da Lagoa Miarraré, cuja impressão foi realizada pelo “Nheengatu: Cadernos Brasileiros de Arqueologia e Indigenismo”, sediado na cidade do Rio de Janeiro, o que evidencia a relevância da coleção da Lagoa no cenário nacional. Isso também indica a pertinência em observarmos um cenário editorial acadêmico se formando aqui em Goiás, a partir das universidades, já na década de 1970. Por outro lado, também pode sinalizar a falta de espaço para os pesquisadores fora do eixo “sul-sudeste”.

Em 23 de maio de 1993 faleceu Acary de Passos Oliveira, aos 86 anos de idade. Não se trata nessas poucas linhas acima de informar toda a sua biografia, tampouco narrar cronologicamente todas as suas atividades desempenhadas, mas chamar a atenção para a diversidade de tarefas com as quais esteve envolvido. Atividades essas que nos mostram o militar, o advogado, o sertanista, o indigenista, entre tantas outras ocupações, destacando-se nas expedições das quais participou, construindo uma pista de pouso de avião em aldeia indígena para receber presidentes e participando da construção da nova capital, Brasília. Foram viagens onde descobriu a riqueza material e imaterial dos povos originários, comprou, trocou e ganhou objetos, montou um museu em sua chácara e a partir de 1969 foi convidado a fazer parte de um

projeto capitaneado pela Universidade Federal de Goiás para a montagem de um museu antropológico.

No decorrer da sua convivência com as diversas etnias indígenas, Acary de Passos juntou um farto material composto por diários de campo, fotografias, bibliografias e objetos, o que acabou transformando-o em um colecionador. Há o registro de três instituições para as quais ele doou algum tipo de acervo, a saber: Museu Antropológico, IGPA e Museu Zoroastro Artiaga. Importante destacar que no IGPA, fui informado de que os arquivos referentes à Acary de Passos que estavam anteriormente no Centro Cultural Jesco Puttkamer, recentemente fechado, foram encaixotados e levados para um depósito no Memorial do Cerrado e devido à falta de recursos humanos para a organização desse material, o mesmo se encontra indisponível para consultas.

Ao concluir este capítulo, percebo que a trajetória de Acary de Passos pode ser interpretada sob vários aspectos, uma vez que realizou diversas viagens (apêndice) a comunidades indígenas e estabeleceu relações com sertanistas, indigenistas, militares, políticos, presidentes, museus, arqueólogos(as), antropólogos(as) e instituições acadêmicas. A década de 1940 marca um ponto de virada na vida de Acary de Passos. Foi nesse período que ele criou os seus contatos políticos de forma mais acentuada, o que o levou a ocupar cargos proeminentes no cenário nacional, construiu e manteve uma rede de relações e esteve próximo às pessoas do poder, incluindo os presidentes Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas, sendo diretamente nomeado por ambos os presidentes mencionados anteriormente. Em decorrência dessas teias, foi convidado a participar de expedições de grande relevância, como a Roncador-Xingu e mais tarde participaria da Expedição Cinta Larga. Sua participação nessas expedições, além do conhecimento do modo de vida dos povos originários, lhe propiciou adquirir variados objetos que ele trazia para a sua chácara, próxima à cidade de Goiânia. Isso foi fundamentalmente importante para a sua contratação pela UFG, cuja finalidade era a de ajudar na criação de um museu de Antropologia. Esses objetos foram, mais tarde, peças-chave na formação do acervo do museu recém-criado.

Após sua aposentadoria, Acary de Passos continuou o seu trabalho com a pesquisa e o ensino, desta vez na então Universidade Católica de Goiás (hoje PUC Goiás), especificamente no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA).

A inserção de Acary de Passos na Expedição Roncador-Xingu teve um papel importante nesse processo, com todas as contradições daí resultantes. E é isso que veremos a seguir.

## **CAPÍTULO 2. A MARCHA PARA O OESTE E A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU (ERX)**

Figura 13 - Foto da Expedição Roncador-Xingu, no acampamento do Rio das Mortes. Descrição: “Da direita para a esquerda: Cláudio Villas Boas, Dr. Acary de Passos Oliveira, Piloto Saraiva, Leonardo Villas Boas e o guarda de campo, no acampamento do Rio da Mortes”



Fonte: OLIVEIRA, 1976.

A Marcha para o Oeste foi um processo na história do Brasil no século XX e fazia parte do plano desenvolvimentista visando a integração nacional do país e, para que isso de fato ocorresse, seria imperioso a ocupação física do território brasileiro. Em outras palavras, sair da faixa litorânea e ocupar as áreas “não desenvolvidas” e supostamente “despovoadas” das regiões norte e centro do país, o que incluía estados como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins. A comitiva da Marcha para o Oeste partiu da capital, Rio de Janeiro rumo à cidade de São Paulo, onde foi “abençoada” no mesmo local onde, segundo a tradição, os bandeirantes paulistas recebiam as bênçãos antes de partirem rumo ao "oeste indomado" (Rocha, 1992), depois seguindo para Uberlândia, que era uma base de apoio. Pretendia-se, assim, refazer simbolicamente o itinerário das antigas bandeiras (ROCHA, 1992).

Em Leopoldina (hoje Aruanã), foi instalado um primeiro almoxarifado para a expedição, tendo Acary de Passos providenciado pessoalmente essa organização. Não obstante, pouco tempo depois, ficou decidido que a Barra do Rio das Garças (hoje Aragarças) seria de onde efetivamente começaria a marcha com a Expedição Roncador-Xingu (OLIVEIRA, 1976).

A imagem mítica do bandeirante, acionada na Marcha para Oeste, foi também difundida na mídia, conforme podemos notar na reportagem da revista “O Cruzeiro” de 24 de junho de 1944, ao referir-se as atividades realizadas a partir do acampamento no Rio das Mortes. Consoante a revista O Cruzeiro, 1944 Apud Oliveira, (1976, p. 128)

No último ponto da civilização, os bandeirantes fizeram seu acampamento, recebem cuidados médicos e estão se preparando para nova investida. Há homens excepcionais, como este tenente Acari, chefe do destacamento, mas todos são valentes e dedicados. Mas, duros como o buriti do Rio das Mortes (grifo meu).

Saliento que esse trecho da reportagem foi inserido por Acary de Passos em sua obra “Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição”, publicada em 1976. Dessa feita, observa-se que Acary de Passos tencionava também construir uma determinada “imagem de si” no âmbito da Marcha para o Oeste, imagem impressa em seus relatórios, publicações e demais escritos.

O período que marca o início da Marcha para o Oeste era marcado pelo Segunda Guerra Mundial. Tínhamos, de um lado, o bloco do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e de outro os Aliados (liderado por Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos). O Brasil fazia parte desse último bloco e, inclusive, tivera vários navios abatidos pelos submarinos inimigos em águas estrangeiras. Mas o que chamou a atenção dos governantes à época foi o ataque e naufrágio de um navio em águas nacionais, mais precisamente próximo à cidade de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, distante a mais ou menos 150km da então capital, cidade do Rio de Janeiro. Esse ataque gerou muita insegurança com a sede do governo no litoral fluminense.

Então surgiu a ideia de levar a capital do país para o interior, um local mais seguro. Decidem então empreender todo um movimento cuja finalidade seria desbravar o interior do país, um local tido como “abandonado”, uma extensa área de difícil acesso, complicado para ser ocupado, mas possuidor de riquezas minerais “incalculáveis”, em resumo era uma região que aos olhos dos Estado era “inabitada”. Assim era visto o Sertão, onde havia um Brasil “desconhecido e, mais do que isso, abandonado à sua própria sorte”.

Com a ascensão do nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial, uma teoria ganhara força, a do “espaço vital”<sup>12</sup>, que propalava a importância dos territórios para o desenvolvimento das sociedades. O Brasil era um dos alvos dessa doutrina, pois mais de 90% da sua população estava distribuída em cerca de 1/3 do vasto território geográfico. Grande parte do território nacional era erroneamente tida como “praticamente despovoada” e desconhecida pela maioria dos brasileiros.

Cabe aqui ressaltar que essa questão de perda de espaço para outras potências mundiais nunca foi oficialmente admitida pelos governantes. O que há de oficial é que os objetivos da marcha não eram apenas desbravadores, mas principalmente colonizadores, deixando sua marca por onde passasse (fundação de cidades, postos avançados de comunicação, pistas de pouso, dentre outras). Os lugares por ela atingidos seriam lugares conquistados, integrados na economia nacional.

Nas próximas páginas serão apontados alguns motivos que levaram à consecução da Marcha para o Oeste, bem como suas consequências na configuração das relações com os povos indígenas e em seu “colecionamento”<sup>13</sup>, onde se insere Acary de Passos. O “vazio demográfico”, a vulnerabilidade da Capital nacional e a teoria do “espaço vital” fez com que Getúlio Vargas criasse, em setembro de 1942, a “Comissão da Coordenação da Mobilização Econômica” cujo primeiro coordenador foi o ministro João Alberto Lins de Barros.

Getúlio Dorneles Vargas governou o país pela primeira vez no período de 1930 a 1945, de forma ditatorial a partir de 1937 quando instalou o Estado Novo, reforçou o seu poder, reduziu as liberdades civis e instituiu a censura. Nesse tempo em que governou, Vargas procurou centralizar o poder executivo, criando para isso vários ministérios, dentre os quais destaco o

---

<sup>12</sup> A teoria do espaço vital foi criada no final do século XIX por Friedrich Ratzel em que acreditava que o território é fundamental para o desenvolvimento dos grupos humanos. Essa teoria foi reinterpretada por Adolf Hitler para defender a o direito dos alemães de invadir outros países da Europa no período que antecedeu a Primeira Guerra mundial. Fonte: <http://educacao.globo.com/provas/uerj-2-exame-de-qualificacao-2013/questoes/48.html>. Acesso em 28/09/2023.

"A conquista desse “espaço vital” dependia da subjugação de “povos ou raças inferiores”, ocupantes de territórios “indignos” deles." Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-o-espaco-vital-nazista.htm>. Acesso em 23/09/2023.

<sup>13</sup> Utilizo o termo “colecionamento” na acepção de James Clifford acerca da etnografia, aplicada por exemplo, nos estudos de Moraes Wichers (2020).

Ministério do Trabalho (criou a justiça do trabalho, a consolidação das leis trabalhistas, instituiu o salário-mínimo, reforçando assim a relação do governo com os trabalhadores o que o aproximou da grande massa populacional) e o Ministério Educação e da Saúde. Foi dele também a idealização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Brasil Central (FBC), sendo que essa última teria um papel fundamental para a concretização da Marcha para o Oeste. Vargas ficou no poder até 1945.

Em 1950, voltou ao cenário político para governar o país pela segunda vez, sendo eleito democraticamente à presidente, ocupando o cargo maior de 1951 até 1954, prometendo industrializar o país e ampliar a legislação trabalhista. Seu governo esteve sob forte pressão e abalado por uma grave crise, sendo exigida a sua renúncia, o que não aconteceu. No dia 24 de agosto de 1954, Vargas comete suicídio, entrando para a história, como estava escrito na carta que foi encontrada junto ao seu leito de morte.

O Estado Novo, período da atuação de Vargas que mais destacaremos nesse momento, teria como uma de suas características as políticas econômicas desenvolvimentistas. Para Fausto (2006, p. 367)

Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujos objetivo comum e imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país. Os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia - um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do estado.

Para (LIMA FILHO, 2001), Getúlio Vargas tornou-se um herói mítico, um bandeirante civilizador, fundador das cidades, transformando o sertão para formar a brasilidade. Em entrevista ao Jornal “A noite”, falando sobre os planos da Marcha, um dos ministros de Vargas, mais especificamente o ministro João Alberto Lins de Barros, já mencionado, chama a atenção sobre o povoamento do interior do país, bem como mostra a sua preocupação em relação às políticas externas. Segundo o Jornal “A Noite” em (25/02/1943)

O Brasil necessita de ir para o interior. Vivemos preso ao litoral, onde o progresso tem sido inegável. Mas é para o interior que todas as nossas atenções se devem dirigir nesse momento. Não tenho prevenção, nem crio restrições ao capital estrangeiro. Mas, não devemos nos esquecer de que muito mais a nós cabe o dever da fixação do homem à terra exuberante do interior. É injusto que estejamos esperando correntes migratórias quando o braço nativo pode dar tudo da sua capacidade produtiva.

Para o sucesso desse programa de interiorização do país, o governo federal instaurou duas medidas: lançou a Expedição Roncador-Xingu e criou a Fundação Brasil Central (FBC), a quem caberia o gerenciamento das obras criando toda a logística e infraestrutura para a realização da operação, cuja missão era, antes e acima de tudo, a ocupação do território nacional criando núcleos populacionais.

Getúlio Vargas ao proclamar a Marcha para o Oeste no fim de 1938, emite um expressivo e eloquente discurso, segundo Neiva (1942, p. 45-46)

... a civilização brasileira, à mercê dos fatores geológicos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizavam os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir os obstáculos, encurtar as distâncias, abrir e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Nesse sentido, (OLIVEIRA FILHO, 2012), expõe de forma clara e precisa quais eram os objetivos da Marcha. Segundo Oliveira Filho (2012, p. 18)

Os objetivos eram formulados claramente – instalar campos de pouso e bases militares, abrir caminhos e picadas, construir pontes. Além da função de desbravamento do interior, a meta era estabelecer bases de apoio radiotelegráficas e campos de pouso que permitissem a integração das redes de comunicação nacionais, ameaçadas por grandes vazios demográficos. Desde 1947 a rota aérea para Manaus passou a fazer uso das bases criadas pela Expedição Roncador-Xingu, que também serviram a rotas internacionais, como as de Miami e Lima).

Ainda sobre o legado da Expedição, conforme Oliveira Filho (2012, p. 18)

Os resultados obtidos surpreendem por sua extensão – foram abertos cerca de 1.500 quilômetros de picadas e construídos dezenove campos de pouso, dos quais quatro transformaram-se em bases militares, servindo de controle ao tráfego aéreo. No roteiro da expedição surgiram 42 vilas e cidades, que na década de 1990 reuniram mais de um milhão de habitantes. Em tal percurso os expedicionários tiveram contato com dezoito povos indígenas.

Um outro autor nos aponta uma outra probabilidade sobre os fatos que levaram à Marcha. Para Dutra e Silva (2017, p. 16)

Os discursos sobre a marcha evidenciavam a imagem da nação em movimento, e os projetos de ocupação e deslocamento caracterizavam a representação social do território nacional como um espaço de conquista, expansão e integração. Esses discursos estimulavam a sensação de pertencimento ao desenhar a nação como corpo em movimento, no qual todos eram participantes. Num período em que muitos canais de participação coletiva haviam sido velados, a marcha significava um escape à ação política. [...] Também o uso discursivo da marcha representava uma continuidade nas políticas de valorização do trabalho, e, particularmente, do trabalhador rural.

Portanto, podemos depreender, a partir dos autores supracitados que a questão política não envolvia apenas a ocupação do espaço, mas de torná-lo economicamente viável para o Estado, integrando-o também a uma certa imagem do Brasil e da brasilidade. Cabe-nos refletir sobre qual o espaço para as populações indígenas nesse processo e como esse lugar marcou as relações entre Acary de Passos e esse povos, as coleções formadas no bojo desse movimento e suas marcas na antropologia e, mais precisamente, no Museu Antropológico da UFG, assunto que abordaremos no Capítulo 3. Ainda sobre o “despovoamento” da região alvo da marcha, para De Almeida e Schneider (2018, p. 246-247)

Naturalmente não eram “vazios demográficos”, como diversos intelectuais na época e o próprio governo afirmavam. Aqueles territórios, desabitados de homens brancos, eram ocupados por diferentes nações indígenas, como a própria Expedição Roncador-Xingu atestou, como os Xavantes, os Trumai, os Juruna, os Kayabi, os Txukarramãe, os Suyá, os Ikpeng e os Kreen-Akarore, entre outros.

Para uma melhor compreensão acerca das motivações para a Marcha para o Oeste é imprescindível apresentar o contexto do momento, a realidade política e econômica mundial da época. O início do governo de Vargas deu-se um ano após uma grave crise financeira mundial, a crise de 1929. Diante da queda das receitas com as exportações, o governo se viu obrigado a pensar na diversificação de mercadorias e essa variação de ofertas de produtos agrícolas necessitava de novos espaços agrícolas para serem implantadas. Ademais não era de interesse do governo um esvaziamento do campo e conseqüentemente uma superpopulação dos centros urbanos. Era preciso um fortalecimento na produção interna, o que ajudaria no consumo local e posteriores exportações. Além do mais, uma das bandeiras de Getúlio Vargas era a industrialização nacional, tanto é que se percebeu um crescimento da indústria brasileira nos seus primeiros 10 anos de governo. Soma-se a isso a existência de narrativas como a apresentada abaixo, narrado por Lima Filho (2001, p. 144) apud FBC (1962)

Em 1937, em Genebra, por iniciativa do representante do Japão junto à Sociedade das Nações, agitou-se, naquele organismo, a idéia (*Sic*) de que as nações que dispusessem de grandes áreas inexploradas, como é o caso do Brasil, deveriam cedê-las a outros países, mais densamente povoados e capazes de explorá-los, em proveito próprio e no dos outros povos civilizados do mundo. Logo em seguida, sob o auspício do nazi-fascismo, triunfante então na Itália e na Alemanha, ganhava corpo e se constituía no principal fundamento do pretexto ideológico da maior e mais sangrenta guerra da história, a doutrina na necessidade de espaço vital, a tão celebrada Lebensraum da delirante propaganda nazista.

Para Lima Filho, o “sentimento nacional ou a construção da brasilidade” no período de Vargas também foi “vulcanizada por acontecimentos externos.” Lima Filho (2001, p. 144). De fato, o Brasil com uma dimensão continental despertava a cobiça de algumas nações que eram potências mundiais superpopulosas e precisavam de espaços para sua expansão. Esse fato assustava os governantes brasileiros que, liderados por Getúlio Vargas, enviaram uma expedição ao interior brasileiro. Consolidava-se o lema: “Ordem e Progresso”, ou seja, a ideia era migrar do litoral no sentido da interiorização do Brasil “levando a modernidade e o progresso a esses rincões”. Nesse contexto, surgiu a necessidade de promover a ocupação dessas regiões (a construção da Rodovia Belém-Brasília e da Transamazônica -ambas no século XX- foram também marcos da almejada ocupação do interior do Brasil).

Destarte, durante o governo Vargas (1930-1945) foram implementadas políticas de incentivo à migração para o interior do país, visando promover sua ocupação e desenvolvimento. Foi nesse período que foi criada a Fundação Brasil Central (FBC), responsável pela execução da Marcha para o Oeste, e ainda foram aprovadas leis de colonização - como o decreto 24.606, de 06 de julho de 1934 que facilitou a aquisição de terras por meio da ocupação. O referido decreto autorizava a desapropriação por utilidade e necessidade pública, para fins de saneamento e colonização de quaisquer terrenos rurais foreiros à União. O decreto trata de temas como: a limitação da posse de terras; a colonização; o cultivo do solo, dentre outros, mas nada se referiu à propriedade de terras por parte dos povos originários. Esse decreto foi revogado por outro de 10 de maio de 1991. Segundo Geraldo (2009, p. 178)

temas como trabalho e povoamento suscitaram a elaboração de discursos e debates que abordavam desde a miscigenação e a assimilação até propostas de proteção ao trabalhador nacional. Vargas defendia que o Brasil ainda constituía um país de imigração devido à necessidade de povoar seu vasto território e pela necessidade de braços “numerosos e adestrados” para o cultivo da terra.

Nas ideias dos homens no poder, milhares de “silvícolas” viviam em estado de “grande atraso”, devendo ser levados ao progresso e à civilidade, seja pela religião, pelo ensino ou pelo

exército e, para isso, construiriam igrejas, escolas primárias e ensino militar. Essas ações visavam desfazer o “selvagem” trazendo-o para a “modernidade civilizada”, o que me lembra (BAUMAN, 2001) em seu livro “Modernidade líquida” onde ele aponta que o mundo civilizado é um mundo totalmente controlado, com liberdade individual reduzida, onde indivíduos são treinados para obedecer a ordens e seguir rotinas estabelecidas por uma elite.

Assim, a marcha foi um projeto pensado para “controlar” o território nacional e, para além desse controle, estava em jogo a concretização de objetivos políticos, econômicos e militares. Era preciso colonizar esse espaço, levar até ele a “civilização” e caberia ao Estado “controlar, ingerir, mandar, enfim, manter a autoridade sobre a questão”. E ainda sobre o projeto estatal de civilizar e modernizar o país, vários eventos foram momentos-chave para a concretização da Marcha para o Oeste, segundo Maia (2012, p. 46-47)

A construção de Goiânia em 1933 e seu “batismo cultural” em 1942; o discurso do Rio Amazonas, pronunciado por Vargas em outubro de 1940 e republicado na Revista Brasileira de Geografia em 1942 (Vargas 1942); a criação de novos territórios federais; a visita da comitiva presidencial à Aldeia Carajá de Santa Isabel do Morro, na Ilha do bananal; a formação de colônias agrícolas, em especial no estado de Goiás; e a chamada “Batalha da borracha”, que envolveu o transporte de milhares de trabalhadores nordestinos para os seringais do Amazonas.

Mais adiante, em conformidade com Maia (2012, p. 55)

A criação de Goiânia e seu batismo cultural, por sinal, foram um dos primeiros grandes eventos posteriormente enquadrados na “história oficial” da Marcha. A nova capital de Goiás visava dinamizar economicamente o estado e produzir um novo centro de poder que traduzisse os novos tempos da região, à época sob o comando do interventor Pedro Ludovico Teixeira.

Abaixo elenco as principais datas históricas sobre a mudança da capital do estado de Goiás e a criação de Goiânia:

- 20 de dezembro de 1932: por decreto n.º 2.737, do Interventor Federal no Estado, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, é nomeada a comissão para a escolha de um local para a nova capital;
- 18 de maio de 1933: por decreto n.º 3.359 é escolhido o local – Campinas;
- 6 de julho de 1933: o decreto n.º 3.547 encarrega o urbanista Correia Lima de elaborar o plano da cidade;
- 10 de outubro de 1933: Caramuru Silva do Brasil escreve ao jornal “O Social”, sugerindo a designação de Goiânia para o nome da nova capital;
- 24 de outubro de 1933: Lançamento da Pedra Fundamental da Cidade;

- 3 de dezembro de 1933: o Engenheiro Correia Lima apresenta o esboço dos arruamentos e loteamentos da área projetando-a para 15 mil habitantes;
- 2 de agosto de 1935: o decreto n.º 327 cria o Município e a Comarca de Goiânia;
- 20 de novembro de 1935; instalação do Município e da Comarca;
- 23 de março de 1937: assinado o decreto n.º 1.816, que transfere para Goiânia a nova capital do Estado de Goiás;

Portanto, oficialmente instaurada com o Estado Novo (1937-1945) a Marcha para o Oeste foi um momento decisivo na história do Brasil no século XX, visando a integração nacional do país por meio da ocupação física do território brasileiro. Coube à Fundação Brasil Central (FBC), o gerenciamento das obras criando toda a logística e infraestrutura necessária para a realização da operação.

Essa abordagem reflete a crença de que uma sociedade “civilizada” era “superior” e deveria importar sua visão de “progresso” aos povos considerados “selvagens”. A Marcha para o Oeste refletiu a tentativa de impor essa visão de modernidade. Para Gomes (2013, p. 46)

O Estado Novo, como outros regimes autoritários seus contemporâneos, estabelecia como meta estratégia para a segurança nacional um efetivo controle sobre povo e território, cuidando-se das fronteiras do país, ameaçadas, quer por inimigos externos, quer por inimigos internos.

E ainda sobre o projeto estatal de “civilizar e modernizar” o país, para além da construção de Goiânia, que representou um dos grandes eventos da Marcha, vários outros acontecimentos foram momentos-chave para a concretização da Marcha para Oeste, dentre eles temos a expedição Roncador-Xingu, abordada no item seguinte

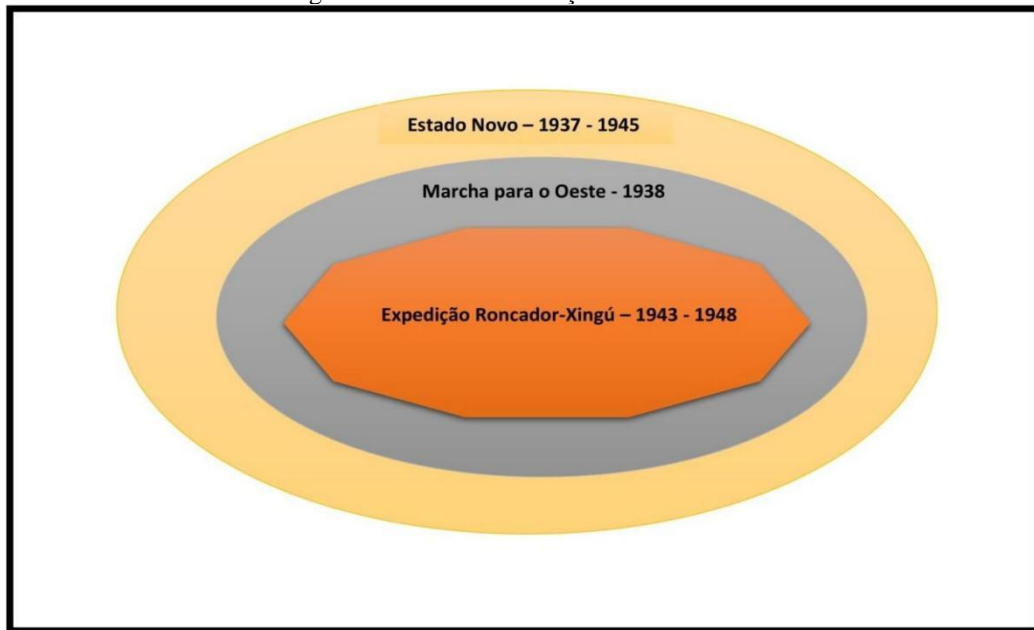
### **2.1. A Expedição Roncador-Xingu (ERX)**

A Expedição Roncador-Xingu aconteceu de 1943 até 1948<sup>14</sup> e Acary de Passos participou dela na primeira etapa, que compreende os anos de 1943 e 1944. Cabe salientar que para compreendermos a ERX precisamos contextualizá-la na Marcha para o Oeste e no Estado Novo (Figura 14), conforme já apresentei anteriormente.

---

<sup>14</sup> Em 20 de março de 1948, pela Resolução nº 254 da Presidência da Fundação Brasil Central e por deliberação do Conselho Diretor da Fundação Brasil Central, determina-se, entre outras coisas, o fim da missão Expedição Roncador-Xingu e estabeleceu-se a etapa de penetração no Xingu-Tapajós (VILLAS BÔAS FILHO, 2006, p. 24). Em 1949 o coronel Flaviano de Mattos Vanique foi desligado da Fundação Brasil Central e, conseqüentemente, da ERX, substituído por Orlando Villas Bôas, que ficou com a chefia plena dessa nova etapa.

Figura 14 – Contextualização da ERX



Fonte: Organização do autor.

Sobre a finalidade da ERX, assinala Villas Bôas Filho (2006, p. 14)

A Expedição Roncador-Xingu, instituída pela Portaria Federal nº 77 de 3 de junho de 1943 do Ministério da Coordenação da Mobilização Econômica, visava a explorar a região do Brasil Central com a finalidade de estabelecer “núcleos civilizatórios”, a partir dos quais se tornaria possível ocupar efetivamente esse imenso território e, com isso, aplacar as pretensões de nações européias (*sic*) que, no contexto da II Guerra Mundial, questionavam a soberania brasileira sobre o mesmo. [...] o texto da mesma Portaria estabelecia como objetivos fundamentais da expedição:

- a) partir da cidade de Leopoldina (atual Aruanã), no Rio Araguaia, em Goiás, e seguir da direção geral do noroeste rumo a Santarém, sobre o Amazonas;
- b) fundar no ponto mais favorável sobre o Rio das Mortes um estabelecimento de colonização;
- c) continuar a marcha galgando a Serra do Roncador e fundar no ponto mais conveniente um núcleo de civilização, para servir de ponto de apoio para o prosseguimento da expedição;
- d) “invernar” nesse local preparando o campo de aviação e iniciando trabalhos agrícolas e de construção.

Conforme já indicado anteriormente, ficou decidido depois que a Barra do Rio das Garças (hoje Aragarças) seria de onde efetivamente começaria a marcha com a Expedição Roncador-Xingu, e não Leopoldina (atual Aruanã), conforme indicado no trecho acima. Não obstante, Aruanã cumpriu o papel de lugar estratégico para a instalação de um primeiro almoxarifado da expedição. Apresento a seguir o roteiro da Expedição segundo Acary de Passos:



No discurso proferido, quando do lançamento da ERX, o ministro João Alberto quis esclarecer que ela visava não apenas desbravar o interior do país, mas principalmente colonizá-lo, deixar um marco por onde passasse, conquistando lugares para a “civilização” integrando-os na economia nacional, objetivos esses que estavam intrinsecamente ligados à Marcha para o Oeste.

Acary de Passos foi contratado como chefe de pessoal, segurança e transporte na ERX e coube a ele a elaboração das instruções a serem seguidas por todos, cuja finalidade era colocar a ordem e a disciplina. Todos os dias havia uma rotina a ser seguida: alvorada - 6:00h; café - 6h30min.; início dos trabalhos - 7:00h; almoço - 12:00h; reinício dos trabalhos - 14:00h; término do trabalho - 17:00h; jantar - 18:00h; silêncio - 21h30min. Além do mais, combinaram entre eles alguns sinais convencionais: Um silvo longo de apito: alvorada, rancho, início e término dos trabalhos, silêncio. Dois silvos longos seguidos: reunir. Três silvos longos seguidos de curtos várias vezes repetidos: Alarme. Outras regras também regiam a todos, integrando os seguintes assuntos: saídas do acampamento sem a devida autorização; bebidas alcoólicas; acesso à cozinha, às munições e combustíveis limitados. Quem infringisse as regras seria punido, sendo de advertência até a expulsão da expedição. Ainda, segundo (OLIVEIRA, 1976, p. 57) “o regime de trabalho ajustado pela chefia, é de que, no sertão não existe domingo, dia santo, nem qualquer outra data que faça parar o serviço”. Para a chefia: “Legislação Trabalhista é coisa de cidade, para angariar votos nas eleições, sem nenhuma aplicação no mato” (OLIVEIRA, 1976, p. 57).

As impressões de Acary de Passos sobre a ERX contrastam, em partes, com as do ministro João Alberto, que era a versão oficial do Estado. Em um trecho extraído de seu diário ao qual tive acesso ele assinala as suas evidências de antes e da expedição. De acordo com o Fundo documental do IGPA (2023)

A imprensa brasileira agitou a opinião pública dedicando uma série de artigos à expedição que se organizava por iniciativa do Coordenador de Mobilização Econômica, Ministro João Alberto Lins de Barros em colaboração com o Tenente Cel. Flaviano de Matos Vanique, Francisco Brasileiro e outros. As críticas variavam de um jornal para outro. Havia comentários construtivos, nos quais escritores e jornalistas louvavam os expedicionários, com palavras entusiásticas, cheias de fé e civismo incitando-os a levar avante essa feliz iniciativa de uma finalidade tão profunda, vez que iriam desbravar regiões até então desconhecidas e auxiliar na formação de um Brasil maior. Outra corrente atacava sem dó nem piedade os iniciadores da arrojada empresa, alegando entre outras razões que a expedição iria provocar o ódio sempre latente entre os indígenas, habitantes da região que seria palmilhado, pré-julgando o início de uma crescente guerra de extermínio entre brancos e índios.

Mais adiante, Acary de Passos escreve sobre os motivos que levaram à criação da ERX. Para ele existia uma versão oficial, porém a finalidade real era outra, como registrado no Fundo documental do IGPA (2023)

Várias entrevistas foram concedidas pelo Ministro João Alberto e Cel. Vanique, esclarecendo os motivos que determinaram a Expedição - a abertura de uma estrada que fizesse a ligação do Sul com o Norte, fixando núcleos populacionais ao longo da futura estrada que seria aberta, essa a versão oficial, outra entretanto era a finalidade - vários brasileiros estavam sendo torpedeados na costa brasileira e após a vigésima terceira vítima, afundado nas proximidades de Cabo Frio as autoridades de cúpula presente o Estado Maior do Exército alegaram sobre a vulnerabilidade do Governo Federal no Rio de Janeiro ou outro qualquer ponto do litoral. Em caso de ataque para onde transferir a sede do Governo? Entre outras sugestões corporificou a de se construir uma estrada interiorana, para, se necessário, o Poder Central se deslocar para lugar onde oferecesse melhor proteção. Esse o motivo da ação da expedição que recebeu a denominação de Expedição Roncador-Xingu, tendo-se em vista o roteiro travado para sua execução.

O primeiro escalão foi constituído e compreendia de um total de 40 homens, incluindo o chefe, coronel Vanique e parte de seu estado-maior. Também foi organizado um segundo escalão cuja chefia estava a cargo de Acary de Passos. Baseando-me nos objetivos listados acima, pude pautar que “pacificar ou proteger” os indígenas não fazia parte da ERX.

Na década de 1940 havia no país dois modelos que pautavam as ações dos sertanistas. De um lado tínhamos os “Protecionistas” e na outra ponta, os “Integracionistas”. Para os primeiros, liderados por Marechal Rondon e, posteriormente, pelos irmãos Villas Bôas, buscavam preservar tanto fisicamente como culturalmente o indígena, temendo que o contato com o “civilizado” o “aculturasse”. Rondon, cujo lema era “Morrer, se preciso for; matar, nunca!”, e os Villas Bôas lutavam contra a corrente evolucionista que imperava naquele tempo, que pregava a sobrevivência dos mais aptos e o extermínio (seja físico ou cultural) dos mais fracos.

Para o modelo Integracionista, que estava mais sintonizado com os ideais da integração nacional de Getúlio Vargas, os indígenas deveriam o quanto antes se agregar à economia da sociedade brasileira, buscar a convivência com os “civilizados”. Os indígenas, para essa corrente de pensamento, não poderiam jamais serem obstáculos para o desenvolvimento e a integração do país ao contrariar uma política de abertura de estradas, ou seja, da Marcha para o Oeste. O maior representante desse modelo era Francisco Meireles, que já havia feito um trabalho de “pacificação” com os Xavante. Inclusive, em fevereiro de 1969, Meireles capitaneou uma expedição aos Cinta-Larga, expedição essa que teve em Acary de Passos como segundo homem mais importante na hierarquia e da qual falaremos mais adiante. O lema dessa expedição era

“Para a frente”, o que vem ao encontro das ideias integracionistas defendidas por seu líder, Francisco Meireles. Nessa corrente temos como representantes, além de Getúlio Vargas, o coronel Vanique.

Aqui é importante fazer uma ressalva quanto aos modelos acima descritos. Os protecionistas transitavam também nos pensamentos integracionistas. Eles só tinham uma visão mais humanitária que dizia: “Não, a gente não vai matar”. Concebiam estratégias de proteção, mas pensavam que gradualmente os indígenas iriam acabar sendo incorporados à civilização nacional, após um tempo maior. Acary de Passos circulou em ambos os grupos/modelos, tanto integracionista quanto protecionista, o que demonstra o quanto esses modelos eram permeáveis, e destaco também a ambiguidade de Acary de Passos ao transitar pelas duas ideologias. Os protecionistas criavam as reservas, ocupavam uma vasta região e uma pequena área era reservada para que essas populações ali vivessem. As primeiras reservas são criadas a partir de 1910 nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, porque estavam sendo construídas as estradas de ferro que ligavam a região ao estado de São Paulo, sendo que a maioria foi criada entre os anos de 1914 até 1930.

O Parque Indígena do Xingu foi concebido muito depois, mas com essa mesma perspectiva: proteger as populações, reservar uma área onde pudessem ser quase um estado indígena independente, mas o restante do território seria liberado para os projetos nacionais. Daí podemos concluir que eles também eram integracionistas. Por mais humanistas que os Villas Bôas fossem, também estavam a favor de um projeto de integração nacional, além de serem positivistas, assim como Acary de Passos também o foi. Em (ROCHA, 1992) percebemos a ingerência do Estado na política indigenista brasileira. Consoante Rocha (1992, p. 30)

A Marcha efetivou, dentro das condições objetivas permitidas pelo país na época, realizações concretas que mexeram com interesses definidos de grupos sociais e pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com a empreitada colonizadora do Estado. Nenhuma outra criação do Estado Novo objetivou de forma mais clara a Marcha para o Oeste, do que a Expedição Roncador Xingu e o posterior desempenho da Fundação Brasil Central. Foi através destas realizações que o Estado fez o país sentir-se marchando para o Oeste, um sinal de identificação entre o regime e sua criação. Foi também através destas realizações que fez-se o contato com diversos grupos tribais da região central do país e, criou-se o Parque Nacional do Xingu, sob forte oposição do governo do Mato Grosso e dos proprietários rurais.

De fato, a Expedição Roncador-Xingu teve um papel importante na colonização e integração do interior do Brasil, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Amazônica. A política indigenista da época se baseava na “atração” dos povos indígenas para integrá-los à sociedade brasileira.

## 2.2. Acary de Passos e os irmãos Villas Bôas

Sobre a entrada dos Irmãos Villas Bôas na Expedição Roncador-Xingu há uma divergência entre as narrativas de Acary de Passos (logo abaixo) com a de Orlando Villas Bôas. Em seu livro *Histórias e Causos*, apontou Villas Bôas (2005, p. 36)

“Partimos para a grande façanha: subir o rio Araguaia até a confluência com o Rio das Garças, onde a Fundação Brasil Central estava dando os primeiros passos na instalação de uma base... De fato, já haviam começado os trabalhos de abertura de um campo de pouso e de construção de um hotel. Candidatamo-nos a trabalhar ali”.

Como uma das regras da Fundação Brasil Central era a de que não se contratasse nenhum trabalhador que fosse alfabetizado ou de cidade grande, Orlando pontua que os irmãos não disseram que eram de São Paulo e muito menos serem alfabetizados. Ainda corroborando que os três começaram juntos na ERX. De acordo com Villas Bôas (2005, p. 36)

“Cláudio e Leonardo foram escalados para os trabalhos braçais do campo de pouso que estava sendo feito. Eu, o mais velho, fui destinado à turma do seu Moreira, o mestre-de-obras. Deram-me um carrinho para transportar tijolos e cimento. Serviço árduo para os habituados, castigos para os neófitos”.

A versão desse começo dos Villas Bôas como anônimos e sertanejos destoa completamente da narrativa de Acary de Passos em uma entrevista dada ao prof. da PUC Goiás Luis Eduardo Jorge, em 1992, um pouco antes da sua morte em maio de 1993. Nessa conversa, de quase duas horas, de duração ao ser indagado se ele foi o responsável pela admissão dos irmãos Villas Bôas, responde, conforme registrado no Fundo documental do IGPA (2023)

“O Orlando não. O Cláudio e o Leonardo. Houve uma denúncia de que havia desvio de combustível em Aragarças. Como sou bacharel em direito, tinha sido delegado em Goiânia, o Ministro mandou que eu fosse transportado de Xavantina para Aragarças e fizesse uma sindicância. Vim para Aragarças e fui fazer o levantamento. Era véspera de Natal e minha Senhora<sup>15</sup> tinha saído do Rio para passar o Natal comigo lá, no acampamento”.

Conforme os registros feitos no diário da ERX, nessa ida até Aragarças, Acary de Passos avista um trabalhador que deveria estar na frente de trabalho e pergunta o que ele está fazendo ali e ele responde que entre dois ou três trabalhadores debandaram durante a noite com a forte disciplina imposta pelo coronel Vanique, o que afetava diretamente o avanço das clareiras, dos piquetes mata adentro. Então Acary de Passos conversa com um ministro que estava na mesma

---

<sup>15</sup> Ele não cita o nome da sua esposa na entrevista, embora ela estivesse presente. Seu nome é Maria Aparecida Delgado Oliveira.

cidade e lhe é perguntado como resolver a questão, Acary de Passos, responde “contratar mais gente para substituir, não pode ter muito porque surge o problema da alimentação, mas não pode ter pouco porque senão o serviço não rende”.

Então pediram-lhe que fizesse um projeto. Ele o fez pedindo 30 homens, carro de boi (que seria usado para compactar o campo de pouso), bois e 20 mulas (animais de carga). O ministro imediatamente aprovou o pedido e Acary de Passos comunicou ao coronel Vanique que estaria partindo no dia seguinte com mais pessoas e algumas “surpresas”, este quis saber o nome e a origem de cada pessoa que estava sendo contratada porque não queria ninguém com “febre de sertão”<sup>16</sup>, então Acary de Passos leu o nome e a origem de cada pessoa. Nessa entrevista Acary de Passos pontua que “quando li Cláudio Villas Bôas e Leonardo Villas Bôas eu disse: um trabalha na prefeitura de São Paulo e o outro parece que num posto de gasolina. O coronel Vanique não os quis”.

Nessa interlocução, Acary de Passos sinaliza que chamou até completar os 30 homens previstos em seu projeto original e ao final, sua esposa o interpelou perguntando-lhe se ele “havia notado como tinham ficado os Villas Bôas”. Ele respondeu que não percebeu nada e ela disse que “eles ficaram bem tristes”, pedindo que Acary de Passos contratasse-os, o que ele recusou em um primeiro momento, mas acabou cedendo, levando-os.

Esse é o relato de quem os contratou e, como apontei acima, difere da versão apresentada por Orlando Villas Bôas. Além de esclarecer que sabia a origem dos irmãos, o que joga por terra a questão do anonimato dito por Orlando Villas Bôas. Interessante indicar, apontar a presença dos irmãos em reportagens da época, como a já aventada anteriormente, da revista “O Cruzeiro”, como “verdadeiros bandeirantes”. Ademais, Acary de Passos disse que Orlando foi trabalhar na ERX uns três ou quatro meses após ele (Acary de Passos) se aposentar, ou seja, os três irmãos não começaram a trabalhar na ERX ao mesmo tempo. Nessa conversa Acary de Passos também esclarece como se deu a promoção de Cláudio e Leonardo Villas Bôas, conforme registros no Fundo documental do IGPA (2023)

Foram os dois pro campo, pegaram duro no atambu, trabalharam igual a qualquer outro. No fim da semana, num domingo estava sentado com o coronel na hora do almoço e propus algumas mudanças. É o seguinte, eu tô cuidando desse diário desde que a expedição foi fundada, já tô cansado de escrever a mesma coisa todo dia, eu vou passar pro Cláudio, que é inteligente, um homem estudado e o irmão dele o senhor coloca como uma espécie de feitor, fiscal dos homens que trabalham no campo, pois eles não têm chefe, assim ele administra

---

<sup>16</sup> Acary de Passos explica que usavam essa expressão para se referirem aos rapazes da cidade que, uma vez contratados, após 1, 2 ou e meses caem na monotonia, sentem saudades do convívio familiar, da rotina da cidade, o que acaba refletindo no trabalho.

e a coisa cede. Então os dois saíram do cabo da enxada para exercerem essas atividades e nela eles permaneceram até eu sair da expedição”.

Os relatos de Acary de Passos com o de Orlando Villas Bôas se chocam, de fato. Mas também percebi discrepâncias nas datas, como veremos abaixo. Se, na entrevista Acary de Passos apontou que teria sido na véspera de Natal, na próxima citação estabelece que foi no final do mês de março que esteve com os dois irmãos. Como essa segunda versão do Acary de Passos é a oficial, pois consta nos diários da ERX, e ele era o responsável, ficarei com essa última data. No seu livro “Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição”, segundo Acary de Passos (1976, p. 138)

Ao organizar 2º (segundo) escalão, como se convencionou chamá-lo entre os trinta homens escolhidos, foram admitidos dois irmãos Villas Bôas, Cláudio e Leonardo. [...] De 28/03 a 16/04/44, data da partida do 2º escalão, foi período destinado aos preparativos: escolha dos 30 homens entre os cinquenta candidatos. A preferência foi dada àqueles afeitos a vida rude do sertão, habituados ao sofrimento, e a solidão.

Vale ressaltar que Acary de Passos era o responsável pela contratação dos trabalhadores na expedição e o relato dele é considerado oficial, uma vez que está registrado nos diários da ERX. Também é interessante notar que, apesar da amizade e compadrio de longa data entre Acary de Passos e Orlando, não há menção de Acary de Passos nos livros escritos por Orlando sobre a expedição. Isso indica uma possível tensão ou desentendimento entre os dois.

Acary de Passos participa da ERX até o ano de 1944 e após essa data, por cinco anos, não obtive registros do que ele fez. As referências só apareceram em 1948, quando ele foi nomeado representante da Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Entre o final das décadas de 1940 e 1960 Acary de Passos se dedicou à ocupação de cargos em Brasília e Goiânia, inclusive participando da construção da nova capital federal (de 1957 a 1965).

Em 1969 Acary de Passos participa da Expedição Cinta Larga, chefiada pelo Sertanista Francisco Meireles, permanecendo nela por um mês, retornando para Goiânia em 22 de março de 1969. Em junho de 1969, Acary de Passos parte para mais uma viagem ao Parque Indígena do Xingu, só que dessa vez levando consigo alguns professores do ICHL da UFG. Conviveram por 12 dias na região e diante das possibilidades de pesquisas pensaram na criação de um museu antropológico na UFG, tema que será abordado no capítulo três deste trabalho. Ainda em 1969 ele ajuda na criação da Guarda Rural Indígena, que será o próximo ponto desta pesquisa.

### 2.3. A Guarda Rural Indígena

A Guarda Rural Indígena (GRIN)<sup>17</sup> poderia ser comparada à uma espécie de milícia armada composta por indígenas de etnias variadas (além da etnia Krenak, foram escolhidos homens dos povos Xerente, Maxakali, Karajá, Krahô e Gavião) enviados a um batalhão de Belo Horizonte, onde receberiam treinamento militar e, após treinados, voltariam à suas aldeias ficando responsáveis por manter a “ordem” e a “segurança interna”, coibindo o uso de bebidas alcoólicas e evitando que os indígenas abandonassem suas áreas para praticar assaltos e pilhagens na povoações e propriedade rurais próximas, impedir invasões de terras, o ingresso de pessoas não autorizadas e a exploração criminosa dos recursos naturais nas áreas indígenas. Os indígenas eram recrutados com a promessa de que seriam pessoas especiais na sua aldeia, que receberiam sacos de arroz e feijão para si, além do salário. Esses integrantes seriam os “olhos” do Estado numa tentativa de manter a “ordem e o progresso” tão preconizados desde a Era de Vargas.

Sua criação deu-se pela portaria 231/69 de 25 de setembro de 1969 (ANEXO VII), publicada no Diário oficial no dia 30 do mesmo mês, sob a chefia do capitão da PMMG Manoel dos Santos Pinheiro<sup>18</sup>, Capitão Pinheiro, como era conhecido. A GRIN surge com a finalidade de executar o policiamento das áreas reservadas aos indígenas, cujos objetivos eram, de acordo com a Portaria N° 231 da FUNAI/ Diário Oficial, 1969)

Impedir a invasão de suas terras, sob qualquer pretexto, por parte dos “civilizados”;

Impedir o ingresso de pessoas não autorizadas nas comunidades tribais, cuja presença venha contrariar as diretrizes da política indigenista traçada pela FUNAI;

Manter a “ordem” interna e assegurar a tranquilidade nos aldeamentos, através de medidas preventivas e repressivas;

---

<sup>17</sup> Link do documentário Grin, que teve como co-diretor o cineasta maxakali Isael Maxakali e Sueli Maxakali. Sinopse: Cineastas maxakali resgatam memórias sobre a formação da Guarda Rural Indígena (Grin) durante a ditadura militar, com relatos das violências sofridas pelos seus parentes. Dados obtidos em <https://www.luscofuscofilmes.com.br/>. Acesso em 26/09/2023 às 21:03h.

<sup>18</sup> Em 2019 o Ministério Público Federal (MPF) em Governador Valadares (MG) denunciou o oficial reformado da polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) Manoel dos Santos Pinheiro, também conhecido como Capitão Pinheiro, pelo crime de genocídio contra a etnia Krenak. Segundo a denúncia do MPF, o policial é responsável por diversas violações aos direitos humanos praticadas contra os Krenak, com o objetivo de destruição do grupo étnico, no contexto da criação da Guarda Rural Indígena (Grin), da instalação de um presídio chamado de “Reformatório Krenak” e do deslocamento forçado para a fazenda Guarani, no município de Carmésia (MG), que também funcionou como centro de detenção arbitrária de indígenas. Também foram violados direitos culturais, reprodutivos e territoriais, dificultando nascimentos no seio do grupo e criando sérios obstáculos à reprodução física, social e cultural do povo indígena. Para os procuradores da República em seu julgamento concluíram que a “atuação incisiva do oficial reformado, diretamente ou por meio dos guardas da Grin e dos militares, todos a seu comando, deu-se com o objetivo nítido de controlar o comportamento dos indígenas Krenak, limitando seu direito de reprodução, de ir e vir e de cultivar suas tradições, na ânsia de destruir esse grupo étnico indígena, cuja extinção não ocorreu devido à enorme capacidade de resistência demonstrada pelos indígenas”, escreveram na denúncia”. Fonte:<https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-em-minas-denuncia-chefe-da-antiga-guarda-rural-indigena-por-genocidio-contra-o-povo-krenak> - Acesso em 27/09/2023 às 11:06h.

Preservar os recursos naturais renováveis existentes nas áreas indígenas, orientando os “silvícolas” na sua exploração racional visando rendimentos permanentes;  
Impedir derrubadas, queimadas, explorações florestais, caça e pesca, por parte das pessoas não autorizadas pela FUNAI;  
Impedir as derrubadas, as queimadas, a caça e a pesca criminosas praticadas pelos indígenas contra o patrimônio indígena;  
Impedir a venda, o tráfego e o uso de bebidas alcoólicas, salvo nos hotéis destinados aos turistas;  
Impedir o porte de armas de fogo por pessoas não autorizadas legalmente e;  
Impedir que os “silvícolas” abandonem suas áreas, com o objetivo de praticar assaltos e pilhagens nas provocações e propriedades rurais próximas dos aldeamentos.

Recortes de jornais apontam que em fevereiro de 1970 foi realizada em Belo Horizonte (MG) a formatura dos 80 primeiros indígenas. Diversas autoridades prestigiaram o evento, o então ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, o governador de Minas Gerais Israel Pinheiro, e ex-vice-presidente da República José Maria Alkmin. Com uniformes patrióticos em tons de verde e amarelo, indígenas de diversas etnias – Gavião, Krahô, Karajá, Maxakali e Xerente – cantaram o hino nacional, juraram à bandeira e fizeram demonstrações das técnicas de judô aprendidas nos três meses de curso.

Aos indígenas foram ensinadas técnicas de tortura, as mesmas aplicadas aos presos políticos, como choques e o pau-de-arara, como é possível ver no registro feito pelo fotógrafo Jesco Von Puttkamer<sup>19</sup>, na solenidade de formação dos guardas indígenas, onde se via dois indígenas carregando um terceiro em um pau de arara (um dos principais mecanismos empregados nos porões da ditadura militar brasileira) apresentando às autoridades o que tinham aprendido a fazer.

A GRIN tinha o poder de polícia, ou seja, prender, julgar e manter preso. Esses presos eram encarcerados no Reformatório Krenak (assim chamado por ficar em terras dos Krenak), em Resplendor (MG), um centro de detenção e de custódia indígena criado em 1969 e que abrigou, até 1972, centenas de indígenas considerados rebeldes, desajustados, revoltosos e que eram levados de vários estados do Brasil pela GRIN. O tempo de permanência na prisão dependeria de uma análise da autoridade responsável pelo estabelecimento, o capitão da PM Manoel dos Santos Pinheiro. Segundo Foltran (2017, p. 77-84)

As prisões ocorriam, segundo as autoridades militares, porque esses homens e mulheres faziam oposição à ocupação de suas terras ou simplesmente “perturbavam a ordem tribal”, não sendo raros os casos de encarceramento por embriaguez, vadiagem, falsas acusações de furtos, ou por encontrarem

---

<sup>19</sup> Link do registro de Jesco von Puttkamer de Pau de Arara: <https://www.youtube.com/watch?v=w5imv95KVOk>

Indígenas fora dos limites dos postos designados para a etnia ou agrupamento populacional.

Indígenas eram colocados contra indígenas (o comandante da GRIN fazia a troca entre os guardas das aldeias, pois no seu pensamento, ao vigiar a mesma aldeia onde residiam os indígenas ficariam com pena e não puniriam os infratores), patrulhar a conduta de companheiros e prendê-los rompia os laços de confiança o que acabou gerando conflitos internos, envolvendo caciques, conselheiros e outras lideranças tradicionais. Não havia mais respeito a esses líderes.

A Comissão Nacional de Verdade (CNV)<sup>20</sup> ouviu vários depoimentos que corroboram com essas práticas de violência e arbitrariedades contra esses povos. Abaixo dois relatos importantes para entendermos melhor o quanto os governantes estariam dispostos a fazer em nome da “modernidade e do progresso”. O relato do indígena Guarani-kaiowá Bonifácio R. Duarte à Comissão Nacional da Verdade, que foi um dos presos no Reformatório Krenak. Segundo o Relatório CNV (2014, p. 244)

“Amarravam a gente no tronco, muito apertado. Quando eu caía no sorteio prá ir apanhar, passava uma erva no corpo, prá aguentar mais. Tinha outros que eles amarravam com corda de cabeça prá baixo. A gente acordava e via aquela pessoa morta que não aguentava ficar amarrada daquele jeito. (Prá não receber o castigo...) a gente tinha que fazer o serviço bem rápido. Depois de seis meses lá, chegou o Teodoro, o pai e a mãe dele presos. A gente tinha medo. Os outros apanharam mais pesado que eu. Derrubavam no chão”.

Chama a atenção também o depoimento do ancião Oredes Krenak, que de acordo com o Relatório CNV (2014, p. 245)

“eram punidos por coisas pequenas, por desobediências de não querer fazer trabalho obrigatório, ou quando nos pediam coisas que nós não sabia fazer. Também era proibido fazer nosso artesanato. Meu pai e minha tia Bastiana iam vender flechas em Valadares, mas a guarda é que decidia quanto tempo podiam ficar fora! Se passavam desse tempo eram punidos na volta. A punição era: ficar presos, passar dois dias sem comer, mais dois dias só com duas refeições, e só eram soltos no quinto dia. Na cadeia, muitos passavam fome, ficavam sem comer nem beber. Bater era normal para eles. Se o índio tentava se justificar por alguma acusação, batiam com cassetete grande, depois jogavam na prisão. Não podiam nem perguntar por que estavam sendo punidos. Também batiam de chicote. Algemavam o preso dentro da cadeia e ele não podia falar, argumentar. Ameaçavam com arma. Os mais antigos contam que quando matavam um índio, jogavam no rio Doce e diziam pros parentes que tinha ido viajar. Quando estavam muito debilitados, jogavam no hospital. A gente não sabia se estavam mesmo no hospital ou se foram massacrados ou morreram de fome, sede. A gente não via morrer aqui, era quando estavam no hospital. Até a década de 1980 nosso povo sofreu bastante com os militares”.

---

<sup>20</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html> - Acesso em 26/09/2023 às 15:35h.

Figura 16 - Acary de Passos (de costas) treinando guardas da GRIN



Fonte: Acervo do MA/UFG - Projeto imagens e relatos de um sertão desconhecido.

Figura 17 - Acary de Passos (ao centro) posando para foto junto com os guardas da GRIN



Fonte: Acervo do MA/UFG - Projeto imagens e relatos de um sertão desconhecido.

Figura 18 - Acary de Passos (à frente) em pose para foto com guardas da GRIN



Fonte: Acervo do MA/UFG - Projeto imagens e relatos de um sertão desconhecido.

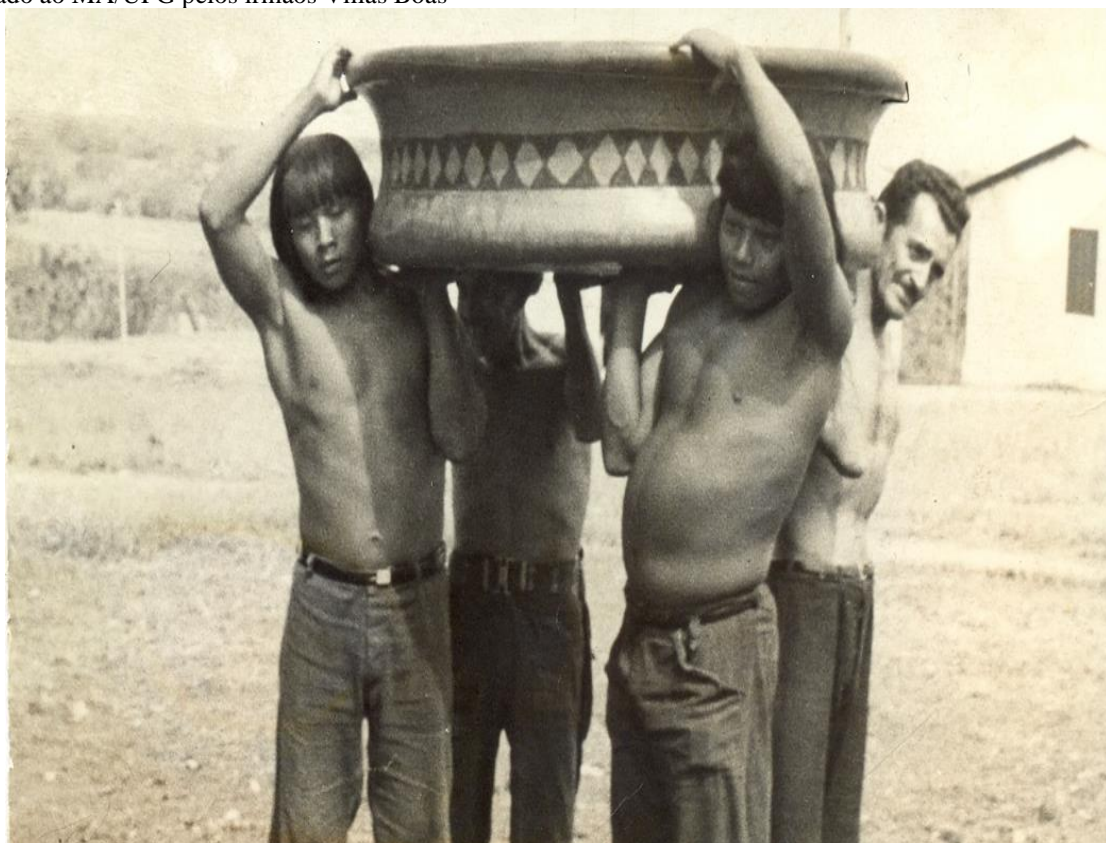
Nas três figuras acima, segundo a descrição do projeto “Imagens e relatos de um sertão desconhecido” tratam-se de homens indígenas enfileirados, usando uniformes militares, e que provavelmente seriam componentes da Guarda Rural Indígena da aldeia Santa Isabel do Morro. Posicionado à frente do grupo, na primeira e terceira foto e na segunda ao meio, está Acary de Passos Oliveira. Ao fundo, vista do rio Araguaia e capela construída com pedras, tendo em seu interior uma imagem de santa, provavelmente seja Santa Isabel, que deu origem ao nome da aldeia de Santa Isabel do Morro.

Sobre a participação de Acary de Passos na criação GRIN, uma milícia armada composta por indígenas de diferentes etnias que, embora tenha sido apresentada como uma medida para manter a “ordem” e o “progresso”, revelou-se profundamente problemática, resultando em tensões internas, conflitos e abusos de direitos humanos, pude perceber elementos de epistemicídio e subalternidade, destituindo dos indígenas a sua própria organização social, marginalizando-os, tentando subtrair deles o direito de seguirem com os saberes e ensinamentos tradicionais. Embora não tenha aparecido nenhum documento oficial comprovando que Acary de Passos tenha colaborado na montagem da Guarda Rural Indígena em Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal, ao analisar as fotografias acima e outras que estão no acervo do MA/UFG, deduzo que, pelo menos, ele colaborou, mesmo indiretamente com a GRIN.

Seguindo a linha temporal à qual me propus, no próximo capítulo abordarei a concepção e estabelecimento do Museu Antropológico da UFG, além da constituição dos seus primeiros acervos.

### **CAPÍTULO 3. ACARY DE PASSOS E A CRIAÇÃO DO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG**

Figura 19 - Homens indígenas e não indígenas carregando uma panela Waurá, em 1970. Esse objeto teria sido doado ao MA/UFG pelos irmãos Villas Bôas



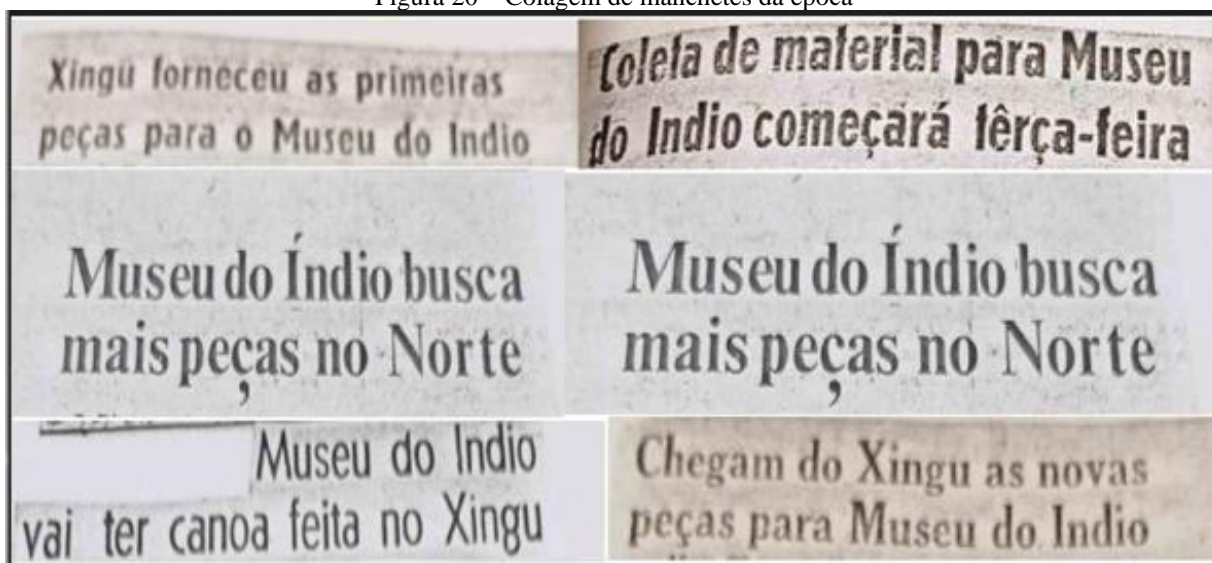
Fonte: Acervo do MA/UFG - Projeto imagens e relatos de um sertão desconhecido.

Em uma viagem ocorrida em junho de 1969 feita por Acary de Passos juntamente com alguns professores<sup>21</sup> da disciplina de Antropologia do ICHL da UFG (viagem onde ele atuou como articulador entre os pesquisadores e as aldeias xinguanas), é que se aventou a possibilidade de a UFG ter o seu próprio museu (MARTINS; MELO, 2017). Pesquisando a documentação compilada no IGPA, encontrei o relato de professores participantes a um jornal, como lançado no Fundo Documental do IGPA (2023)

ficaram 12 dias no Xingu e, muito empolgados, tiveram uma ideia: a construção de um Museu Antropológico da UFG. Segundo eles, Acary não só aprovou a ideia como sugeriu a construção de uma autêntica maloca no estilo xinguanos e dentro dela um museu de arte indígena.

Assim se começa a idealização do MA/UF, com uma dupla finalidade: mostrar a cultura indígena regional e disponibilizar materiais para estudos antropológicos do curso de Ciências Sociais da UFG. Em manchetes, comemorando a concepção, os jornais à época o chamaram de o “Museu do Índio da UFG” conforme abaixo.

Figura 20 – Colagem de manchetes da época



Fonte: Jornal “O Popular” de 1969 e 1970 - Montagem do autor.

Em 06 de junho de 1970 em uma entrevista do jornal “Cinco de Março”, ao ser perguntado como surgiu a ideia da formação do MA/UF, Acary de Passos responde, como consta no Fundo Documental do IGPA (2023)

<sup>21</sup> Acary de Passos estava acompanhado dos Professores Antônio Theodoro Da Silva Neiva e Vivaldo Vieira Silva, além de dois alunos da UFG, que não consegui os nomes. Integrou também à equipe a estudante do curso de Comunicação do ICHL e estagiária da Assessoria de Imprensa da UFG, Laurenice Noletto, que escreveu uma série de reportagens que posteriormente foram publicadas pelo jornal de Brasília, “Correio Brasiliense”.

“A idéia já existia há muito tempo, mas tomou impulso quando o Reitor da Universidade Federal, dr. Farnese e professores do ICHL ligados a Antropologia e Etnologia visitaram meu museu particular, que possui cêrca de 2.000 peças. Vendo o interêsse do pessoal nesta área de estudo promovi contato com o Diretor do Parque do Xingu, levando professores e monitores àquela área Geográfica, que fizeram estudos”.

Durante a viagem, Acary de Passos teria questionado aos professores: “Porque a Universidade não aproveita êste material que está desaparecendo devido o contato do índio com a “civilização” e não fazia também o seu museu?” (FUNDO DOCUMENTAL DO IGPA, 2023). Então, de volta à Goiânia, os docentes elaboraram um relatório e com essa apresentação conseguiram convencer a professora e diretora do ICHL, Lena Castello Branco Ferreira Costa, das vantagens em se ter na UFG um museu antropológico. Dessa forma, em 1969 foi fundado o Museu Antropológico, inaugurado no dia 05 de setembro de 1970, com Acary de Passos sendo convidado para capitanear essa montagem. Após a sua indicação para estar à frente do museu, ele fez inúmeras viagens para a coleta de material e levantamento etnográfico dos povos indígenas do Brasil Central. Também assinou um convênio da UFG com o Parque Indígena do Xingu, o que propiciou viagens de professores e alunos da UFG com a finalidade de pesquisas e recolhimento de objetos para constituírem as reservas do MA/UFG.

Assim sendo, os primeiros objetos que adentraram ao museu foram xinguanos, um conjunto de cerca de 50 peças entre peneiras, teares, painéis, braceletes, dentre outros. Posteriormente, chegaram mais peças, a maioria doadas pelos irmãos Villas Bôas, conhecidos de Acary de Passos desde o tempo da ERX.

Ao ser criado o museu constituía-se de apenas uma Seção de Etnografia Indígena. Com os avanços das pesquisas, nos anos de 1971-1972 foram incluídas novas áreas: Folclore e Arqueologia. Em 1971, Edna Luísa de Melo Taveira e Judite Ivanir Breda elaboraram a primeira versão da Carta Arqueológica do Estado de Goiás (MELO; BREDA, 1972). O primeiro trabalho do Setor de Arqueologia foi no sítio arqueológico Cachoeira, inserido no município de Orizona, e fazia parte da prática do Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas, 1972, ministrado pelo arqueólogo Igor Chmyz da Universidade Federal do Paraná (MENDES *et al*, 2019).

Ainda, sobre o início da formação das coleções do MA/UFG, de acordo com Lima (2014, p. 227)

Visando a pesquisa e a coleta de peças indígenas e registro de manifestações folclóricas, alguns de seus professores realizaram, em 1972, incursões de campo nas seguintes localidades: Parque Nacional do Xingu, Colônia Indígena de São Marcos, Colônia Indígena Meruri, no Mato Grosso; Ilha do Bananal (nessa época ainda pertencia ao estado de Goiás), Jaupaci, Hidrolândia, Cidade

de Goiás, Mara Rosa, Orizona e Inhumas, em Goiás. Os trabalhos pioneiros de Arqueologia tiveram início nestas incursões.

Em entrevistas posteriores Acary de Passos sempre explicava que o MA/UFG seria usado como fonte de pesquisas etnográficas e como laboratório no que se refere à Antropologia. Ademais, a Arqueologia também estaria presente nas pesquisas, envolvendo a prospecção de sítios arqueológicos, coleta e posterior classificação dos objetos coletados dando-lhes um sentido, se não absoluto, pelo menos inicial. Ademais, o MA/UFG seria um fomentador à complementação didática para que alunos e comunidade em geral pudessem expandir os seus conhecimentos, suas pesquisas referentes às culturas indígenas, a compreensão da sociedade e da cultura do Centro-Oeste, ou seja, serviria de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

No momento presente, recém completados 55 anos de existência, com sede própria e contando com uma equipe qualificada e multidisciplinar, infiro que o museu cumpre todos os objetivos com os quais foi idealizado em 1969. O MA/UFG é um Órgão Suplementar dentro da estrutura administrativa da UFG.

Primeiramente, é de fundamental importância esclarecermos o que é um órgão dentro da estrutura administrativa das universidades brasileiras. Os órgãos são repartições internas que fazem parte do organograma de uma universidade. Na UFG são divididos em três categorias: órgãos administrativos, complementares e suplementares.

O Regimento Geral da UFG, em seu art. 62 pontua que “os órgãos Suplementares, com atribuições técnicas, culturais, desportivas, recreativas, assistenciais e outras, fornecerão apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade”. Nesse mesmo Regimento no § 1º dá uma certa autonomia aos órgãos ao sinalizar que “a atuação dos órgãos Suplementares não se limita à demanda de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas poderá originar-se da necessidade de realização de suas atividades específicas, levando-se em conta sua natureza, suas metas e suas funções”.

Dessa forma, o MA/UFG tem atribuições pertinentes ao seu status desenvolvendo e apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, conforme está no Regimento Geral da UFG, mas para além desse escopo, ele desenvolve atividades pertinentes a cadeia operatória museológica, formada por ações de salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação museológica (exposições e ação educativa) (BRUNO, 1996).

Embora esteja vinculado regimentalmente à PRPI, o MA/UFG possui um estatuto próprio onde estão definidos além dos objetivos, também as suas características e tópicos

específicos sobre a Administração, a Estrutura Organizacional e Institucional, o Quadro de Pessoal e, disposições gerais e transitórias. Essas especificidades disciplinam a organização e o funcionamento do MA/UFG, bem como estabelecem a dinâmica de suas atividades.

Entretanto, antes de aprofundar mais na criação e consolidação do MA/UFG, faz-se necessário retroceder um pouco no tempo, fazendo uma contextualização política e sociocultural do período, bem como trazendo pontos relativos aos campos museal e antropológico.

Nesse período, nas diversas áreas do conhecimento, havia uma perspectiva na qual se pensava que, com o advento da modernidade, as populações “nativas” tenderiam a desaparecer. Com a extinção desses povos, os museus etnográficos seriam locais privilegiados onde essas sociedades poderiam ter os seus saberes e as suas culturas preservadas para as futuras gerações. Nesses lugares, as narrativas eram construídas pelos “civilizados” e, na maioria das vezes, com um olhar pautado na perspectiva de um “homem, branco, heterossexual e proprietário” Moraes-Wichers (2017), ou seja, seguindo uma lógica colonial e eurocêntrica. Para (ARAÚJO, 2016), os primeiros museus etnográficos do Brasil “tem em comum a prática de uma Antropologia de forte cunho evolucionista e de alguma forma são concebidos como marcos da criação de instituições de pesquisas no Brasil” (ARAÚJO, 2016, p. 8).

A construção dos museus e do campo patrimonial no Brasil sempre esteve sob a proteção jurídica ligada aos aparatos do Estado, em uma tentativa de salvar do desaparecimento de bens julgados enquanto patrimônios. Esse quadro é analisado da seguinte forma por Gonçalves (1996, p. 22)

o presente foi visto como uma situação de perda progressiva, e a partir daí, estruturaram-se e legitimaram-se aquelas práticas de coleção, restauração e preservação de “patrimônios culturais” representativos de categorias sociais e grupos diversos”. [...] Essas práticas de colecionamento e exposição respondem ao desafio de salvar esses objetos do desaparecimento, transformando-os em coleções representativas do sistema de oposições e correlações em que se inserem essas categorias.

De forma semelhante surgiram inúmeras novas instituições com características específicas de cunho etnográfico, com objetivos definidos: salvar o que estava por desaparecer, ou seja, ainda dentro do bojo evolucionista passamos a incluir a categoria do preservacionismo. É com essa característica que o Museu Antropológico foi idealizado no final da década de 1960, o que será mostrado nos próximos parágrafos.

O surgimento de novas instituições voltadas para as coleções etnográficas foi objeto do período entre as décadas de 1950-1970 e, nesse sentido, a Universidade Federal de Goiás, capitaneada pelo ICHL, mais especificamente pelo Departamento de Antropologia Social

(DAS), não queria ficar de fora dessa nova vertente que principiava. Então, os professores desse departamento convenceram o Reitor da importância de se ter um Museu Antropológico nesta universidade. Junta-se a esse momento de reorganização da Antropologia o “contexto da modernização da região Centro-Oeste, decorrente do empreendimento de interiorização do país e comprometido com o ideário de modernidade” (LIMA, 2016). Os professores achavam que era o momento adequado para termos um órgão de excelência no estudo da cultura da população local e, assim de acordo com Lima (2016, p. 73)

Como outros museus etnográficos brasileiros, o Museu Antropológico da UFG foi fundado num contexto ideológico em que se acreditava que os processos de industrialização e urbanização em curso no país viriam provocar mudanças de tal monta que fariam desaparecer os modos de vida de vários grupos populacionais distanciados daqueles processos. Era, portanto, necessário e urgente resgatar e registrar aquilo que os intelectuais de várias filiações imaginavam estar em vias de extinção, especialmente as expressões culturais indígenas, como artefatos, mitos, rituais, cantos e danças.

Uma década após o início das suas atividades, a UFG entrega para a comunidade goiana um museu voltado para o estudo das culturas e saberes dos povos da região central do Brasil, oferecendo aos pesquisadores a oportunidade de trabalhar nesse setor do conhecimento até então pouco conhecido e explorado. A temporalidade a que me refiro corresponde ao final da década de 1960, um contexto marcado por uma ditadura militar, o que acaba influenciando também os estudos antropológicos no país, quando as Ciências Sociais passam a se preocupar com a industrialização no Brasil e os problemas socioeconômicos que isso acarretava. Soma-se a esse momento os problemas políticos brasileiros, ocasionados pela tensão de se viver em uma ditadura militar e, inclusive, a Sociologia foi banida do ensino secundarista no período (CAMARGO, 2022).

Com a implantação da Ditadura Militar a partir de 1964, as pessoas que criticavam o regime eram perseguidas, mas nem por isso deixavam de se protestar, o faziam através de canções de protestos, das mobilizações estudantis, dentre outras formas de reclamar. Nesse sentido, para Piori (2004, p. 9)

Destacam-se as músicas de protesto de Chico Buarque, Taiguara, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam, Torquato Neto, entre outros. Mas foi a voz de uma mulher que immortalizou a canção de João Bosco e Aldir Blanco, “O bêbado e o equilibrista”, consagrada como o hino da anistia aos banidos e exilados políticos do país. A voz emocionada de Elis Regina, entoava com beleza singular os versos de Aldir Blanco, sobre assassinatos nos porões da ditadura, de maridos pranteados por suas “Marias e Clarices” e sobre a luta pela anistia aos desaparecidos, presos e exilados políticos, ao pedir a volta do “irmão do Henfil e tanta gente que partiu num rabo de foguete”.

Então é nesse momento de ditadura, que está inserido o surgimento do MA/UFG. A seguir, continuo a discorrer sobre a estruturação do Museu.

Seguindo o que preconizava o Regimento do Museu, foram realizadas inúmeras pesquisas. Um levantamento minucioso dessas investigações, com o ordenamento e análise dos documentos da Instituição, foram feitos pela historiadora Marisis Cunha de Oliveira, que pertenceu ao quadro efetivo de servidores do MA/UFG. Embasada nesses documentos estudados, ela destacou três importantes momentos da trajetória da atividade de pesquisa no Museu.

O primeiro momento (1969-1974) teria sido marcado pela coleta de objetos para o acervo, sem nenhuma outra preocupação. Para a historiadora a dedicação era com, como consta no livro Série Documentos n. 1<sup>22</sup>, (97/98, p. 76)

[...] a coleta pura e simples de peças, caracterizada pela aquisição de peças através de compra, troca ou doação. A pesquisa de campo nesse momento não se deu de forma alinhada, faltando a elaboração de projetos de pesquisa que fundamentassem a atuação dos pesquisadores e que obedecessem a critérios científicos. Observamos também, nesse momento, a preocupação com a formação de recursos humanos. Foi ministrado o Curso de Arqueologia “Métodos e Técnicas de Pesquisa e Campo e Laboratório”, pelo Prof. Igor Chmyz, da Universidade Federal do Paraná, em 1972.

No segundo momento (1975-1982), a historiadora identifica nos documentos pesquisados a preocupação do MA/UFG em trocar informações, conhecimentos com instituições de outros estados. Para ela, inicia-se então, de acordo com o livro Série Documentos n. 1, (97/98, p. 76)

[...] o intercâmbio entre instituições de pesquisa: Centro de Informações Arqueológicas do Estado da Guanabara/Museu do Sambaqui – Florianópolis-SC, 1963; Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975; Instituto Superior de Cultura Brasileira – ISCB/RJ, 1979; Missão de Pesquisa e de Ensino no Brasil – cooperação Franco-Brasileira/França, 1982 – 1983<sup>23</sup>. Nesse momento, o Museu Antropológico se direciona para atividades de pesquisa mais fundamentadas e sistematizadas cientificamente. Dá-se a assinatura de dois convênios, para a implantação de dois projetos de pesquisa: o Projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás e o Projeto Bacia do Paranã.

---

<sup>22</sup> Trecho extraído do livro da Série Documentos n. 1 – p. 1-86 – 97/98 – In: Relatório do Levantamento e Estudo da Documentação do Museu Antropológico relativo ao período 1969-1982. É o resultado de uma investigação baseada em documentos referentes às pesquisas feitas pelo museu de 1969 até 1982. Foram analisados Relatórios de Viagens e Relatórios de Atividades de Campo e/ou laboratório. Esses apontamentos foram publicados pela Universidade Federal de Goiás e Museu Antropológico.

<sup>23</sup> Não foi citado aqui, mas também temos o intercâmbio com o Museu Paraense “Emílio Goeldi”. Identifiquei a correspondência entre Acary de Passos e Prof. Mario Ferreira Simões, em 1973.

Do terceiro momento (1982-1992) em diante, a autora do relatório vê a pesquisa “sendo implementada de forma mais eficaz e com as preocupações científicas sistematizadas”, embora pontue que havia ainda muitas lacunas de descrições e informações durante todo o período (1982-1992), mas que esse vazio não descaracterizava a relevância, dados que buscavam estruturar o Museu como um centro de pesquisa interdisciplinar. Os demais apontamentos acerca desse período serão trazidos no Capítulo 5, devotado aos desdobramentos vislumbrados no MA/UFG até o presente. Desdobramentos que não deixam de relacionar-se com o perfil do museu concebido por Acary de Passos e seus contemporâneos.

Antes de prosseguir, julgo necessário escrever minimamente o que caracteriza um museu universitário. Parto do pressuposto de que são partes importantes do pilar do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão, atividades-fim de uma universidade. Esses museus devem oportunizar que alunos, pesquisadores, servidores e docentes consigam ter acesso aos seus acervos, visando o desenvolvimento de pesquisas, produzindo conhecimento e trocando-o com a população, o que caracteriza a extensão universitária. Nesse sentido, para Lourenço (2005, p. 19)

museus e coleções universitárias não podem ser compreendidos sem que se entenda a instituição universidade pela simples razão de que são planejados, construídos, dirigidos, organizados, expandidos, negligenciados e desmantelados por professores, pesquisadores, estudantes, bibliotecários e alunos. [...] É possível e salutar medi-los a partir do setor de museus, porém, somente a partir do momento em que a natureza e o significado das coleções universitárias são mais claramente compreendidos.

Ainda sobre os museus universitários e o tripé ensino, a pesquisa e a extensão, (BRUNO, 1997) em um ensaio apresentado no I Simpósio sobre Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais. De acordo com Bruno (1997, p. 47)

Os museus universitários brasileiros são instituições científicas com responsabilidades culturais e sociais, junto às sociedades que lhes proporcionam apoio financeiro, matéria-prima para o trabalho e, sobretudo, desafios constantes. [...] Estes museus nem sempre nasceram no âmbito do universo acadêmico. Algumas vezes as universidades receberam instituições completas, em outras, os próprios departamentos e institutos têm gerado processos museológicos e, muitas vezes, as instituições universitárias receberam, como herança, algumas coleções que impulsionaram o surgimento de museus. [...] São muito diferentes entre si. Entretanto, o que os une é a cumplicidade com o ensino, pesquisa e extensão. O comprometimento com estas três funções universitárias é o que permite um olhar de aproximação, o delineamento de caminhos paralelos e, mesmo, a possibilidade de propostas conjuntas.

Mais do que isso, para (BRUNO,1997) coletar, estudar, organizar, conservar, documentar, guardar, expor, educar, são alguns verbos que orientam a vida dessas instituições, e essa articulação necessita de uma equipe multiprofissional e uma adequada infraestrutura.

Voltando ao MA/UFG, se verificarmos o regimento percebemos que houve mudanças sutis no tocante aos setores que compõem as coordenações, mas é notório o uso e ocupação dos espaços do Órgão. Essa questão do ambiente físico merece um registro e é disso que trataremos nas próximas linhas.

Quando no seu início, em 1969, sem sede própria, o MA/UFG ocupou uma sala do prédio do ICHL, atualmente Faculdade de Educação da UFG. Em março de 1971 passa a ocupar o segundo andar da Escola de Enfermagem e, em setembro de 1973, muda para o térreo do mesmo prédio da escola de Enfermagem e aí permaneceu até o ano de 1978. Até esse momento, o espaço ocupado pelo Museu ficava no Setor Universitário, mas em 1978 ele muda não só de prédio, mas também de setor (bairro), sendo montado no espaço onde também funcionava a Rádio Universitária, no Lago das Rosas, Setor Oeste de Goiânia, localidade onde permaneceu por 13 anos.

Finalmente, no ano de 1991 o museu ganhou um espaço maior do que os ocupados anteriormente, e isso foi de suma importância nessa trajetória de pesquisa e montagem do seu acervo, embora ainda não fosse um ambiente planejado para abrigar um museu. Foi uma transferência para uma área que pode e tem sido adaptada de acordo com o seu plano de ocupação, tendo como foco as ações de pesquisa, ensino e extensão, sem contar a estrutura no que se refere à parte administrativa. Em 1995, graças à parceria entre a UFG e Furnas Centrais Elétricas foi erguido o Labarq, um espaço de 300 m<sup>2</sup>. Nesse sentido, para Martins (2017, p. 31 e 42)

As edificações, para que o museu pudesse desenvolver pesquisa, abrigar o acervo dela decorrente e proporcionar a devolução social dos resultados atingidos, por intermédio de mostras expositivas abertas à visitação pública e ações educativo-culturais, foram adaptadas com a aplicação de medidas de segurança e de funcionalidade, dados os espaços disponíveis. [...] o espaço físico revelou-se fundamental para a expansão que requeria acomodações mais amplas e especiais, aquisição de equipamentos e mobiliário, assim como o estabelecimento inicial do seu quadro de recursos humanos.

Mas qual a importância da questão de espaço? Como já assinalado anteriormente, o acervo do Museu, seja etnográfico ou arqueológico, na sua grande maioria é oriundo de pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos. A matemática é simples: quanto mais tempo, mais pesquisas e, conseqüentemente, mais materiais coletados. E ter espaço para acondicionamento adequado dessas peças é e sempre foi uma questão determinante para quem trabalha em um

museu. Como as instalações atuais são maiores, é possível qualificar melhor esses espaços de guarda dos acervos, mas mais do que qualificar, ampliar, transformar, organizar, remodelar, reaparelhar, instalar novos laboratórios, e esse conjunto faz com que o museu busque boas práticas para a manutenção do seu acervo.

O MA/UFG conta atualmente com duas reservas técnicas etnográficas e duas arqueológicas; dois espaços expositivos com infraestrutura para receber projetos de expografia, sendo um onde está a exposição de longa duração e o outro ambiente se destina às temporárias ou de curta duração.

Se voltarmos no tempo, quando se discutia sobre a finalidade de se ter um museu antropológico em Goiás, na essência de cada fala estava presente o seguinte argumento: a importância de se ter guardado peças que contariam a história, os modos de vida daqueles povos que “desapareceriam com a modernidade”. E, com esse pensamento foram realizadas viagens às populações indígenas para coletas de objetos bem como foram empreendidas inúmeras prospecções e escavações de sítios arqueológicos no estado de Goiás, o que acabou gerando um vasto acervo arqueológico.

Então, o acervo, tanto etnográfico quanto arqueológico ou documental, perpassa por toda a narrativa até aqui e é através dele que são montadas as exposições e contadas as histórias. É no diálogo com o objeto exposto que o público constrói e ressignifica as suas referências. De acordo com o Ofício-Circular nº N° 3/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC, até 2020, o MA/UFG possuía um acervo <sup>24</sup> estimado em mais de 5.300 peças etnográficas e aproximadamente 200.000 peças arqueológicas, provenientes de 477 sítios dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Rio de Janeiro. Os levantamentos sobre o acervo documental, contabilizaram 2.866 documentos. Compõe ainda o patrimônio museológico do MA/UFG a biblioteca “Edna Luísa de Melo Taveira” com aproximadamente 5 mil exemplares nas áreas da Antropologia, Arqueologia, Sociologia e História, sendo alguns raros e estrangeiros.

Uma outra preocupação que vem desde a época em que se pensava na montagem do Museu se referia ao quadro de pessoal que trabalharia no local. Em um primeiro momento, exceto por Acary de Passos, o quadro de pessoal era composto somente por professores e estagiários, que dividiam o seu tempo com as aulas na universidade. Como o propósito consistia em montar um museu de Antropologia, encaminhamentos foram feitos no sentido da contratação

---

<sup>24</sup> A formação do acervo do MA/UFG será tratada no item 3.1

de pessoal especializado em Antropologia e áreas afins. De acordo com Barbosa *et al* (2009, p. 68)

Com esse objetivo, a auxiliar de ensino Edna Maria de Melo<sup>25</sup>, do DAS, esteve licenciada de suas funções docentes, de março a dezembro de 1970, para realizar curso no museologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Paralelamente, por solicitação do DAS, docentes foram selecionados e contratados para a área de Antropologia, a saber: as auxiliares de ensino, Marcolina Martins Garcia e Judite Ivanir Breda, que cumpriam parte da carga horária semanal de trabalho no Museu Antropológico.

Ao longo desses anos várias etapas foram vencidas: a burocracia de se convencer uma reitoria da importância de se estudar a cultura e os modos de vida dos povos da região do Brasil Central; a busca por peças para que se começasse a montagem das coleções - e com os objetos em mãos iniciaria a busca de um local ideal para que fossem devidamente guardados; após o traslado por vários espaços, foi assegurado um edifício mais adequado; as equipes buscaram cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, contribuindo na qualificação daqueles que trabalhavam no Museu, tanto professores, bolsistas ou estagiários e, por último, mas não menos importante, esforços foram efetivados para a realização de ações educativas, contemplando assim o tripé da educação superior supracitado: ensino, pesquisa e extensão.

Antes de fechar esse tópico, no que concerne ao campo da arqueologia cabe trazer alguns apontamentos. Cabe apontar que a partir de 1971 o acervo do MA/UFG passa também a ser constituído por peças arqueológicas oriundas de projetos de pesquisas, prospecções arqueológicas e levantamento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás, cujo objetivo era a prospecção e o cadastramento de sítios arqueológicos, sendo coordenado por Iluska Simonsen e seguiu os princípios norteadores da Carta Arqueológica de Melo e Breda (1972). Com esse impulso, a partir de 1975 as pesquisas arqueológicas irão se sobrepor às etnográficas.

Ainda em 1975, o Setor de Arqueologia do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás assinou um convênio com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, no qual foi instituído o “Projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás”. O Projeto Anhanguera foi aplicado na Área Arqueológica Tocantins, na quarta região do Município Denominador Niquelândia, na sexta zona, no município goiano de Planaltina de Goiás. (MELO E BREDAS, 1972) apontavam que o projeto “em sua concepção objetivava pesquisar áreas

---

<sup>25</sup> Houve um equívoco na grafia do nome da docente. O correto é “Edna Luísa de Melo”.

arqueologicamente férteis inseridas na Carta Arqueológica – Divisão Regional para Cadastramento de Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás”. Para Andreatta (1988)

Tinha como proposta realizar prospecções e escavações em locais com testemunhos arqueológicos; levantar pinturas rupestres em grutas e abrigos; estudar e analisar o acervo arqueológico coletado em seu contexto original; formar equipes interdisciplinares de pesquisadores interessados nos problemas da Arqueologia brasileira, por meio de cursos teórico-práticos de Arqueologia e Ciências afins.

Inicialmente o projeto foi planejado por um período de cinco anos, mas foi estendido por mais cinco anos, com duração de dez anos, ou seja, de 1975 até 1985. Andreatta (1988) registra que “As análises laboratoriais indicaram a existência de aldeias pré-históricas de grupos ceramistas, datadas de 1.010 anos BP e de sítios líticos, de grupos caçadores-coletores”. A equipe que integrava o projeto foi composta pelos seguintes pesquisadores, envolvendo professores, estagiários, bolsistas e colaboradores:

#### Coordenação

Profa. Dra. Luciana Palestrini – Museu Paulista - (1975/1976)

Profa. Dra. Margarida Davina Andreatta – UFG - (1977/1985).

#### Participantes – em ordem alfabética

Acary de Passos Oliveira, Âgueda Vilhena Vialou, Antônio Teixeira Neto, Cecília Bossois Mulatinho, Delza Maria F. T. Rios, Denis Vialou, Dilamar Candida Martins, Edna Luísa de Melo Taveira, Eliane Oliveira Borges, Eunice de Oliveira Rios, Heldo Vitor Mulatinho, Iluska Simonsen, João Roberto da Silva, Judite Ivanir Breda, Leila Miguel, Maísa Alves Rodrigues, Márcia Angelina Alves, Maria Iêda de Almeida Burjack, Maria Stella Godoy, Maria Terezinha C. de Santana, Marilene Rezende, Marízia Tonelli Quinam, Marlene Barros Rabêlo, Orlando Francisco da Rocha Almeida, Pe. José Pereira de Maria, Philomena Chiara, Roberto Luiz Franco Bucci, Udo Lenz, Valter Casseti, Vanda Boaventura.

No ano de 1976 teve início o “Projeto Bacia do Paranã”, idealizado e implementado a partir de referências resultantes dos levantamentos e cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás relacionados à bacia hidrográfica do rio Paranã. Pelo elevado número de sítios arqueológicos, a ideia era esclarecer várias questões relativas ao povoamento pré-histórico de Goiás e do Brasil, a fixação de fases, estilos e tradições; os processos de aculturação e o declínio e derivação culturais, buscando-se correlacionar esses dados com as populações

indígenas que habitaram as áreas já em período de contacto (Simonsen et. al., 1976). Ao longo de seis anos do projeto, foram inventariados 90 sítios arqueológicos, o que permitiu a definição das fases Cocal, Paranã e Terra Ronca.

Voltando ao arco temporal constatei, no decorrer das investigações, que alguns acontecimentos, em anos distintos, e pelas suas circunstâncias também merecem ser destacados. Em 1971 acontece a primeira doação do MA/UFG à outra instituição, mais precisamente, no dia 15 de setembro do ano de 1971 foram doadas ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica um total de cinco peças etnográficas da Etnia Karajá (Ilha do Bananal): um Ióri-ióri; um Korroté; um chocalho; uma boneca de madeira e; uma boneca de cerâmica.

Essas doações do MA para outras instituições evidenciam a rede na qual Acary de Passos estava inserido. Nesse mesmo ano, Acary de Passos coordena a primeira transferência de endereço do MA, que passou a se localizar no segundo andar do edifício onde funcionava a Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, sediada também na Rua 235, no mesmo setor e, em 1973, o Museu se depara com uma nova mudança, passando para o térreo do mesmo prédio da Escola de Enfermagem, conforme relatado na página eletrônica do Museu, e já mencionado anteriormente<sup>26</sup>.

Em 10 de setembro de 1975, pelo ofício 305/75, Acary de Passos foi promovido de Professor-Auxiliar para Professor-Assistente passando a cumprir uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas semanais, a ser cumprida integralmente no Museu Antropológico. Lembrando que, a princípio, Acary de Passos fora contratado como Auxiliar de ensino em regime de 24 (vinte e quatro) horas semanais e estava lotado no ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras)

Em abril de 1976, ele apresentou os seguintes trabalhos para efeito de concessão de incentivo, previsto no regime que vigorava à época: 1 - Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas (Anexo II); 2 - Comunicação no 1º Congresso de Arqueologia Brasileira; 3 - Comunicação à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência sobre a "Cerâmica da Lagoa Miararré". Nesse mesmo ano, em 16 de junho de 1976, em um ofício de nº 50/76 ele solicita à Reitoria da UFG uma autorização para ausentar-se de Goiânia para atender uma solicitação do então ministro da Educação e Cultura, para na qualidade de presidente do Conselho Estadual da Cultura de Goiás, para participar de uma reunião junto aos outros Conselheiros dos outros estados brasileiros, evento realizado em Salvador – BA. Mais uma vez,

---

<sup>26</sup> Acesso em 23/08/2021 - <https://museu.ufg.br/n/22056-sedes>.

aqui está a comprovação de que Acary de Passos mantinha uma rede com o alto escalão do Governo Federal.

Em 1978, mais uma vez o Museu Antropológico mudou de localidade, passando a ocupar mais um espaço pertencente ao patrimônio da UFG, dessa vez em uma área fora do setor Universitário, conforme já foi pontuado anteriormente. Ele passa a dividir espaço em um prédio onde já funcionava a Rádio Universitária, no Lago das Rosas, no setor Oeste. Ainda, segundo o que consta no sítio do MA, o Setor de Arqueologia, por falta completa de espaço físico, ocupou salas temporariamente cedidas pelos institutos de Química e de Geociências, instalados no Campus Samambaia (Campus II), até ser acolhido também no espaço ocupado no Lago das Rosas, no setor Oeste<sup>27</sup>.

Entre junho e setembro de 1981, Acary de Passos participa de várias viagens a diversos municípios para pesquisas de campo referentes à 5ª etapa do projeto Bacia do Paranã e, segundo consta, esta foi a última viagem feita para o MA, levando em consideração os apontamentos feitos por Marisis Cunha de Oliveira na série “Documento n.1”, haja vista que no início de 1982 ele se aposenta e sai da UFG e posteriormente quem assume a direção do MA é a Profa. Edna Luísa de Melo Taveira.

### **3.1. A formação dos acervos do Museu Antropológico da UFG**

Como foi registrado anteriormente, no meu ponto de vista, o acervo é o começo, o meio e o fim de toda narrativa em relação à concepção do museu antropológico. Assinalei em Carvalho (2018, p. 16) que,

O museu tem no seu acervo sua primeira ligação no que diz respeito às atividades de pesquisa. Esse acervo é resultante de investigações direcionadas para a compreensão dos costumes dos povos do Brasil Central. A primeira coleção etnográfica do acervo do MA teve origem em uma pesquisa desenvolvida no Parque Indígena do Xingu. Em seu início, o acervo era constituído tão somente por peças indígenas, o que ia ao encontro à proposta quando da criação do Museu, que era a de salvaguardar a cultura material indígena da região.

À medida que a presente pesquisa avançava, percebi a importância de Acary de Passos para a formação dos acervos. Desde o envolvimento de Acary de Passos com diversas expedições como a ERX e Cinta-Larga, até as viagens para o Parque Nacional do Xingu (PNX)

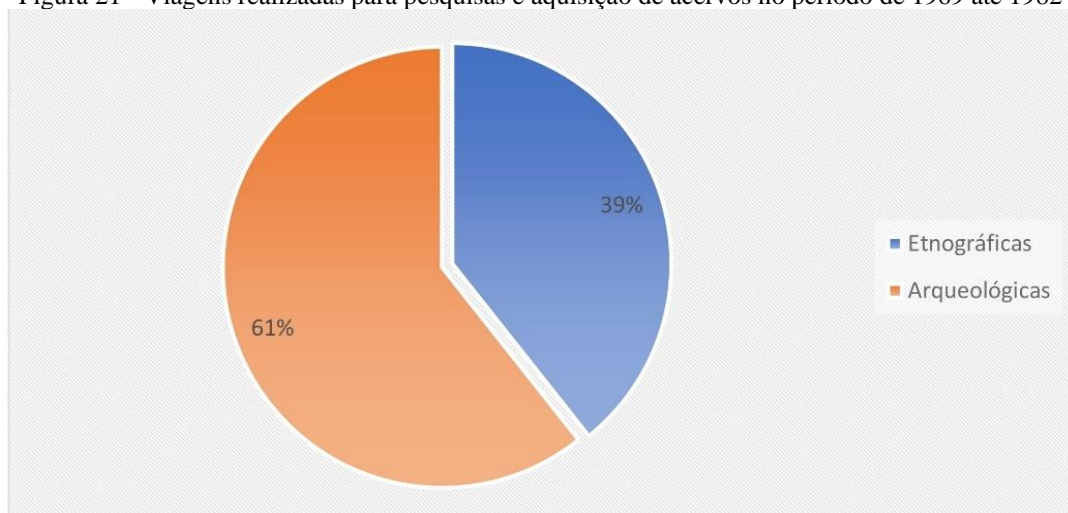
---

<sup>27</sup> Acesso em 23/08/2021 - <https://museu.ufg.br/n/22056-sedes>.

efetivadas já nos primórdios do MA/UFG, temos movimentos que resultaram em coleções para o museu. A ERX, por exemplo, fez parte da Marcha para Oeste, sendo um eixo fundamental para sua aproximação com os povos indígenas e, conseqüentemente, para a formação a princípio da sua coleção particular que, mais adiante, passa à guarda do Órgão. Antes de adentrar no acervo da instituição, propriamente dito, quero analisar a forma pela qual se deu a formação do mesmo e, para isso, busquei na pesquisa documental os registros das viagens de Acary de Passos e demais pesquisadores no período de 1969, ano em que se iniciou os debates sobre a montagem do Museu Antropológico até 1982, ano em que ele sai da direção do MA/UFG.

No período supracitado, foram feitas diversas viagens tanto etnográficas quanto arqueológicas, com aquisições de objetos por meio doações, trocas e compras de peças indígenas e, posteriormente, de registro de cultura popular, bem como coleta de peças arqueológicas por meio do cadastro, prospecção e escavações de sítios arqueológicos. Ao longo de 14 anos foram realizadas 56 viagens, sendo 22 etnográficas e 34 arqueológicas, conforme gráfico abaixo:

Figura 21 - Viagens realizadas para pesquisas e aquisição de acervos no período de 1969 até 1982



Fonte: Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Série Documentos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Número 1 p. 1-86 -97/98. Organização do autor

Fiz uma análise por períodos dentro desse recorte. De 14 de novembro de 1969 até 19 de fevereiro do ano de 1975, contabilizei 28 viagens, sendo 21 de pesquisas etnográficas e 7 arqueológicas. Compreendi que essa diferença tão grande coaduna com o pensamento da época em várias instituições de cunho etnográfico, criadas com objetivos claros e definidos: “salvar o que estava por desaparecer”, como já mencionado no capítulo anterior.

Duas pesquisas etnográficas feitas por pesquisadores do MA/UFG no período de 1969-1982, merecem uma citação à parte. Refiro-me às viagens nos dias 04 a 05 de fevereiro de 1972 e 31 de maio a 03 de junho de 1974. Mas o que me chamou a atenção nessas duas pesquisas?

Primeiro, o fato de que nesse período apenas duas viagens etnográficas fogem do escopo da coleta de objetos indígenas. Segundo o fato de que foram as primeiras viagens cuja finalidade era o registro da cultura imaterial popular da nossa região.

Na primeira viagem (1972), ocorrida na cidade de Inhumas, o objetivo era o de documentar os trabalhos do terreiro de candomblé Centro de Candomblé Rei Congo, onde os trabalhos dos médiuns foram somente fotografados, não havendo entrevistas e tampouco coleta de dados. No total, foram 14 fotografias que deram entrada na instituição como “Cultura Popular”. A coordenação dessa pesquisa era da Profa. Marcolina Martins Garcia.

A segunda viagem (1974), aconteceu em três municípios do estado de Goiás: Catalão, Hidrolândia e Pirenópolis. A finalidade dessa viagem era entrevistar, gravar, fotografar, enfim, registrar festividades e atividades que faziam e fazem parte da cultura popular. Na cidade de Pirenópolis foi onde se concentrou a maioria dos trabalhos, onde os pesquisadores foram para investigar as seguintes atividades: Festa do Divino; Cavalhadas; Reinado de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, onde foram realizadas entrevistas, gravações, fotografias de missas; novenas da alvorada com banda de música; procissão; Cavalhadas (mouros, marombas e mascarados) e apresentação teatral. Na cidade de Catalão as atividades se concentraram nas Congadas, festa muito tradicional da cidade e uma das mais importantes do estado. Em Hidrolândia a intenção era registrar o ofício da Tecelagem Artesanal. Essa viagem teve como coordenadores a Profa. Marcolina M. Garcia e o Prof. Carlos Brandão.

A seguir, farei alguns apontamentos relativos à formação do Acervo do MA/UFG, focando em questões quantitativas, mas nem por isso deixando de lado os conteúdos qualitativos.

O acervo existente é predominantemente indígena e arqueológico, e está distribuído em duas reservas etnográficas e duas arqueológicas e nos espaços expositivos. Em termos numéricos ele é composto de mais de 6.000 peças etnográficas e 150.000 objetos arqueológicos, mais um acervo documental (fotográfico, audiovisual, cartográfico e textual), que ainda não foi quantificado, conforme já apresentei anteriormente. Acervos inseridos nas reservas técnicas, excetuando-se os que estão nos espaços expositivos, são comumente acessados por pesquisadores especialistas das mais diversas áreas de várias partes do mundo para as suas pesquisas.

No que diz respeito à formação dessas coleções, há um discurso de que as primeiras coleções que ingressaram no Museu Antropológico foram doadas por Acary de Passos, o que não corresponde à realidade, pois no decorrer da investigação não vi nenhum documento que dê



teremos os trabalhos mais voltados à Arqueologia. Nessa nova fase, a aquisição do acervo etnográfico ficou restrito ao desempenho e aos estudos desenvolvidos por Acary de Passos, o que de certa forma, acaba diversificando a origem não só étnica, mas também geográfica, uma vez que inicialmente tiveram como origem as etnias do Parque Nacional do Xingu. Essa tendência viria a se firmar a partir de então, beneficiando-se também de outros pesquisadores. Segundo Santoro (2017, p. 32)

De um modo geral, a partir da primeira década de 1980, a forma de aquisição do acervo etnográfico deixa de ser, majoritariamente, coleta, troca ou compra, passando a ser doação. Esta modificação está diretamente relacionada ao aumento e consolidação das ações de pesquisa científica, considerando-se também que os doadores eram os pesquisadores e coordenadores dos projetos.

Os acervos oriundos das ações deflagradas por Acary de Passos foram importantes para o MA/FG, para a UFG e para a sociedade. Essas peças acervadas são relevantes fontes de pesquisa que podem contribuir para a construção de novas narrativas sobre essas expedições e experiências delas decorrentes, sobretudo, a partir do ponto de vista indígena e de outras populações regionais que sofreram deslocamentos, perdas populacionais, linguísticas e culturais e que tiveram por muitas décadas suas histórias sendo mostradas por uma narrativa oficial até então com um viés colonialista.

Apoiado mais uma vez no livro da Série Documentos 1, encerro esse tópico com uma figura que representa os(as) pesquisadores(as) que mais fizeram investigações e contribuíram para a formação dos primeiros acervos do MA/UFG.

Figura 23 – Pesquisadores(as) responsáveis pelos primeiros objetos do acervo do MA/UFG



Fonte: Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Série Documentos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Número 1 p. 1-86 -97/98. Organização do autor

Voltando ao assunto sobre doações feitas por Acary de Passos ao MA/UFG, sim, existem peças que pertenciam ao seu acervo particular e que estão agora nas coleções do órgão, mas ao contrário do que assinalam, não foram adquiridas por doação, mas por meio de uma venda iniciada no ano de 1977 e concretizada em maio de 1979. Considero essa compra como de grande importância, não só pela quantidade de itens adquiridos, mais de mil e duzentas peças, mas também é preciso levar em conta todos os aspectos que envolveram essa aquisição do MA/UFG e é disso tratarei nas próximas linhas.

### 3.2. A Coleção Particular de Acary de Passos Oliveira

Figura 24 – Montagem de fotos de Acary de Passos em seu acervo particular, em sua chácara



Fonte: Acervo do MA/UFG - Projeto imagens e relatos de um sertão desconhecido.

As informações dos próximos parágrafos foram obtidas em uma entrevista que Acary de Passos concedeu ao jornal “O Popular” em 25 de setembro de 1977, cujo título da reportagem era: “Um museu (com 1.500 peças) está à venda”. Nessa reportagem ele conta como se deu a formação do seu acervo particular, narra porque levou as peças da cidade para uma chácara de sua propriedade ao redor de Goiânia, bem como relata os motivos que o levou a vender a chácara e conseqüentemente, o museu particular. Tive acesso a essa entrevista através do fundo documental da IGPA da PUC Goiás.

Acary de Passos conta que na viagem que fez à Ilha do Bananal, em 1939, negociou muitas peças do “artesanato” indígena trocando-as por objetos que tinha levado. Retornando para Goiânia cedeu-as ao Estado. Depois de algum tempo quis vê-las e para sua decepção, só restavam algumas peças e lhe fora informado que elas eram oferecidas como *souvenir* às personalidades que visitavam o Estado de Goiás. Desolado, decide então montar para si uma coleção particular que ao longo dos anos, resultou em mais de 1.500 peças. Inicialmente, os objetos eram colocados em sua casa, no centro de Goiânia, o que acabou tornando-a uma “atração turística”, pois muitas pessoas queriam ver os objetos indígenas. Isso fez que perdesse a privacidade e o “sossego” devido aos pedidos para olhá-las. Resolveu, então, construir um galpão em uma chácara de sua propriedade ao redor de Goiânia e transferiu a coleção para lá.

A decisão de vender a chácara e, conseqüentemente, a coleção particular deu-se por um motivo pessoal relacionado à morte de um de seus filhos, Antônio Luiz, ocorrida em Aruanã poucos dias depois do seu casamento, que fora realizado nessa mesma chácara, da qual ele gostava muito. Na tentativa de dirimir tristes recordações, Acary de Passos decide então vender a chácara e por não ter onde colocar o “museu particular” resolve também vender as peças. Porém era da sua vontade que esses objetos não saíssem do Estado de Goiás, pois não gostaria de vê-las fora do território goiano e, por essa decisão, até recusou ofertas de compra oriundas de Brasília e de outras instituições estrangeiras.

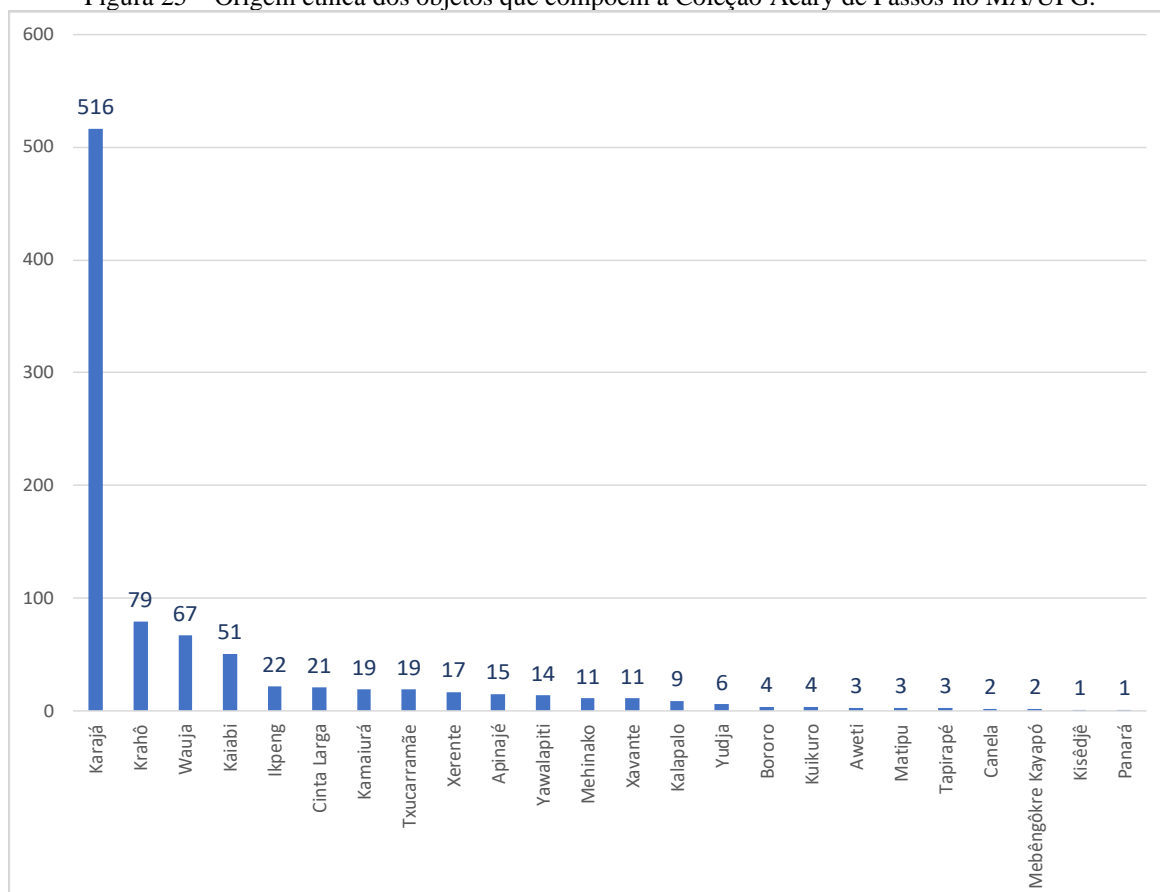
Em sendo assim, em 14 de novembro de 1977 Acary de Passos escreveu ao então reitor, Prof. Paulo de Bastos Perillo (Anexo IV), oferecendo a venda da sua coleção particular. Em sua missiva relativamente extensa apresenta a sua coleção particular de etnologia indígena, constituída de 1.250 peças coletadas exclusivamente por ele durante 30 anos de trabalho como sertanista e indigenista com os povos do Brasil Central. Para a concretização da venda, Acary de Passos elabora vários argumentos: 1 – alega que 40% das peças não poderão mais ser fabricadas, uma vez que as(os) artesãs(os) não estão vivas(os) e não deixaram sucessoras(es); 2 – há objetos especiais usados em rituais, após os quais são queimados, portanto, isso caracteriza a raridade dos mesmos; 3 - com a aquisição a UFG seria a quinta instituição do país a contar

com um rico acervo desse porte, no que diz respeito à cultura “primitiva” que estava prestes a se extinguirem. Agregado à essa compra, Acary de Passos doaria ao MA/UFG outros 46 objetos.

A proposta foi apreciada pela Assessoria Jurídica e por uma Comissão de Especialistas da UFG, sendo aprovada com os seguintes justificativas: a) contribuiria para o enriquecimento do Museu Antropológico; b) o desaparecimento, em virtude do contato cada vez maior dos indígenas com os “civilizados” do modo de fazer desses artefatos; c) se adquiridas, a UFG teria para si um patrimônio de valor incalculável e; d) A UFG teria certo protagonismo e relevância no cenário relativo aos museus etnográficos do país. Porém, para que se consumasse o ato, alguns critérios foram propostos e deveriam ser levados em consideração, quais sejam: 1) a origem (procedência) do produto, b) a autenticidade e a raridade dos mesmos e, 3) o seu estado de conservação, haja vista, que são frutos de 30 anos de expertise.

Analizadas todas as prerrogativas essenciais ao cumprimento do pedido, ele foi aprovado pela UFG, porém, em face da inexistência de previsão orçamentária na conjectura vigente da universidade, foi sugerida a oficialização ao Ministério da Educação e Cultura para o pagamento pela aquisição da coleção particular de Acary de Passos, o que aconteceu em maio de 1979 (Anexo V).

Figura 25 – Origem étnica dos objetos que compõem a Coleção Acary de Passos no MA/UFG.

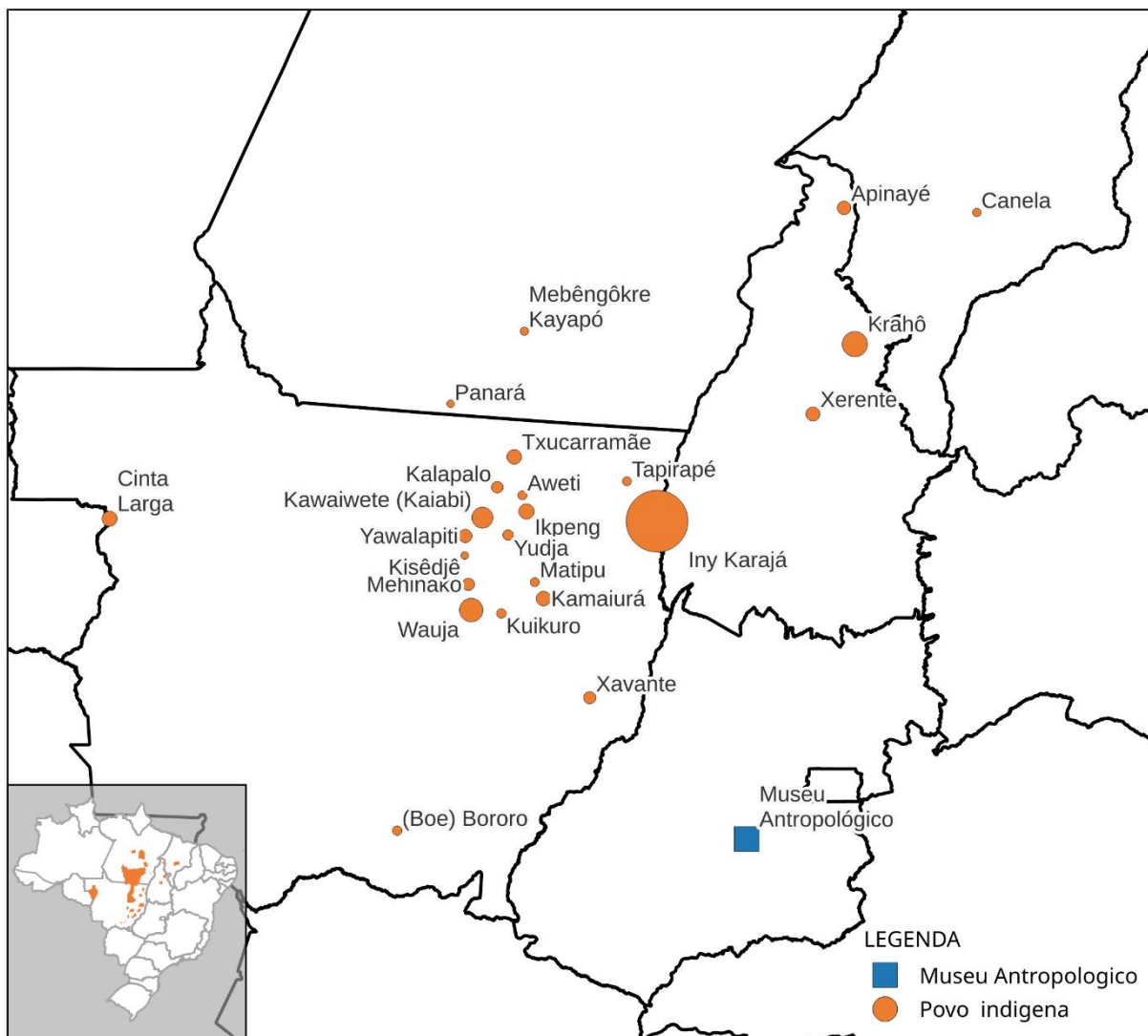


Fonte: Acervo documental do MA/UFG

Em consulta a documentação museológica do MA/UFG, pude observar que esse conjunto foi documentado como Coleção 79.01 no esquema tripartite implantado na gestão de Edna Luísa de Melo Taveira, que assumiu a direção do museu após Acary de Passos, dotando-o de procedimentos museológicos. Essa coleção é formada por 1190 objetos, sendo que para 290 objetos não contamos com a informação de origem étnica. Os demais objetos estão assim distribuídos, no que concerne ao aspecto étnico, conforme gráfico anterior.

Interessante também observar a distribuição dos objetos da coleção nas regiões do país, em conformidade com a figura a seguir:

Figura 26 – Distribuição espacial das origens étnicas dos objetos que compõem a Coleção Acary de Passos Oliveira no MA/UFG.



Fonte: Acervo documental do MA/UFG. Elaboração de Michiel Wichers

No decorrer da análise de todos os documentos envolvendo o processo de compra desse acervo particular, um dos argumentos do Acary de Passos me chamou a atenção. Me refiro ao fato dele alegar que a sua coleção era “especial”. Diante dessa afirmativa, me indaguei: por que

essa coleção seria “especial”? esse era apenas mais um argumento para que ele pudesse vender o seu “peixe”?

Quanto a isso gostaria de fazer algumas inferências de motivos possíveis para que essa coleção seja considerada como “especial”:

- A coleção resulta de um trabalho que envolveu mais de 30 anos em viagens, pesquisas e expedições a vários povos indígenas do país;
- Em virtude do contato cada vez maior com os povos ditos “civilizados”, o modo de fazer desses objetos foi se perdendo;
- Grande parte da coleção é formada por peças Karajá, com destaque para as bonecas, hoje patrimônio imaterial do Brasil.

## **CAPÍTULO 4. A COLEÇÃO DA LAGOA MIARRÉ**

Figura 27 – Acary Passos com os objetos da Coleção Lagoa Mirarré. É possível aventar que se trata de uma foto elaborada para uma das matérias sobre a coleção, recorrentes no período em diversos veículos de imprensa.



Fonte: Acervo documentação do MA/UFG

Neste capítulo explanarei sobre a Coleção da Lagoa Miararré, formada a partir das coletas realizadas pelos indígenas Kamaiurá no fundo da lagoa. Tenho como objetivo principal realizar uma discussão teórico-conceitual sobre as temáticas que perpassaram e ainda seguem essa coleção, como a alteridade, assimetria e colonialidade, bem como as dicotomias entre lembranças versus esquecimento e o narrável versus inenarrável.

Tomarei como guia três publicações conjuntas feitas por Iluska Simonsen e Acary de Passos Oliveira: “Cerâmica da Lagoa Miararré (Notas Prévias)” (SIMONSEN; OLIVEIRA, 1976), “Os ídolos antropomorfos da Lagoa Miararré” (SIMONSEN; OLIVEIRA, 1977) e “Modelos Etnográficos Aplicados à Cerâmica de Miararré” (SIMONSEN; OLIVEIRA, 1980). Destaca-se também os dados advindos da retomada do estudo da coleção por Moraes Wichers, em projeto iniciado em 2016, onde me insiro como membro da equipe<sup>29</sup>. Do referido trabalho destacam-se os textos de Moraes Wichers (2017, 2019, 2020) e a monografia de Karolyn Soledad Saavedra Correia (2017), orientada pela primeira. O exame da documentação museológica do MA/UFG (ofícios, relatórios e autorizações de viagens) e de matérias publicadas, à época, na imprensa também compõem o presente capítulo.

A Lagoa Miararré está inserida no PNX, criado oficialmente em julho de 1961 pelos irmãos Villas Bôas, conforme mencionado anteriormente. O povo Kamaiurá<sup>30</sup>, pertencente ao tronco Tupi, habita as adjacências da Lagoa Ipavu, no referido parque. A área cultural do Alto Xingu é constituída por uma sociedade multilinguística e multicultural, com sistemas de trocas especializadas e rituais intergrupais (HECKENBERGER, 2008 Apud MORAES WICHERS, 2019). O PNX é assim descrito pelo Instituto Socioambiental -ISA (2024)

O Território Indígena do Xingu engloba, em sua porção sul, a área cultural conhecida como alto Xingu, formada pelos povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, N aruvotu, Trumai, Wauja e Yawalapiti. Médio Xingu ficam os Trumai, os Ikpeng e os Kaiabi, atendidos pelo Posto Pavuru. Ao Norte estão os Suyá, Yudjá e Kaiabi, atendidos pelo Posto Diauarum. Portanto, no Xingu há hoje 16 etnias. A despeito de sua variedade linguística, esses povos caracterizam-se por uma grande similaridade no seu modo de vida e visão de mundo. Estão ainda articulados em uma rede de trocas especializadas, casamentos e rituais inter-aldeões. Entretanto, cada um desses grupos faz questão de cultivar sua identidade étnica e, se o intercâmbio cerimonial e

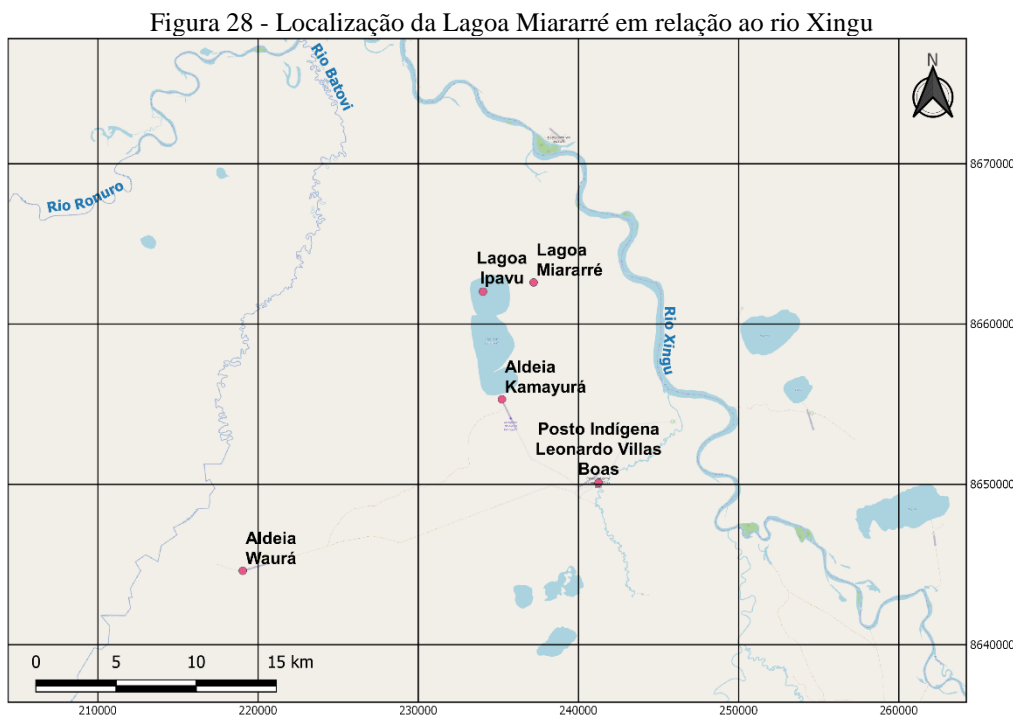
---

<sup>29</sup> O projeto envolveu uma equipe interdisciplinar integrada por Andréia Torres, arqueóloga; Thalita Adams Castelo Branco Aragão, historiadora; Ana Cristina Santoro, restauradora e mestre em História Social, responsável pela Coordenação de Museologia (MA/UFG); Marwa Abdelhamid Youssef Abdelhamid, arqueóloga e restauradora; e Karolyn Soledad Saavedra Correia, então graduanda em Museologia.

<sup>30</sup> Utilizarei essa grafia, com a letra “i” em concordância com o Instituto Socioambiental que é a fonte de pesquisa em Povos Indígenas no Brasil mais completa, atualizada e confiável. Todas as outras etnias indígenas também estarão de acordo com a grafia desse instituto.

econômico celebra a sociedade alto-xinguana, promove também a celebração de suas diferenças.

A Lagoa Miararré (mia=animal; rarré= lagoa; yararré=onça), ou seja, Lagoa das Onças, localiza-se na leste-sudeste do PNX, aproximadamente 1,5 km da Lagoa Ipavu e 14 km do Posto Indígena Leonardo Villas Bôas da FUNAI. Embora seja de origem pluvial, também recebe águas de alguns pequenos córregos que ficam cheios e desaguam na lagoa. Das etnias do Alto Xingu, são os Kamaiurá que estão mais próximos à lagoa.



Fonte: Moraes Wichers (2019)

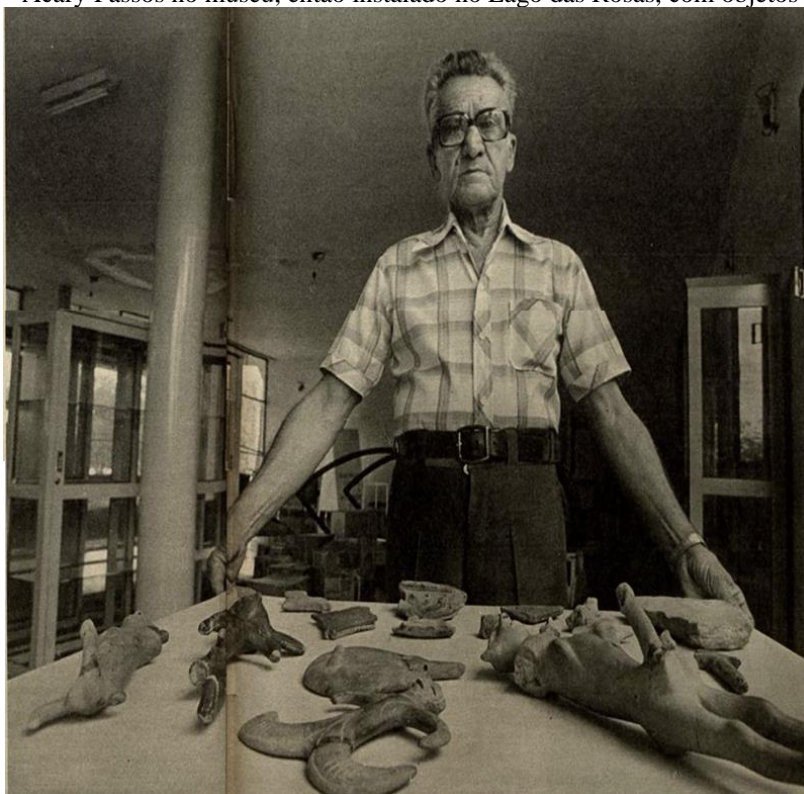
Como veremos, a lagoa é considerada um lugar sagrado, onde se acredita que os “espíritos” ancestrais residem sob o controle de Mamaé (protetor da aldeia). É nesse cenário de narrativas “mitológicas” e “lendas” que são transmitidas de geração em geração, enriquecendo a identidade cultural dos Kamaiurá. Por ser um local habitado por “espíritos” desempenham um papel ativo na vida da comunidade, o seu acesso não é permitido a todos os Kamaiurá.

Importante ressaltar que a região do Xingu havia sido pesquisada e descrita por inúmeros pesquisadores e instituições diversas, antes das incursões de Acary de Passos. O Alto Xingu foi visitado e retratado pelo alemão Karl Von den Steinen em 1884, data que marcaria o início do empreendimento colonialista na região. Inclusive no alto do Xingu há um rio com o seu nome.

Com a chamada de uma reportagem da revista Manchete, dou início a essa discussão: “No Parque Nacional do Xingu foram encontradas cerâmicas que poderão mudar os conceitos

da Arqueologia brasileira (REVISTA MANCHETE, 1978, p. 28-30). As imagens da reportagem retratam indígenas no interior da lagoa, "pescando" esses objetos singulares, bem como os próprios itens "pescados". Uma foto de Acary de Passos, no edifício do Museu Antropológico, que então se localizava no Lago das Rosas, ocupava toda a página 29, ostentando as peças em questão.

Figura 29 – Acary Passos no museu, então instalado no Lago das Rosas, com objetos da coleção.



Fonte: REVISTA MANCHETE, 1978.

A jornalista Marlene Anna Galeazzi, logo nas primeiras linhas de sua reportagem, enfatizou a importância da coleção, descrevendo as cerâmicas como “estranhas”, sem precedentes na produção indígena brasileira, não com aquelas características. Mais adiante, a jornalista revela que a singularidade desses objetos e levanta questões sobre sua origem, datação e significado cultural, indicando que Acary de Passos, ciente da importância dessas questões, enviou amostras para análise de dados por carbono-14 na Universidade de Tóquio<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Outro registro em um jornal local aponta que amostras foram enviadas aos Estados Unidos, não ao Japão. Pelo pedaço da publicação por mim vista, não é possível saber o nome do jornal, mas pela época da publicação suponho que seja “O Popular”.

Um ponto de destaque acerca dessa coleção é a sua presença em diversos veículos de imprensa, conforme pode-se vislumbrar pela montagem a seguir, com algumas das matérias elaboradas acerca desses objetos instigantes.

Figura 30 – Montagem com matérias sobre a Coleção da Lagoa Mirarré



“Povo Savurú habitou a região de Miarraré” Jornal (?), 1976

“Os monstros da Lagoa Miarraré”, Revista Manchete, 1978

“Museu Antropológico tem novos projetos”, Jornal O Popular, 1981

“O mistério da arte indígena da Lagoa Sagrada” Jornal de Brasília, 1984

Fonte: Fundo Documental do MA/UFG, Revista Manchete (1978), O Popular (1981), Jornal de Brasília (1984). Organização do autor.

Importante contextualizar que nas décadas subsequentes a sua criação, o PNX e os povos indígenas inseridos nesse território figuraram em um processo de construção discursiva do que seria o “índio brasileiro”, sendo recorrente a produção de reportagens sobre o parque e os indígenas pela mídia nacional. As publicações acerca dos objetos encontrados na lagoa inserem-se nesse movimento. Para o recém-criado Museu Antropológico da UFG, esses veículos de comunicação funcionavam como uma vitrine local, regional e nacional para suas ações e coleções. Haja vista que algumas matérias, sobretudo, da imprensa local, abordam outros assuntos do museu de forma imbricada à coleção. Depreendemos que Acary de Passos participava com dedicação dessa empreitada, o que pode ser vislumbrado em sua postura nas imagens das publicações. Convém destacar que além do ineditismo dos objetos encontrados na Lagoa Miarraré, as reportagens enfatizam que Acary de Passos teria sido o primeiro “civilizado” a ter visitado a Lagoa. Como veremos adiante, a efetiva ida de Acary de Passos à lagoa ocorreu apenas em 1976, seis anos após ele ter recebido os primeiros fragmentos de Tacumã, liderança Kamayurá.

Sobre o fato de Acary de Passos ter sido o primeiro a visitar a lagoa, essa informação é refutada com uma matéria publicada em 1974, na Revista Planeta, por Orlando Villas Boas, com fotos de Maureen Bisiliat.

Figura 31 – A Lagoa Miararré foi objeto de matéria elaborada por Orlando Villas Boas, em 1974.



Fonte: Revista Planeta, 1974.

Conforme apontado por (MORAES WICHERS, 2019), ainda que as práticas envolvendo a formação da coleção tenham sido marcadas pela colonialidade e por relações assimétricas entre indígenas e não indígenas, os primeiros não foram passivos às investidas dos “caraíbas” (brancos). Dessa feita, ainda que Tacumã tenha garantido à Acary de Passos a primazia dada a ele no que concerne à visita ao local, esse processo se deu com outros não indígenas, como Orlando. Mas, passemos a alguns pontos da biografia da coleção inserida no MA/UFG.

#### 4.1. Apontamentos sobre a biografia da coleção

Ressalta-se que Acary de Passos, durante a Expedição Roncador-Xingu (ERX) havia chegado à região xinguana e conhecido a lenda da Lagoa Miararré. Mas o que diz essa lenda? De acordo com Simonsen & Oliveira (1976, p.16)

Conta o atual cacique e pagé dos Kamayurá, Tacumã, que a lagoa Miararré é local sagrado, povoada por uma legião de espíritos liderados por “Mamaé”, espírito protetor de Tacumã. Este conta: “Mamaé” disse que se não respeitassem a lagoa e tocassem nas peças cerâmicas encontradas no leito desta

com as mãos, os peixes desapareceriam de suas águas e grande desgraça desabaria sobre os Kamayurá.

Desde que acessou a “lenda” na ERX, colecionador de objetos indígenas, Acary de Passos se interessou não só pela “lenda”, mas principalmente pela posse desses objetos, como relata em entrevista<sup>32</sup> ao Jornal de Brasília (1984)

“Assim que chegamos à região, no início dos anos 40, tomei conhecimento da lenda da lagoa Miararré. Na época, o cacique era Tamapu, pai de Tacumã, o atual. Constantemente Tamapu repetia a lenda, mas receava me levar à lagoa. Dizia ser impossível chegarmos até ela. Quando Orlando Villas Bôas esteve no Posto Leonardo, o chefe do povo Kamayurá já era Tacumã, também um grande pagé. Ele foi à lagoa de onde trouxe, depois de alguns mergulhos, algumas cerâmicas e as ofereceu ao indigenista. Desde 1939 eu colecionava cerâmica indígena com o objetivo de montar futuramente um museu. Foi justamente por isto que senti um grande interesse pelo fato. Procurei Tacumã e pedi-lhe para me levar à lagoa. Isto fiz várias vezes e a resposta sempre era negativa. Em 1975, época em que me encontrava no Parque, fui surpreendido com um convite do Cacique. Ele me disse que seu espírito protetor lhe aparecera num sonho e autorizara minha ida à lagoa Miararré”.

Pelo exposto acima concluo que a difícil tarefa de coletar essas peças, depositadas no fundo de uma lagoa sagrada, tornou-se um desafio ao longo dos anos para Acary de Passos e pesquisadores do MA/UFG. Embora o “convite” de Tacumã para levar Acary de Passos à lagoa tenha ocorrido em 1975, isso de fato aconteceu somente no ano seguinte, conforme narro mais abaixo.

Na entrevista citada logo acima Acary de Passos pontua que há várias narrativas sobre a Lagoa e os objetos que existem em suas profundezas, e quem tentar desvendar seus segredos enfrentará duas “desgraças”. De acordo com o Jornal de Brasília (1984)

1 - Morrerá afogado em suas águas; 2 - Os peixes desaparecerão. Diz ainda que somente uma pessoa de grande força mental e protegida por Mamaé, que é o grande espírito da lagoa e o protetor de Tacumã, poderá pesquisar os seus mistérios, e comunicar-se com a alma dos antigos habitantes do local.

Em seu relatório de viagem (Ofício nº 68/76), Acary de Passos narra a sua primeira tentativa de incursão à Lagoa, em setembro de 1972, mas não foi autorizado. Ele conta que tinha um “plano B”, que seria dar presentes às mulheres e crianças, disseminando a informação de que Tacumã estaria trocando objetos com os brancos e obtendo muitos objetos apreciados pelos indígenas, como rádio, redes de pesca, entre outros. Em troca do silêncio de Acary de Passos,

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Acary de Passos ao Jornal de Brasília em 26 de fevereiro de 1984. O Título da matéria era: O mistério da arte indígena da Lagoa Sagrada - Fundo Documental do IGPA.

Tacumã teria entregado ao pesquisador dois fragmentos e a promessa de que, no próximo ano, após o período das chuvas, o levaria até a Lagoa, e as peças coletadas poderiam ser encaminhadas para o museu. Contudo, essa ida ocorreu apenas quatro anos depois, em 1976.

Segundo o relatório supracitado, os trabalhos de coleta duraram um tempo total de 3h30min. E foram retirados da lagoa 24 peças de cerâmica, dois carvões e um cabo de machado. A pretensão de Acary de Passos seria voltar no dia seguinte para uma nova coleta, mas não tinha levado presentes em quantidades suficientes para recompensar Tacumã e aos seus irmãos, Sampain e Tauacumã. Diante disso combinaram que voltaria em dois meses, o que de fato aconteceu, em setembro do mesmo ano.

Nesta segunda e última viagem à aldeia Kamaiurá, Acary de Passos não estava só. Pelo relatório da viagem de outubro de 1976, Acary de Passos escreve que se juntaram a ele os pesquisadores Iluska Simonsen, Juarez Costa Barbosa e Sônia Maria de Almeida. Foram recebidos por Tacumã e ficou logo decidido que não iriam à Lagoa Miararré e nem permaneceriam na aldeia. Aproveitaram então a permanência na sede do parque e examinaram as valetas existentes nas imediações fazendo cortes experimentais em lugares diferentes. No relatório, Acary de Passos aponta que três dias depois foi procurado por um indígena que, enviado por Tacumã, lhe entregou alguns cacos de cerâmica e umas poucas peças incompletas, exceto uma arraia e uma estatueta, posteriormente restauradas.

Em seu artigo “Os ídolos antropomorfos da Lagoa Miararré” (1977) apresentado na XXX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Iluska e Acary de Passos citam detalhes dos objetos coletados. Conforme texto publicado, 29,1% da amostra eram peças utilitárias e 70,9% não-utilitárias. As peças utilitárias são objetos usados no dia a dia, confeccionados para serem utilizados no cotidiano dos grupos, preferencialmente no âmbito doméstico. Nessa categoria, Iluska aponta a presença de vaso cilíndrico, assador, prato, suporte para panela, vaso de contorno simples, além de uma peça discoidal à qual ela sugere ser peso de tear. As peças não-utilitárias dessa coleção, consoante Simonsen & Oliveira (1997, p. 30)

Estas peças, todas modeladas, diferenciam-se em três séries. Na primeira estão englobadas peças de feitura realista, que buscam retratar os seres vivos dos quais são cópia. Na segunda, estão aquelas esquemáticas. Na terceira, foram reunidas aquelas cuja caracterização é duvidosa e os objetos de adorno. Em todos os casos, são peças das quais não restam dúvidas de que tratam de objetos votivos ou cerimoniais. Efetivamente, no decorrer dos últimos anos, constatou-se que Tacumã transportou alguns desses objetos para a lagoa Ipavu, visando aumentar a piscosidade de suas águas.

Os autores ainda apontam que são peças zoomorfas, antropomorfas ou híbridas, chamando a atenção de quem observa a coleção. Para Simonsen & Oliveira (1997, p. 31)

São peças de contorno complexo, representando olhos, boca, membros superiores e inferiores, orelhas muito proeminentes, falus de tamanho proporcionalmente maior. As peças geralmente são representadas de pé, com pernas estendidas, braços em adução e mãos em pronação, ocorrendo um caso de abdução. Os detalhes como traços do rosto, são todos muito simplificados, exceção feita para o falus que recebeu acabamento mais esmerado.

Os Kamaiurá, como muitos outros povos indígenas, possuem uma conexão profunda com a terra e seus lugares sagrados. Numa perspectiva decolonial, após a imersão nos documentos que remetem a essa coleção vemos claramente as marcas da colonialidade, mesmo que a coleta tenha sido autorizada por Tacumã. As marcas dessa colonialidade transformada em etnocentrismo fica mais evidente ainda quando lemos os relatórios de viagem escritos por Acary de Passos, conforme passagens transcritas no Relatório de viagem do Fundo documental do MA/UFG (1976)

Enquanto o homem civilizado dispõe de grande massa de informações que lhe dão nítida compreensão dos fenômenos naturais - o primitivo vive perdido entre perigos e mistérios, efetivos ou imaginários, para os quais não dispõe de explicações racionais. [...] Produto direto da formação psíquica do homem selvagem, são os tabus que governam o comportamento individual-social.

Essa coleção nos convida a refletir sobre como os objetos indígenas são colecionados (CLIFFORD, 1994), revelando a persistência da colonialidade. Ela nos desafia a refletir sobre a percepção do "outro" e da alteridade e como essa alteridade é construída e percebida, especialmente quando se trata das culturas indígenas, e como as narrativas culturais são construídas e compartilhadas ao longo do tempo. Na entrevista concedida por Acary de Passos em 26 de fevereiro de 1984 ao Jornal de Brasília ele retrata as artimanhas que fez até “colocar a mão” nos objetos. Fundo documental do IGPA (2023) apud Jornal de Brasília (1984)

Em 1975, época em que me encontrava no Parque (do Xingu), fui surpreendido com um convite do cacique. Ele me disse que seu espírito protetor lhe aparecera num sonho e autorizara minha ida à Lagoa Miararré. Na época da seca, conforme combinado apareci na aldeia dos Kamaiurá. Tacumã fez a coisa muito discretamente, sem alarde junto ao seu povo. Simulou aos índios uma caçada e partimos na madrugada seguinte, com Tacumã à frente, seguido de sua mulher, dois filhos, uma irmã e um tio. O ritual começou com uma canção dos índios. Depois recebi ordens para envolver as mãos em folhas. Isto era para não macular os objetos a serem extraídos do fundo da lagoa. A operação foi lenta e finalmente surgiram as peças, que eles logo embrulharam em folhas. Recebi-as de presente e levei para Goiânia”.

Em 1980, Iluska e Acary de Passos fazem a terceira e última publicação sobre essas peças. Como supracitado, o primeiro estudo “Cerâmica da Lagoa Miarré” foi em 1976, cuja intenção, nas palavras dos autores, era “apresentar uma comunicação preliminar dos estudos sobre o material cerâmico oriundo da Lagoa Miarré”. O segundo ensaio, proveniente de apresentação na XXX Reunião da SBPC, já mencionada, buscou “observar mais rigorosamente os aspectos aleatórios das amostras” confrontando-as com outras obtidas em condições controladas para contestarem a hipótese de os objetos terem sido misturados casualmente. Neste último trabalho, de 1980, os autores deram continuidade aos estudos anteriores, no qual, utilizando-se de um “paralelismo etnográfico-arqueológico” buscaram testar hipóteses sobre os autores da cerâmica e como elas foram parar no fundo da lagoa.

As publicações elaboradas por Iluska Simonsen e por Acary Passos de Oliveira apresentam um conjunto significativamente maior do que aquele encontrado nas reservas técnicas do MA/UFG durante a retomada da coleção por (MORAES WICHERS, 2019). Na última publicação (Simonsen; Oliveira, 1980, p. 27), foram indicados 141 objetos. Contudo, a equipe do projeto conduzido por Moraes Wichers, apontou a presença de 38 objetos na Reserva Técnica Etnográfica e 55 fragmentos, correspondentes a 34 objetos, na Reserva Técnica Arqueológica 2, o que revela que perdas podem ter ocorrido ao longo dos anos.

#### **4.2. O narrável e o inenarrável de uma coleção**

Uma das temáticas centrais que a Coleção da Lagoa Miarré nos convida a explorar e se faz presente ao longo dessa discussão é a colonialidade, referindo-se aos sistemas de poder, controle e hierarquia que persistem mesmo após o fim do colonialismo formal. No contexto da Coleção da Lagoa Miarré, a colonialidade se manifesta na maneira como os objetos indígenas são coletados. A chegada de Acary de Passos e sua equipe à aldeia Kamaiurá trouxe consigo a sombra da história colonial, a história de apropriação cultural, exploração e despojamento dos povos indígenas por parte dos colonizadores (antropólogos(as) e arqueólogos(as) estão inclusos nessa categoria). É importante considerar que a coleta dos objetos da lagoa ocorreu mediante negociações entre Acary de Passos e o “capitão” e “pajé” Tacumã – termos utilizados por Acary de Passos para se referir ao líder Kamayurá (MORAES WICHERS, 2019), porém, à sombra da colonialidade. Em sua monografia, de acordo com Correia (2017, p. 35)

Todo processo de contato e coleta dos objetos da Lagoa através de Acary, foi marcado pelo colonialismo então vigente nas práticas arqueológicas e museológicas. Mesmo obtendo respostas desfavoráveis a coleta, seguia com constante insistência, apresentando objetos, e, conforme relatos, subornando

mulheres, crianças em busca de informações. Através dos relatos obtidos, se dirigia ao Pajé e obtinha o que desejava em troca de seu silêncio. Estas ações revelam que, mesmo com intuito de pesquisa, e desejosos de adquirir acervos para o novo Museu, o processo de coleta foi marcado por um colonialismo contemporâneo. Não obstante, sabe-se que Tucumã e os demais Kamaiurá também agenciaram os não indígenas, seja negociando os termos das trocas, seja enviando os objetos que eram indesejáveis na região, por carregarem espíritos que poderiam causar mal aos brancos, como veremos adiante.

A autora, no mesmo trabalho reforça o caráter essencialmente colonialista no processo de coleta realizado por Acary de Passos e os pesquisadores, evidenciando que, consoante Correia, (2017, p. 35)

Em nome da ciência, da pesquisa e do desenvolvimento, o patrimônio do outro, do “nativo”, se tornou alvo da apropriação alheia, que, não o compreende, não valoriza, e, em seus discursos, não lhe concede o sentido sobrenatural devido, e quando o faz, justifica esse caráter simbólico do “homem selvagem” na falta da nítida compreensão dos fenômenos naturais que este, por sua vez, possui.

A coleção lança luz sobre questões complexas que permeiam as relações estabelecidas por Acary de Passos, e pelo MA/UFG em seus primórdios, com os povos indígenas. Ela nos leva a refletir sobre questões importantes, como a alteridade e a colonialidade. Como esses objetos foram vistos pelos olhares coloniais? Como podemos desconstruir essas visões e valorizar as culturas indígenas de forma mais justa? Essas são algumas das perguntas que surgem ao explorarmos essa fascinante coleção. Além disso, a Coleção nos convida a uma reflexão sobre como as narrativas culturais são construídas, compartilhadas e reinterpretadas ao longo do tempo. Ela nos desafia a questionar nossas próprias categorias conceituais e considerar a complexidade da experiência humana em um mundo cada vez mais interconectado, onde as fronteiras culturais se tornam mais fluidas.

Um outro contexto presente nessa reflexão se refere à alteridade, a assimetria na percepção do "outro", que julgamos ser “diferente” de nós. No contexto da coleção, os objetos são vistos como algo "diferente" e "estranho" em relação à produção indígena brasileira conhecida até então. Essa diferença é percebida não apenas pelos observadores externos, como Acary de Passos e a jornalista Marlene Anna Galeazzi, mas também pelos próprios Kamaiurá. Os objetos da lagoa eram vistos como algo fora do comum, mesmo para aqueles que compartilhavam a mesma cultura. É importante ficar atento às questões sobre como a alteridade é construída e percebida, especialmente quando se trata das culturas indígenas. No caso da Coleção da Lagoa Miararré, a primeira ocorrência foi de surpresa diante da singularidade das cerâmicas e estatuetas. Essa ocorrência revela como o olhar ocidental tende a categorizar o

"outro" como algo exótico e incompreensível, muitas vezes desvinculando-o de sua rica e complexa história cultural.

A dicotomia entre lembrança e esquecimento é outro aspecto intrigante dessa coleção. Para os Kamaiurá, a lagoa e seus objetos são componentes de uma longa-história indígena xinguana (MORAES WICHERS, 2019). O ato de lançar cerâmicas e estatuetas na lagoa era uma prática ancestral que simbolizava a conexão com os ancestrais e os espíritos da água. A coleta desses objetos pode representar um ato de lembrança, uma forma de trazer de volta à vida a história e a espiritualidade associada a eles. A Coleção da Lagoa Miararré nos convida a refletir sobre como as comunidades indígenas lidam com sua própria memória cultural em um contexto de mudança e contato com o mundo exterior.

A oposição entre o narrável e o inenarrável também é relevante ao debater a Coleção da Lagoa Miararré. Muitas das histórias, mitos e significados por trás desses objetos podem ser inenarráveis no sentido de que não podem ser completamente expressos em palavras ou traduzidos para a linguagem acadêmica. Eles residem na esfera de uma perspectiva ontológica que escapa às limitações da escrita. Isso nos lembra da importância de considerar as múltiplas formas de interpretar um mesmo objeto, considerando os diferentes olhares sobre o mesmo de uma forma mais holística.

No entanto, é importante considerar que a coleção em si mesma, como uma coleção museológica, também se torna uma forma de narrativa. Os objetos expostos em museus contam histórias sobre as culturas que os produziram, mas essas histórias são filtradas pela perspectiva dos curadores e dos visitantes. A narrativa que emerge da coleção da Lagoa Miararré é uma narrativa híbrida, que combina as vozes dos Kamaiurá, dos pesquisadores e dos observadores externos e, por conseguinte, é de suma importância, no que se refere à gestão e curadoria de coleções museológicas, adotar uma óptica abrangente e respeitosa, pois estamos imersos em um universo singular e enriquecedor. Os artefatos representam aspectos valiosos entre culturas, momentos históricos, ritualísticos, cada item é uma janela para o passado e isso requer uma maior compreensão e respeito por sua representatividade e pelo significado cultural. Eles não se limitam a serem meros exemplos ilustrativos de culturas distantes, relíquias de tempos remotos ou meras curiosidades extravagantes, portanto como salienta Barcelos Neto (1999, p. 241),

Ao lidar com artefatos de coleções museológicas é necessário ter em vista que eles não são meros objetos ilustrativos de uma cultura exótica, de um passado remoto e saudosista, ou espécimes bizarras ou curiosas. Enfoques teóricos, com as quais compartilho, procuram conferir aos objetos de museus o status de documento.

Também reitero o que pontuou (BARCELOS, 1999), esses objetos, ao adentrarem nos museus devem ser vistos como um documento que reporta ao pretérito, a um passado que tem memória afetiva, portanto, é um elemento essencial na construção da identidade individual e coletiva de onde foi retirado, o que é essencial para garantir a continuidade das tradições e valores que moldaram a cultura desse ao longo dos séculos.

Além disso, a coleção nos permite discutir a ordenação dos objetos pelas áreas disciplinares da Arqueologia e da Antropologia. Em suas pesquisas, Moraes Wichers (2020, p. 413)) sinalizou que,

Uma característica interessante é que essa coleção ‘borra’ as fronteiras entre coleção arqueológica e etnográfica. Coletados no fundo da Lagoa, seriam objetos arqueológicos. Não obstante, o processo de negociação e a coleta realizadas pelos Kamaiurá inserem esses objetos também na trama das coleções etnográficas. No Museu Antropológico da UFG a coleção está dividida entre a Reserva Técnica Etnográfica – onde foram inseridos os objetos completos e com apelo estético –, e a Reserva Arqueológica, onde foram inseridos os fragmentos de objetos.

Cabe destacar que durante as negociações, os indígenas também jogavam com Acary de Passos - “Devido ao volume d’água, não foi possível mergulhar no centro da lagoa, onde, segundo os dois pajés, peças inteiras e de feitiços vários, seriam encontradas”. Estariam os indígenas, ao aguçarem ainda mais Acary de Passos, dispostos a outras negociações? De todo modo, os trabalhos de coleta concentraram-se na margem direita da lagoa. Essa colonialidade foi uma prática constante desde as primeiras visitas, nas quais as narrativas indígenas foram ignoradas, relativizadas, uma trajetória marcada pela colonialidade do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013).

(MORAES WHICHERS, 2019) reforça essa hipótese acerca das negociações terem sido agenciadas pelos indígenas. Em uma oficina realizada no MA/UFG, com Maiurí Kamaiurá e Maurício Kamaiurá, segundo Moraes Wichers, (2020, p. 415)

Ao conversarmos acerca dos objetos híbridos (antropomorfos e zoomorfos) que apresentam grandes falos e que compõe a coleção, os pesquisadores indígenas nos disseram que esses objetos eram de um espírito mau. Maiurí Kamaiurá afirmou que esses objetos, muito provavelmente, atrairiam coisas ruins à aldeia, por isso foram entregues à Acary, para serem levados para bem longe dela.

Nos relatórios de Acary de Passos, sua insistência e astúcia seriam os fatores explicativos para o êxito obtido nas negociações. Além disso, nas matérias da mídia impressa acessadas, era enfatizado que ele teria sido o único “civilizado” a conhecer a lagoa pessoalmente. Continuemos na narrativa fornecida por Moraes Wichers, (2020, p. 415)

Para nós, quando demos início à pesquisa, a captura dessas peças por Acary teria sido um rapto, um processo ao qual os indígenas haviam se submetido após as incursões do diretor do museu. Na oficina, as narrativas Kamaiurá trouxeram outras possibilidades. Desta feita, ainda que as práticas de colecionamento aqui abordadas sejam marcadas pela colonialidade e por relações assimétricas entre indígenas e não indígenas, os primeiros não foram passivos às investidas dos brancos. Tacumã selecionou os objetos a serem entregues, livrando-se daqueles que atrairiam coisas ruins à aldeia.

Por fim, analisando a coleção da Lagoa Miarraré percebi que ela conecta o passado ao presente através das narrativas e memórias provocadas pelos objetos coletados, documentos que apontam um certo abandono e esquecimento da mesma. Nesse sentido, faço um paralelo com a biografia de Acary de Passos, onde, através do arco temporal, tentei mostrar as ideias e práticas de Acary de Passos nos campos acadêmicos e científicos de áreas como a Antropologia, Arqueologia, Ciências Sociais, Museologia, dentre outras. No capítulo final discorrerei sobre a sua saída do Museu Antropológico e posterior ida para a Universidade Católica de Goiás, hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, apontando marcas, impressões sobre o seu trabalho bem como o seu legado para ambas as instituições.

## **CAPÍTULO 5 - ACARY DE PASSOS, PASSADO E PRESENTE: DESDOBRAMENTOS**

Figura 32 –Montagem de fotos de Acary de Passos Oliveira e sua esposa Maria Aparecida Delgado Oliveira. Na primeira foto, as pessoas inseridas atrás e ao lado não foram identificadas. Essa imagem, do ano de 1988, pode ser do momento de concessão do título de Doutor Honoris Causa, que ele recebeu da PUC Goiás.



Fonte: Foto 3193 – Projeto Imagens de um Sertão Desconhecido – MA/UFG.

Pouco ou quase nada se sabe sobre as motivações que levaram Acary de Passos a sair da direção do MA/UFG para ir trabalhar como educador na PUC Goiás. Nesse sentido, a proposta neste capítulo consiste em uma tentativa de trabalhar a concepção de memória e esquecimento, bem como analisar as marcas deixadas por ele na UFG e, posteriormente, na PUC Goiás. A seguir, analisarei as possíveis causas que o levaram a trocar a UFG pela PUC Goiás.

Uma causa mais provável talvez tenha sido a perda da sua visão. O próprio Acary de Passos admitiu por várias vezes em entrevistas e conversas com pesquisadores que se afastou do cargo de diretor do MA/UFG devido à sua perda parcial da visão, ocasionada por remédios usados para tratar das mais de 20 malárias que pegou ao longo das suas viagens às aldeias indígenas.

Outra possível hipótese seria a falta de interesse por parte da UFG na publicação de um livro sobre os seus mais de 40 anos de experiências como sertanista. Com o desinteresse e sem o apoio da UFG ele então é convidado pelo reitor da PUC Goiás, Padre José Pereira de Maria para que não deixasse que esses 40 anos fossem levados para a sepultura. Assim, Acary de Passos não só aceita o convite para escrever o livro como vai trabalhar na instituição, mais especificamente no IGPA como pesquisador. Acary de Passos sai da UFG em 26 de abril de 1982 e ingressa na PUC Goiás quase um ano depois, em 1<sup>o</sup> de março de 1983 no cargo de pesquisador. Dois anos após o seu ingresso, ou seja, 1<sup>o</sup> de março de 1985 recebe uma promoção com um novo enquadramento funcional, passando a atuar como Auxiliar de ensino. No dia 1<sup>o</sup> de setembro do mesmo ano há um reenquadramento funcional, dessa vez no cargo de Auxiliar-I.

O jornal “Diário da Manhã” em sua edição do dia 21 de fevereiro de 1982 com a manchete “Acary de Passos deixa o Museu Antropológico” traz um fato novo e que nunca foi concretizado. Quase no início, a reportagem pontuava que a Pró-Reitora de pesquisas e Pós-Graduação Janaína Amado dissera que Acary de Passos seria homenageado pela Universidade Federal no dia da transmissão de cargo, colocando o seu nome no Museu, que passaria a ser chamado de Museu Antropológico Acary de Passos Oliveira. Ainda, segundo Janaína, essa seria uma forma de a Universidade demonstrar o reconhecimento pelo seu trabalho como sertanista e como um dos pilares da criação do Museu, mesmo que o Museu quase não tenha recebido apoio efetivo por parte da Universidade, em suas palavras.

Essa honraria prometida nunca foi concretizada, daí deduzo que sua saída não foi simplesmente pela parca visão. Mais adiante, nessa mesma entrevista, a pró-reitora da UFG pontua as diretrizes que espera de uma nova administração do Museu. Segundo ela a ideia seria, conforme está apontado no Fundo documental do IGPA (2023)

“Colocar o Museu em duas vertentes de forma que ele seja realmente um centro de pesquisas arqueológicas e antropológicas e também sirva aos alunos de 10 e 20 graus através de programas específicos, e que para o Museu atingir isso, ele precisa ser aparelhado continuamente, participar de programas de apoio aos museus para que o seu acervo seja classificado e também preservado”.

Lendo esse trecho me fiz algumas perguntas. O Museu não estava sendo um centro de pesquisas antropológicas e arqueológicas? Esse projeto para chamar as escolas para visitar o Museu já tinha sido pensado por Acary de Passos. Faltou-lhe executá-lo ou não teve o respaldo da UFG? Se ela diz que o órgão precisa ser sempre provido, não contradiz o que ela disse anteriormente, que a UFG não abraçava concretamente o Museu? Mas agora o faria? Ao me fazer essas perguntas, penso que pode ser que não estavam contentes com o trabalho de Acary de Passos e não o queriam mais na direção do museu. Tanto é que ao assumir o museu Antropológico depois de Acary de Passos, a Profa. Edna Luísa de Melo Taveira faz todo um trabalho de sistematização das coleções existentes no MA/UFG. Ela assume com uma preocupação distinta em relação aos objetos, uma preocupação em ordenar, classificar, documentar, conservar e preservar, mas para além disso, como comunicar esse acervo com o público. Para isso serviria o projeto com as escolas de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus ditos pela Pró-Reitora.

Essa última hipótese aventada por mim me parece a mais provável e é fundamentada pelo ex-Diretor do Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) da UFG e ex-presidente do Colegiado de Curso, Prof. Juarez Costa Barbosa que era amigo e colega de viagens de Acary de Passos, tendo inclusive participado da segunda viagem à Lagoa Mirarré. Em um artigo para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás de acordo com Barbosa *et al* (2010, p. 77)

...prosegui atuando com Professor Acary que, apesar do seu ingente trabalho, encontrou resistência em nossa instituição, da parte de colegas nossos da docência, que dele cobravam titulação acadêmica na área. O professor Acary era bacharel em Direito, mas não tinha formação acadêmica formal em Antropologia, etnologia ou áreas afins. Apesar disso, como poucos, incentivou e realizou a pesquisa de campo e possibilitou estudos teóricos e práticos a professores e alunos; proferiu palestras para platéias interessadas, trouxe pesquisadores de várias regiões do Brasil e levou o nome da nossa instituição para além das fronteiras do estado de Goiás. Recebeu o reconhecimento de sertanistas e indigenistas – como Darcy Ribeiro, que o citou em uma palestra, como um dos grandes conhecedores dos nossos povos indígenas. Em 1982, quando pediu afastamento da UFG, Dr. Acary integrou se ao quadro de pesquisadores da Universidade Católica de Goiás, onde prosseguiu seus trabalhos e recebeu tratamento mais condizente.

Edna Luísa de Melo Taveira havia passado por diversas formações, inclusive, fora de Goiás, estando imersa nesse movimento de profissionalização. Acary de Passos não estava

alheio aos efeitos desse novo momento no contexto das pesquisas e do museu, tanto é que Carlos Brandão, ao ser indagado sobre isso em agosto de 2010, na sua entrevista comemorativa dos 40 anos do MA/UFG<sup>33</sup> afirmou que Acary de Passos “se sentia um pouco desaproveitado”, e que “ele tinha problema em ver por exemplo uma Edna, eu, a gente se mestrando, se pós-graduando e ele não”. Ou seja, Acary de Passos já não se sentia mais uma unanimidade no ICHL. Soma-se a isso a perda gradual da visão, o aumento da idade, dentre outros motivos. Então todo esse contexto pode explicar a saída de Acary de Passos da direção do MA/UFG e posterior ida para a PUC Goiás.

### **5.1. Uma figura esquecida? Ou por uma história da antropologia no Sertão**

Apesar de sua contribuição para os campos devotados aos povos indígenas, Acary de Passos não se destacou pela publicação frequente de trabalhos acadêmicos, ainda que tenha apoiado e aberto espaço para que outros investigadores desenvolvessem as suas próprias pesquisas. Assim, levando-se em conta a sua permanência nas duas IES pode evidenciar que sua influência se estende para além de suas próprias publicações, tornando-se um elo importante na promoção dos campos da Antropologia, da Arqueologia e principalmente dos estudos indígenas na região. Mesmo assim é importante destacar que sua figura não é mencionada pela Antropologia ou pela Arqueologia, evidenciando um certo esquecimento. Nesse contexto, Acary de Passos assume um papel importante para compreender a Antropologia no Sertão, região ainda em formação, conforme abordado por (SENA, 2007).

Por toda a leitura de artigos, livros, jornais antigos e mais ainda pela documentação pesquisada, sinto-me autorizado a dizer que a Antropologia no estado de Goiás está intrinsecamente entrelaçada com a trajetória do MA/UFG desde a sua concepção na década de 1960, quando se tinha por objetivo a captação do maior número possível de objetos de povos em “vias de extinção”, de acordo com as mentalidades da época. Corrobora com esse pensamento sobre o museu, a assertiva de Lima (2016, p. 135)

Idealizado no contexto da modernização da região Centro-Oeste decorrente do empreendimento de interiorização do país, integrou parte das estratégias de afirmação das Ciências Sociais locais, em que os intelectuais de um modo geral foram chamados - ou chamaram para si - a uma atuação comprometida com o ideário da modernidade.

---

<sup>33</sup> Sobre isso ver a nota de rodapé de número 22.

Acary de Passos compreendia o museu como uma porta de entrada para atrair alunos, docentes e colaboradores: agregá-los e mostrar o que é um museu, como as coisas funcionavam, deixar esclarecida a importância em participar, em “estar lá”, ao invés de “ir lá”. Para essa finalidade, o museu oferecia bolsas, em pesquisas antropológicas e arqueológicas. Acary de Passos acreditava que só assim se poderia saber mais sobre a cultura, os costumes, o modo de vida dos povos da região.

A pesquisa interdisciplinar sobre os povos da região colocou o MA/UFG como um ponto de partida para muitos investigadores, tornando-o uma das mais importantes referências de instituições de pesquisa na região. Esse pensamento é ratificado em Lima (2016, p. 136)

... o Museu Antropológico se estabeleceu como uma instituição museológica importante na região Centro-Oeste, desenvolvendo pesquisas nas áreas de etnolinguística, arqueologia, etnologia indígena, cultura popular e educação indígena, além de pesquisas propriamente museológicas, como a documental, a de conservação e as ações educativo-culturais... Os estudos ali realizados não só contribuíram para a consolidação do museu, mas também para a institucionalização da Antropologia no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Partindo do princípio básico da relação entre ensino, da pesquisa e da extensão, o tão propalado tripé que norteia o ensino superior, seja pelos projetos que desenvolve, seja pelo modo como coleta os objetos, conserva-os, expõe e comunica-os, podemos inferir que as histórias do Museu Antropológico e da Antropologia Regional se confundem. Ademais, a afinidade entre a Antropologia e os museus é verificada desde o nascimento da primeira, haja vista que para muitos autores a Antropologia nasce dentro das instituições museais. Um dos autores brasileiros que fortalece tal afirmativa é José Reginaldo Santos Gonçalves (2007) ao se debruçar sobre os estudos das coleções e objetos em um museu. Em Gonçalves (2007, p. 22)

Assiste-se nesse período a uma reaproximação entre os antropólogos e os museus, os quais passam a ser considerados como objetos de pesquisa, descrição e análise. Ao mesmo tempo assiste-se a um trabalho de problematização sistemática (e denúncia) do papel desempenhado por essas instituições enquanto mediadores sociais, simbólicos e políticos no processo de construção de representações ideológicas sobre diversos grupos e categorias sociais, especialmente àqueles que foram tradicionalmente eleitos como “objetos” de estudo da Antropologia.

A Antropologia e as suas subdivisões, assim como outras epistemologias se multiplicam “não há mais um discurso compartilhado e únicos entre os antropólogos(as), uma linguagem

compartilhada que todos nós falemos, mesmo que de forma idiossincrática” (WOLF, 1980). Essa diversidade de olhares não significa a ausência de disputas.

Na academia, por exemplo, constantemente percebemos a reprodução de um certo colonialismo interno. Os eventos acadêmicos, a título de exemplo, são mais frequentados quando há um(a) convidado(a) internacional. Há uma supervalorização desse outro olhar. Isso acontece também na Antropologia Social, um espaço que deveria ser contra hegemônico. Nesse ambiente deveria prevalecer, sim, a decolonialidade do saber.

Isso denota uma certa incoerência, pois ao analisarmos as ementas das disciplinas e o discurso, as narrativas propaladas são bem distintas da realidade. E são esses atores que irão dizer o que é uma boa Antropologia, uma boa etnografia, são eles que decidirão quem é antropólogo(a) e quem não é. Ao invés de manter e geminar essa práxis é preciso contrapô-la. Engana-se quem pensa que essa experiência está sendo rompida, as correntes quebradas. Como exemplo citarei uma ocorrência pessoal.

Recentemente recebi um convite para participar de um ciclo de palestras de um grupo interdisciplinar. No convite estava impresso que as primeiras falas seriam feitas por pesquisadores(ras) internacionais. A ideia que se tem é a de que trazer uma fala de fora dará uma maior visibilidade, além de mais legitimidade aos tópicos abordados. O que é mais paradoxal é perceber que são pesquisadores de fora para exporem situações da nossa região. Não estou defendendo aqui a xenofobia, o bairrismo, de forma alguma, o que estou pontuando é a valorização de um outro pensamento em detrimento da nossa expertise. Mais uma vez, em um simples convite, temos a configuração da questão da colonialidade no sentido do “poder”, pois, ao convidar um “não nativo” pode-se conseguir um maior poder de barganha mais a frente e poder-se-ia obter o tão desejado reconhecimento pelos órgãos máximos que regem a academia (Capes, CNPq, Fapeg, dentre outros). E dessa colonialidade do poder desemboca para a colonialidade do saber.

A seguir, de maneira bem sucinta, farei um panorama da jornada e dos meandros presentes na Antropologia Regional. Vale destacar que o estado de Goiás (e a região centro-norte do país) foram estabelecidos a partir de uma narrativa que contrapunha interior e litoral, o primeiro atrasado, e o segundo, civilizado. É pelo conjunto dessas narrativas acima e relatos que se constrói o sertão imaginado (SENA, 2007), com a ideia de um lugar inóspito, selvagem, habitado por pessoas rudes (camponeses e sertanejos) ou exóticas (indígenas), um lugar em constante atraso a ser conquistado e modernizado pelo sistema capitalista. E, imbuídos da concepção de avanço, progresso, evolução, crescimento e desenvolvimento são constituídos os processos contextos analisados nos primeiros capítulos dessa tese: nasce a Marcha para o Oeste

e como uma das heranças mais bem sucedidas desse movimento, resulta do surgimento da cidade de Goiânia.

A literatura e as notícias dos jornais nos mostram que ao deixar a velha capital “Goiás” e construir uma nova, “Goiânia” teve como resultado imediato um expressivo crescimento populacional. Projetada para 50 mil habitantes, em 1965, cerca de 150 mil pessoas já habitavam a nova capital. Toda essa movimentação e a expansão de novos bairros/setores acabam atraindo cada dia os mais variados tipos e quantidades de pessoas que foram se instalar em Goiânia e, com isso, uma nova organização social começa a se formar. Nesse contexto, na década de 1960, os novos bairros/setores concebidos mudaram a cidade, demandando mais infraestruturas, transportes, energia e escolas.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, Goiânia já contava com diversas escolas superiores: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola Goiana de Belas Artes (estes cursos ficaram sob o controle da PUC Goiás), a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia e o Conservatório de Música. Em 14 de dezembro de 1960, faculdades foram incorporadas e deram origem à Universidade Federal de Goiás (UFG), que em um primeiro momento situava-se somente no primeiro Campus, no Setor Universitário, sendo que em 1971, por força do AI-5 é que se ergue o segundo Campus, no Setor Itatiaia, região Norte da capital.

Não foi um início fácil, conforme Nazareno (2014) “de forma extremamente prematura, apenas quatro anos depois da sua criação, a UFG deixa de ser um espaço vivo de discussão e inovação acadêmica e passa a viver sob a tutela da intolerância e da perseguição”. Nessa perspectiva Nazareno (2014) apud Moreira (2008, p. 200)

Os anos seguintes foram marcados por dolorosas amputações humanas e institucionais, que reduziram a UFG a uma existência convencional e subordinada. Foi um tempo marcado por demissões arbitrárias de professores e técnicos; prisão de servidores, alunos e professores; fechamento de cursos; instauração da censura ideológica e o pior de todos os males trazidos pela ditadura: a delação, o “dedurismo”, o poder da denúncia ideológica, a acusação gratuita com prova ou sem prova. Proliferou em toda a universidade, destruiu carreiras brilhantes, abriu oportunidades injustiçadas para colaboradores medíocres do governo militar.

Diante da insatisfação em relação ao contexto, os estudantes se mobilizaram e pediram mudanças das grades curriculares, de alguns professores, de novas temáticas que fossem ligadas à realidade que viviam na cidade de Goiânia. Estou me referindo ao final do ano de 1968, quando, em dezembro, foi emitido o decreto do AI-5 pela ditadura militar durante o governo de Artur da Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968. O AI-5 é entendido como o golpe mais duro da

ditadura militar, no qual o governo tinha amplos poderes repressivos para garantir a “ordem e o progresso”.

No embalo do AI-5, três dias depois, em 16 de dezembro de 1968 foi expedido o Decreto 63.817, que reestrutura a Universidade Federal de Goiás, e isso causaria um impacto grandioso aos alunos e professores. O que estava por trás do Decreto era construir outro Campus bem afastado do centro urbano, onde seria mais fácil de serem monitorados, vigiados. Nesse contexto é que nasce o Campus 2, Samambaia. Além do mais, outras providências deveriam ser tomadas. Em seu Art. 2<sup>o</sup>, sinaliza (BRASIL, 1968)

Faz parte integrante do Plano de Reestruturação, na forma por que foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação, a tabela analítica, de distribuição das cadeiras e disciplinas e do respectivo pessoal docente que o instrui e essa distribuição se fará na data da publicação da portaria que fôr expedida pelo respectivo Reitor, imediatamente após a publicação dêste Decreto.

Ou seja, os Departamentos da Universidade Federal de Goiás seriam organizados por área de conhecimento, assim como os colegiados de cada curso (NAZARENO, 2014). O Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) abarcava os cursos de Filosofia, História, Ciências Sociais e Letras. Foi desmembrado em Faculdade de Filosofia, Faculdade de História, Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de Letras.

Em sua primeira década, o museu teve relações com importantes instituições de pesquisa no país e reuniu coleções significativas, ainda que sem uma abordagem propriamente museológica, o que seria mudado com a gestão de Edna Luísa de Melo Taveira, que viria assumir a direção do museu em 1983.

Além de oportunizar o desenvolvimento da etnologia indígena, a implementação do MA/UFG propiciou também a realização de projetos de pesquisa no campo científico da Arqueologia. Detalhei algumas dessas contribuições, ciente da necessidade de um estudo vocacionado a compreender melhor a história das pesquisas arqueológicas no MA/UFG e em Goiás. As coleções arqueológicas formadas e o diálogo com as diferentes áreas do conhecimento consolidaram o museu como uma das referências na pesquisa arqueológica nacional. Retomo e/ou destaco alguns dos avanços experienciados ainda na gestão de Acary de Passos<sup>34</sup>:

---

<sup>34</sup> A maioria dos registros apontados terão como base o livro escrito pelas ex-diretoras do MA/UFG, Dilamar Candida Martins e Edna Luísa de Melo Taveira, lançado em 2017 – “Museu Antropológico: uma viagem pelo tempo e no realce da memória de seu percurso”.

- Projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás - UFG/USP - Principais nomes envolvidos: Profa. Dra. Luciana Pallestrini e Profa. Dra. Margarida D. Andreatta;
- Projeto Bacia do Paranã - Principais nomes envolvidos: Prof. Dr. Alfredo Mendonça de Souza; Acary de Passos Oliveira; Alfredo Saad; Iluska Simonsen; Maria Arminda C. Mendonça Souza; Sheila Maria Ferraz e Gisele Rocha Silva de Ávila;
- No ano de 1971, o MA/UFG instituiu, sob a tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN), a carta arqueológica do Estado de Goiás, que foi um marco para a arqueologia goiana uma vez que esse instrumento passou a ser a referência para o cadastro de qualquer sítio arqueológico no estado;
- Em 1972 foi ofertado um curso de aperfeiçoamento em métodos e técnicas arqueológicas, ministrado pelo Prof. Igor Chmyz, referência nacional da arqueologia brasileira;
- No ano de 1975 foi oferecido um curso introdutório de Arqueologia, à cargo da equipe do Museu Paulista da USP, hoje Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE).

Subsequentemente, farei uma cronologia com os eventos mais importantes que envolveram o surgimento da Antropologia na região, considerando a importância e a ligação (direta ou indireta) de Acary de Passos Oliveira e o Museu Antropológico da UFG nessa jornada. Para isso, foi preciso retroceder alguns anos em relação ao advento da UFG, pois esses acontecimentos estão imbricados e demonstram a sua relevância para a comprovação da hipótese citada neste parágrafo. Também, aqui se faz necessário tratar de fatos e eventos que extrapolam o período após o falecimento de Acary de Passos, acontecimentos esses que estão relacionados, mesmo de modo indireto, à Acary de Passos.

Primeiramente, segue uma lista dos marcos cronológicos apresentados na Figura 33:

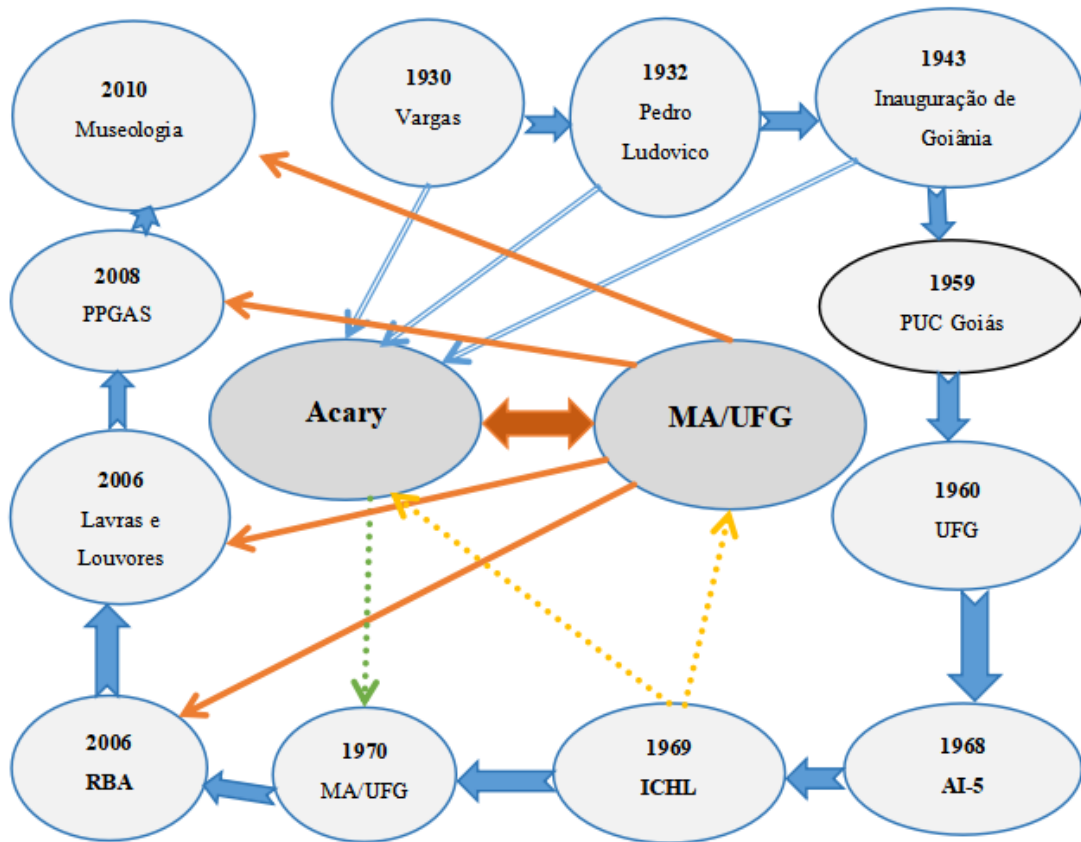
- 1930 - Ao tomar posse, Getúlio Vargas nomeia um interventor para o estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira;
- 1932 - Pedro Ludovico Teixeira cria uma comissão para questões referentes à construção de uma nova capital;
- 1932 - Fundação de Goiânia;
- 1943 - Inauguração oficial da cidade de Goiânia;

- 1959 - Fundação da Universidade de Goiás<sup>35</sup> em outubro;
- 1960 - Fundação da Universidade Federal de Goiás (UFG);
- 1968 - A instituição do AI-5;
- 1969 - A criação do Instituto de Ciências Humanas de Letras (ICHL);
- 1970 - A inauguração do Museu Antropológico da UFG (MA/UFG), com Acary de Passos sendo o seu primeiro diretor;
- 1975 - Lançado o Projeto Arqueológico Anhanguera Estado de Goiás;
- 1983 – Edna Luísa de Melo Taveira assume a direção do MA/UFG;
- 1985 - O MA/UFG passa a oferecer cursos de especialização em Antropologia - diversos cursos serão ofertados até o ano de 1987;
- 1992 - Iº Encontro Nacional de Museus Universitários, com abertura no Jockey Club de Goiânia e sediado no Museu Antropológico, em julho;
- 1995 – Criação do LabArq-MA/UFG, com estrutura oportunizada pelo Projeto de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico da UHE Serra da Mesa/GO, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S/A;
- 2006 - Em junho acontece em Goiânia, com o apoio do MA/UFG a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA);
- 2006 - O MA/FG participa ativamente no IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários, realizado em julho de 2006 em Belo Horizonte;
- 2006 - Abertura da Exposição de Longa Duração do MA/UFG “Lavras e Louvores”;
- 2007 - Início do curso de Licenciatura Intercultural Indígena;
- 2008 - Criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFG (PPGAS);
- 2009 - É lançado o projeto “Bonecas Karajá: Arte, Memória e Identidade Indígena no Araguaia”;
- 2010 - Criação do Bacharelado em Museologia;
- 2010 - O MA/UFG passa a abrigar o Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais (NEAP).

---

<sup>35</sup> Só em 1971 é que adota o termo “católica” passando a chamar Universidade Católica de Goiás (UCG). No seu cinquentenário, em 2009, recebeu o título pontifício, passando a se chamar Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Figura 33 – Esquema com marcos cronológicos do contexto analisado



Fonte: Montagem do autor - outubro de 2023.

## 5.2. Desdobramentos no Museu Antropológico da UFG

Quando inaugurado, o MA/UFMG, em um primeiro momento, foi embalado pelo mote “coletar para preservar”. Consta-se a coleta de objetos indígenas e com o passar dos anos são realizadas também investigações sobre a cultura popular, as manifestações folclóricas, entre tantas outras atividades que expressavam a cultura, haja vista que esses pesquisadores se viam como os “salvadores” daquilo que inexoravelmente perder-se-iam, extinguir-se-iam pelo processo modernizador aos quais estavam expostos. Paralelamente, aconteciam também inúmeras prospecções e escavações arqueológicas, ou seja, consoante (LIMA, 2014), significava dizer, entre outras coisas, que a região havia ingressado em uma nova ordem na qual as relações sociais e os modos de conceber o mundo agora eram objetos de estudo.

Ainda no contexto de formação e capacitação humana, o MA/UFG ofereceu à comunidade acadêmica e ao público em geral diversos cursos de extensão, cursos de atualização, cursos de especialização, minicursos, um seminário de Linguística, dentre outras ações.

Hoje após mais de cinco décadas desde sua criação, o MA/UFG é um importante órgão complementar da UFG cumprindo um papel como centro interdisciplinar na área da Antropologia/Arqueologia e afins, oferecendo coleções etnográficas e arqueológicas para pesquisas acadêmicas. Além disso, desempenha um papel importante na preservação e difusão da história e da cultura das populações indígenas e do conhecimento e diálogo entre as diferentes disciplinas.

No final da década de 1980, mais especificamente em maio de 1987, foi redigido o primeiro regimento interno do MA/UFG. A implantação desse documento norteou as ações do Museu. A partir de então, torna-se mais fácil a persecução dos objetivos propostos sem desviar do caminho, sem contar que foi um instrumento que regulamentou a instituição museal, podendo identificar e redirecionar desvios das funções do museu.

A elaboração desse documento só foi possível porque o órgão, a partir de 1980, iniciou um processo de adequação às normas internacionais estabelecidas para as instituições museológicas. Foi nessa época também que a instituição se moldou ao perfil de um museu universitário, se consolidando como centro de pesquisa interdisciplinar em Antropologia e áreas afins. E isso foi reforçado pela Profa. Edna Luísa de Melo Taveira<sup>36</sup> em uma entrevista concedida, em 18 de outubro de 2010, à equipe do Museu, destinada a uma publicação comemorativa dos 40 anos da Instituição. Segundo o seu relato na Série Documentos n. 5, 2011, p. 48)

É em oitenta e três que a gente se preocupa em dar uma proposta para o Museu como Museu Universitário e, dentro do Museu universitário, como um Museu Antropológico. Então fizemos um trabalho imenso, trabalho chão mesmo, para ver essa questão do caráter antropológico do Museu. Quer dizer, baseado no acervo que ele tinha, nas intenções de trabalho, na Arqueologia, enfim, reunir tudo isso em um projeto de Museu Antropológico. [...] havia preocupação com a Etnologia, preocupação com a Linguística e todas essas disciplinas, a Arqueologia, a ação educativa.

---

<sup>36</sup> Etnóloga e Museóloga, a Profa. Edna Luísa foi monitora de Antropologia no MA/UFG na época da graduação e posteriormente diretora do Museu de Diretora do Museu de 1983 até 1997, sendo que em 1994 o Museu Antropológico teve como diretora pró-têmpore uma outra museóloga: a Profa. Judite Ivanir Breda.

Ao longo dos anos, o MA/UFG foi amadurecendo, tanto na estrutura organizacional quanto nas suas características e objetivos enquanto instituição e, nesse período desenvolveu projetos de pesquisa e extensão ligados aos povos indígenas e a outros grupos regionais, enfatizando questões culturais dos povos, comunidades e grupos sociais da região Centro-Oeste. Na atualidade, resulta em um museu universitário e um centro de pesquisa interdisciplinar no campo da Antropologia/Arqueologia e áreas afins, acolhendo ações e projetos de pesquisadores do seu próprio quadro e de distintas unidades de ensino da UFG, sendo também um local de estágios e espaço de aprendizado para os estudantes do bacharelado em Museologia da UFG, criado em 2010. Como veremos, o museu também se colocou como espaço importante para a criação do PPGAS/ UFG.

#### 5.2.1. O MA/UFG e o estímulo à formação

A afirmação do Museu como centro de pesquisas foi uma das preocupações quando assume Edna Luísa de Melo Taveira em 1983, mas englobando não só os povos indígenas, como também os grupos de folclore, da cultura popular. Para Lima (2016) “sendo um museu de Antropologia, ele não pode se furtar, através da pesquisa e da reflexão ao debate sobre a produção e o lugar da cultura neste momento histórico específico de mundialização dos mercados simbólicos”.

De mais a mais, do ano de 1985 até 1987 o MA/UFG, seguindo a reestruturação pela qual passara com a saída do Acary de Passos e a entrada de Edna Luísa de Melo Taveira, passa a oferecer à comunidade cursos de especialização em Antropologia. Sobre esses estudos, de acordo com Lima (2014, p. 229)

O primeiro deles, Métodos e técnicas de abordagem em Etnologia Regional, foi realizado de 4/2/1985 a 28/8/1985; o segundo, Especialização em Antropologia, realizado de 4/11/1985 a 13/12/1985; e o terceiro, Especialização em Antropologia Social, de 31/3/1986 a 18/7/1987. Esses cursos contaram com a presença de professores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, da USP, UnB, entre outros centros de pós-graduação consolidados, e reuniu um número significativo de estudantes e profissionais interessados em ingressar na pesquisa antropológica.

Dessa forma, cursos básicos de Antropologia, Museologia, Arqueologia (além de especializações em Etnologia e Antropologia, Etnologia Brasileira), dentre outros, aconteceram no MA/UFG a partir de 1983. Esses cursos eram ministrados por pessoas importantes nas suas respectivas áreas, como por exemplo: Tekla Hartmann, Lux Vidal, Roque Laraia, Júlio César Melatti, Igor Chmyz, Berta Ribeiro, e outros.

Esse passo foi importante para o fortalecimento da cátedra de Antropologia dentro do ICHL e o considero um fator embrionário ao que aconteceria 23 anos depois, que foi a criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFG (PPGAS), no ano de 2008.

Esse percurso conta com a exposição de longa duração do MA/UFG “Lavras e Louvores” como importante marco, tema que foi abordado por mim na dissertação de mestrado. Essa exposição ao propor uma nova narrativa sobre o Centro-Oeste e o Sertão e de como se deu a ocupação dessa região, se utilizando de recursos expográficos inéditos em Goiânia, possibilitou novas reflexões antropológicas sobre esse lugar. Sobre a exposição do MA/UFG, para Vasconcellos (2010, p. 172)

para mostrar o indígena da região Centro-Oeste, acaba usando tanto as coleções arqueológicas como as etnográficas para se referir ao indígena desta região do país, sem separá-los em módulos estanques de arqueologia e etnologia. Além disso, esta instituição busca também inserir a questão da presença do indígena atual no contexto da convivência com outros grupos que vivem nesta região central do território brasileiro como, por exemplo, junto com a presença de negros e mestiços, numa preocupação com a questão da identidade do homem da região do centro-oeste brasileiro.

Aberta ao público em 11 de dezembro de 2006, a exposição está dividida em dois circuitos que, a princípio, parecem totalmente distintos, mas percebemos que estão muito relacionados por vários aspectos. Para a montagem dessa exposição, (LIMA, 2012) ressalta que a pesquisa antropológica que fundamentou a montagem dessa exposição propõe a ruptura com os discursos hegemônicos que, entre outros, insistiam em tornar invisíveis (presos ao passado), as populações indígenas, em especial, os grupos locais. Segundo Lima (2016, p. 140)

É de um outro lugar de fala que a exposição Lavras e louvores quer contar sobre a região... A noção de cultura como produção de sentido fornece a matriz através da qual esta exposição quer narrar a construção simbólica da região. É desse ponto de vista que relatos literários, científicos, etnográficos, objetos, imagens, memórias e todo tipo de registro que se quer histórico possuem, no projeto museográfico de Lavras e louvores, o mesmo estatuto e todos são igualmente tratados como coisas culturais, como produtos e produtores de sentidos.

Norteados pela interdisciplinaridade e procurando sempre cumprir os objetivos pelos quais foram criados, outros importantes acontecimentos ocorreram nas primeiras décadas do século XXI. Em julho de 2006 técnicos e pesquisadores do MA/UFG participaram ativamente no IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários, em Belo Horizonte, e saíram de lá com a certeza de que era premente a criação de um curso de Museologia na UFG. Em 2007 temos o início do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, que, embora sediado na Faculdade de Letras, contou com participação ativa do corpo de antropólogos(as) e

sociólogos(as) da UFG (Nazareno, 2014). Em 2009 é lançado o projeto “Bonecas Karajá: Arte, Memória e Identidade Indígena no Araguaia, detalhado adiante. Como resultado da participação no IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários em 2010 é criado o bacharelado em Museologia, que está vinculado à FCS, mas nasce de dentro do MA/UFG. Sobre essa graduação, de acordo com Duarte Cândido *et al* (2018, p. 122)

O Museu Antropológico sempre se colocou como um laboratório para os alunos da Universidade, em especial para aqueles oriundos dos cursos da área de Ciências Sociais e Humanas. Dessa forma, foi sendo construído um processo que redundou no acolhimento, pela Faculdade de Ciências Sociais, da proposta feita pelo Museu, de criação do Bacharelado em Museologia, que funcionaria como principal laboratório.

Em 2006 também tivemos a realização, em Goiânia, da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) entre os dias 11 e 14 de junho, organizada em conjunto pela UCG e UFG. Reunindo Antropólogos(os) nacionais e estrangeiros, pesquisadores(as), professores(as), alunos(as) de graduação e de pós-graduação. Além de ser uma oportunidade ímpar para a visibilidade do trabalho antropológico realizado na região (LIMA, 2014), a RBA foi o impulso que faltava para a criação de um programa de Pós-Graduação em Antropologia na UFG, o que aconteceu em 2008. Assim está apresentado o programa em seu sítio:

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), criado em 2008, é o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Social do Centro-Oeste, conforme a divisão regional da Capes. Ainda que o curso de Ciências Sociais da UFG exista desde 1964, foi apenas com política de expansão das universidades federais nos últimos anos, o empenho e trabalho árduo de alguns professores na criação do PPGAS e a realização da 25ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia - em Goiânia em 2006, que possibilitaram abertura desse programa.

O MA/UFG teve e tem o reconhecimento de vários autores, segundo pontua Duarte Cândido *et al* (2018, p. 120)

O papel do Museu foi fundamental no processo que levou à criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), em 2008, e do bacharelado em Museologia, em 2010, na Faculdade de Ciências Sociais da UFG, o que denota fundamental importância na consolidação da pesquisa antropológica e na formação em Museologia para a região. A instituição é um museu universitário sem configuração de unidade acadêmica, mas fortemente capaz de estimular e trabalhar conjuntamente com a Faculdade de Ciências Sociais em projetos como a implantação dos cursos mencionados.

Ainda, seguindo com os planos de reestruturação adotado, o MA/FG, em 2010 passa a abrigar o Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais

(NEAP), que se propunha a ser um grupo de estudos e de pesquisas na área da Antropologia com ênfase nos temas do patrimônio cultural, memória e museus, a fim de concatenar projetos de pesquisas e atividades acadêmicas de professores e técnico-administrativos da Faculdade de Ciências Sociais e do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (Sítio PPGAS/UFG). Este grupo de estudos encontra-se desativado atualmente.

Para atender à demanda por profissionais especializados na área museal, o Museu Antropológico da UFG realizou um curso de especialização em Museologia vinculado academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG entre 2000-2002, formando 18 especialistas incluindo profissionais que atuam em museus no interior do Estado de Goiás com corpo docente composto por professores da própria universidade bem como professores renomados vindos de outras instituições brasileiras voltadas ao ensino superior. O relatório final apresentado pela Comissão responsável pelo Curso recomendava sua continuidade, mas infelizmente isso não ocorreu. Mesmo assim, era cada vez mais frequente a demanda recebida pelo museu para que ele qualificasse os profissionais de outras instituições do interior do estado de Goiás.

A frequência e o volume dessas demandas indicavam que uma graduação em Museologia viria atender a uma carência de formação de mão-de-obra na área museológica, bem como atenderia a uma expansão das atividades ligadas ao campo da cultura, em seu sentido mais amplo. Assim, foi plantada a semente do curso de Museologia, cujo nascimento ocorreu no ano de 2009 com o seu primeiro vestibular e iniciado efetivamente em 2010.

A criação desse curso foi avaliada como um aspecto relevante no processo de consolidação da instituição como laboratório interdisciplinar para a formação acadêmica da graduação, premissa inserida desde o seu primeiro regimento. O curso nasce com uma especificidade muito peculiar pois, as disciplinas teóricas (e algumas práticas) seriam ministradas no Campus Samambaia, enquanto as disciplinas práticas seriam oferecidas no Museu Antropológico (funcionando como espaço complementar) para que seus acervos, laboratórios, exposições e outras áreas pudessem servir como laboratórios das disciplinas práticas necessárias para este tipo de curso.

### 5.2.2. As relações com o povo Iny Karajá, o registro e a salvaguarda das Ritxoko

Destaco, a seguir, três projetos<sup>37</sup> que não foram executados por Acary de Passos, mas que tem uma ligação com as pesquisas e viagens realizadas por ele. Todos esses projetos foram executados pelo MA/UFG. A escolha se deve, dentre outros fatores, pela longevidade (2009 - 2022) com que eles foram desenvolvidos bem como as diversas aldeias contempladas, mais do que isso, abrangendo os quatro estados (Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins) onde vivem o povo Iny Karajá. Foram os Karajá os primeiros indígenas que Acary de Passos teve contato e também a reserva etnográfica do MA/UFG é constituída em sua maioria por peças produzidas por eles. Sobre o povo Karajá, de acordo com Lima et al (2015, p. 81)

O povo Karajá habita todo o eixo do rio Araguaia. Sua população se distribui, de Norte a Sul, em partes dos Estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins e Goiás, se concentrando principalmente na Ilha do Bananal. Os Karajá são parte do grande grupo *Iny*, que se subdivide em três subgrupos: os *Iny Xambioá* que, vivem na região de Conceição do Araguaia (PA); os *Iny Javaé*, que habitam o rio Javaé, ou braço direito do rio Araguaia (TO) e os *Iny Karajá*, propriamente ditos, que se situam na Ilha do Bananal (TO) e nos Estados de Mato Grosso e Goiás. O povo *Iny* pertence ao tronco linguístico macro-Jê e à família linguística Karajá ou *Iny ribé*.

Antes de adentrarmos nos estudos realizados pela equipe do MA/UFG, pontuo algumas informações sobre o modo de fazer das bonecas Karajá ao longo dos anos. A partir da década de 1940, a forma de produção e as características das bonecas passaram por mudanças marcantes. Diria que nessa nova fase não se “faz” bonecas, se “fabrica” para servirem a um mercado, a uma demanda cada vez mais crescente. A essa nova etapa deu-se o nome de “fase moderna” (Tabela 1), o que dialoga com Faria (1959) apud Leitão et al (2011, p. 5)

A fase antiga, que vai até por volta da década de 1940. De modo geral, essa fase se caracteriza por pequenas figuras humanas estilizadas (medindo entre sete e 25cm); com corpo modelado em argila crua e cabeleiras em cera de abelhas; sem a presença de pernas e braços definidos e com nádegas e membros inferiores representados por simples formas arredondadas e volumosas. A fase moderna se caracteriza principalmente pela transformação da boneca de barro cru em boneca de cerâmica, o que ocorre à partir da década de 1940, época em que a boneca de argila passa a ser queimada, como já ocorreria com os potes e panelas.

Ainda segundo (FARIA, 1959) “a queima resulta em uma explosão criativa na arte figurativa karajá”, seja na forma ou na estética e nessa nova configuração cenas completas do

---

<sup>37</sup> A equipe ao longo dos três projetos foi formada pelo/as antropólogo/as Manuel Ferreira Lima Filho, Nei Clara de Lima (coordenação da 1ª. fase), Rosani Moreira Leitão e Telma Camargo da Silva (coordenação da 2ª. fase). Núbia Vieira Teixeira e Michelle Nogueira de Resende, Dibexia Karajá, Tekwala Karajá e Terraluna Karajá integraram a equipe como assistentes de pesquisa. A equipe de pesquisa contou também com as consultorias de Patrícia de Mendonça Rodrigues, Edna Luísa de Melo Taveira e Sinvaldo Wahuka Karajá (LIMA, et al, 2015, p. 82).

cotidiano são representadas. Em relação à aparência, os objetos ganham mais cores, são mais alongados e finos e com mais detalhes físicos. Nessa perspectiva Leitão *et al* (2011, p. 5) apontam que “uma maior resistência das peças, proporcionada pela queima do barro e sua transformação em cerâmica, permite a reprodução de figuras delgadas, movimentos e cenas cada vez mais complexas”.

A partir do final da década de 1940, Faria (1959), Chang Whan (2010) e Leitão *et al* (2011) apontaram que verificaram que a finalidade do fabrico das *Ritxoco* (bonecas) sofreu mudanças com o contato interétnico, passando a serem produzidas comercialmente, porém, mesmo que essa produção comercial tenha influenciado na qualidade da argila, trazendo mudanças na estética, (LEITÃO, 2014) pontua que igualmente não acontece na “temática e no seu estilo étnico”, ou seja, de certa forma a tradição é mantida. Abaixo, embasado em (FARIA, 1959) e (LEITÃO, 2014) trago uma tabela sobre as principais características do modo em que elas são feitas.

Tabela 1 - Fases das bonecas Karajá Ritxoco – características - Fontes: Faria (1959) e Leitão (2014)

Fase Antiga (até ±1940)	Fase Moderna (após 1940)
Cabeleira representada de cêra	Cabeleira é pintada, não mais de cêra
Com pulseira e colar	Sem pulseira e colar
Usam poucas tintas	O colorido é intenso
São artesanais	São comerciais
Nádegas e seios grandes	Nádegas e seios menores
Bom acabamento	Acabamento precário
Forma cônica	Formas diversas
Elaboradas em barro cru	A argila é queimada
Coxas e pernas arredondadas	Coxas e pernas alongadas e finas
Não usam tinta química	Usam tinta química
Figura humana estática	Figura humana em movimento
Não representam cenas do cotidiano	Há a representação do cotidiano
Tamanhos menores	Tamanhos maiores
Uso lúdico educativo	Uso lúdico educativo e fins econômicos
Lisas, sem braços e pernas	São detalhados
Sem orelhas	Com orelhas marcadas
São apresentadas isoladas	Podem ser apresentadas em grupo
São apresentadas de pé	São apresentadas de pé, sentadas, deitadas, em movimento.

A seguir, apresento sucintamente os três projetos, antes, porém é relevante dizer que foram projetos diferentes, com coordenadores(ras) distintos(tas), propósitos diversos e com

financiamentos também dissemelhantes. Todos os três projetos foram realizados em parceria com o IPHAN dentro da política nacional de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial dessa instituição. Somente o segundo e o terceiro contemplaram todas as regiões e aldeias, sendo que o primeiro foi realizado nas aldeias Buridina (Aruanã - GO) e na aldeia Santa Isabel do Morro (Ilha do Bananal - TO). Para entendermos melhor a dinâmica é preciso esclarecer que o primeiro teve como consequência o segundo e este resultou no terceiro.

O primeiro foi o projeto denominado “Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia”. Foi executado de 2008 até 2012 e teve aporte financeiro de duas instituições: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e o IPHAN. O objetivo desse projeto, segundo (LIMA *et al*, 2015) seria o de “produzir informações etnográficas para compor a documentação referente ao processo de registro das bonecas” como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Este projeto contemplou duas aldeias. Essa seleção foi explicada no Dossiê descritivo do modo de fazer *Ritxoko* (2011, p. 6)

A escolha das duas aldeias – Santa Isabel do Morro (Hawalò Mahãdu) e Aruanã (Buridina) – foi determinada pelo fato de a primeira constituir-se como um centro de referência na arte de confecção da boneca de cerâmica e da segunda, a única aldeia Karajá situada no Estado de Goiás e ter empreendido nas duas últimas décadas esforços no sentido de retomar as práticas artesanais tradicionais como instrumento de revitalização étnica e como fonte de renda proporcionada pelo comércio do artesanato junto ao turismo regional vendido no Centro Cultural Maurehi, situado na aldeia.

Ao final do dossiê, a coordenação conclui o estudo justificando o pedido de registro da *Ritxoko* como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Assim pontuaram no Dossiê descritivo do modo de fazer *Ritxoko* (2011, p. 190-191)

Pode-se dizer que as ritxoko, figuras antropomorfas, mitológicas e zoomorfas, modeladas em cerâmica, feitas pelas mulheres Karajá de aldeias ao longo do vale do rio Araguaia, são exemplares de objetos culturais no sentido pleno da ideia de cultura como produção ao mesmo tempo material e simbólica. Confeccionadas na atualidade a partir de técnicas antiquíssimas transmitidas pelas mulheres mais velhas às mais novas, mas também incorporando inovações tanto nos modos de fazer quanto nos significados e usos desses objetos, as bonecas Karajá condensam e expressam importantes aspectos da identidade Karajá. São objetos através dos quais a mulher aprende a ser oleira e, simultaneamente, aprende e ensina a ser Karajá. Por meio de cenas que representam o Povo Iny, a família, com suas intrincadas classes de idade, os ritos e os mitos, o cotidiano, os animais da fauna regional, os Karajá se mostram e se veem nesses objetos. Além de construírem cenários em que a vida Karajá se desenrola e ganha sentido, as bonecas, ao serem decoradas com diversos desenhos, também reproduzem as pinturas corporais utilizadas por eles, especialmente em momentos rituais, com inúmeros grafismos e respectivos significados. As bonecas são, ao mesmo tempo, expressão de um ofício – a cerâmica –, e de seus modos de fazer, e uma manifestação artística, pois cada uma das ceramistas imprime uma particularidade na forma do objeto

que produz. As ritxoko então articulam técnicas e modos de fazer tradicionais, de domínio coletivo, com singularidades que individualizam e conferem autoria artística às cerâmicas. Esta capacidade de articular uma herança cultural e atualizá-la em formas singulares de expressão artística e, ao mesmo tempo, produzir e comunicar aspectos identitários do grupo, além de se constituir em importante fonte de renda das famílias Karajá é o que justifica o pedido de registro da ritxoko como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

O segundo projeto, como supracitado, é o desdobramento do primeiro abrangendo diversas aldeias espalhadas pelos quatro estados onde vivem os Karajá (Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins) dispostos às margens do Rio Araguaia. O projeto, intitulado “Bonecas de cerâmica Karajá como Patrimônio Cultural do Brasil: contribuições para a sua Salvaguarda”, de acordo com o Relatório de cumprimento do projeto (2018, p. 7)

como objetivo geral um programa de apoio e valorização de manifestações culturais dos Karajá, especialmente das práticas culturais tradicionais, valorização da língua *iny ribè*, recuperação e valorização de técnicas e saberes em risco de desaparecimento, dadas as novas modalidades de saberes incorporadas aos arranjos culturais atuais, sobretudo pelas gerações mais jovens.

Na figura abaixo vemos um pôster que foi produto da Meta 1 do segundo projeto.

Figura 34 – Bonecas Karajá em diferentes formas e representações



Fonte: MA/UFG

O terceiro e último projeto que abordarei foi uma continuação do segundo projeto “Bonecas de cerâmica Karajá como Patrimônio Cultural do Brasil: contribuições para a sua Salvaguarda” e ocorreu de abril de 2021 até fevereiro de 2022. Chamado “Salvaguarda das Bonecas Karajá: distribuição do livro *Arte Iny Karajá: Patrimônio Cultural do Brasil* e ações educativas nas escolas das aldeias”, este foi desenvolvido pelo MA/FG em parceria com o IPHAN. A proposta específica era, segundo o Relatório (2022, s.p)

fazer a entrega e a divulgação do livro *Arte Iny Karajá: Patrimônio Cultural do Brasil*, além de desenvolver ações educativas, a partir do mesmo, nas escolas indígenas do povo Iny Karajá, com objetivo de contribuir com o fortalecimento do seu patrimônio cultural.

Na entrega do livro às escolas Iny Karajá a equipe do projeto enviava junto aos livros uma correspondência direcionada às professoras e professores apresentando o livro. Destaco esse trecho que dá início à carta, que está no Relatório (2022, s.p)

O material do livro é formado por textos e imagens que fazem referências à vida cultural do Povo Iny Karajá. O livro registra na forma escrita narrativas míticas e históricas dos Karajá, os conhecimentos e os modos de fazer objetos de cerâmica, de plumária e madeira usados no dia-a-dia e nos momentos cerimoniais e também registra os costumes mais antigos dos Iny Karajá que hoje correm risco de desaparecer. Uma grande parte dos textos do livro foi escrita por estudantes do curso Gestão de Projetos Culturais, realizado em São Félix do Araguaia em 2017. Outros textos também foram escritos para oferecer ao leitor um panorama mais geral da vida cultural dos Karajá. As figuras do livro são desenhos e pinturas feitas por crianças de várias aldeias e também representam aspectos da cultura Iny Karajá.

Em uma videoconferência do curso de Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania da UFG com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais, Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, assim pontuou Lima *et al* (2016)

Ao conceder o registro às bonecas de cerâmica Karajá como patrimônio cultural do Brasil, o IPHAN assume o compromisso de acompanhar o desenvolvimento do bem registrado, inicialmente por dez anos, apoiando a sua reprodução e a continuidade dos seus modos de fazer e contribuindo para a transmissão dos saberes a ele associados às novas gerações. [...] Finalmente, cabe ressaltar que o reconhecimento público de um bem cultural tem o importante papel de valorizar o bem em questão e, conseqüentemente, valorizar e empoderar os seus/suas detentores/as, atribuindo legitimidade às suas identidades. Sabemos que o reconhecimento, seja de identidades étnicas, seja através da valorização de bens culturais de um povo, ocorre a partir do autorreconhecimento e do reconhecimento externo e abrange várias dimensões, indo desde a esfera individual até à pública.

Na minha opinião, em que pese os projetos serem oriundos de parcerias com algumas instituições nacionais, o que mais me chamou a atenção foi o fato de que há em sua condução

uma interação colaborativa entre todas as coordenações do MA/UFG, do primeiro ao último projeto, e isso corroborou para que os objetivos projetados fossem cumpridos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental reposicionar o MA/UFG no cenário nacional, considerando o Sertão como uma realidade imaginada em contraposição ao litoral (SENA, 2007) e refletindo sobre como essa construção discursiva marca o campo museal, antropológico e arqueológico. Ao longo desses mais de 50 anos de atividade, o MA/UFG consolidou sua posição em nível regional e nacional como uma instituição museal de destaque, tanto em pesquisas antropológicas quanto arqueológicas, seja pela riqueza de seus acervos preservados, pela tradição na pesquisa ou pelas valiosas atividades educacionais e culturais que promove. Cada ação realizada contribuiu e contribui para o enriquecimento de nosso patrimônio cultural e para o desenvolvimento da Antropologia como um todo. Mas essa trajetória de excelência não foi conquistada da noite para o dia. Ela foi construída através de um árduo trabalho de organização, documentação, conservação, restauração, preservação e comunicação do acervo que o museu abriga, zelando por nosso patrimônio cultural.

A cooperação nacional entre diversas instituições tem sido essencial. O conhecimento adquirido pelo MA/UFG ao longo do tempo permitiu ser um meio difusor das práticas e métodos. Uma jornada contínua de aprendizado, que incluiu avanços por meio de cursos locais de aprimoramento e especialização, tornando-nos referência dentro da UFG e além. “Nas décadas de 1980 e 1990 o MA/UFG organizou diferentes cursos de Antropologia, Arqueologia, Etnologia e Etnolinguística, colocando-se como espaço formativo” (MORAES WICHERS, 2022).

O trabalho educativo-cultural realizado pelo museu sempre esteve presente em cada projeto envolvendo diversos públicos, destacando-se o público escolar, tanto da rede pública quanto da rede particular, principalmente na cidade de Goiânia. Através de ações educativas e culturais, inspiramos mentes jovens e alimentamos a curiosidade em relação à nossa rica herança cultural. Cabe destacar que esses projetos se baseiam nos ricos acervos que abrigam, e sua abordagem científica interdisciplinar proporciona aos profissionais o acesso a um conhecimento sólido e consolidado. Outro marco importante para o MA/UFG foi a criação do bacharelado em Museologia, sendo primordial a atuação do Órgão para essa implantação.

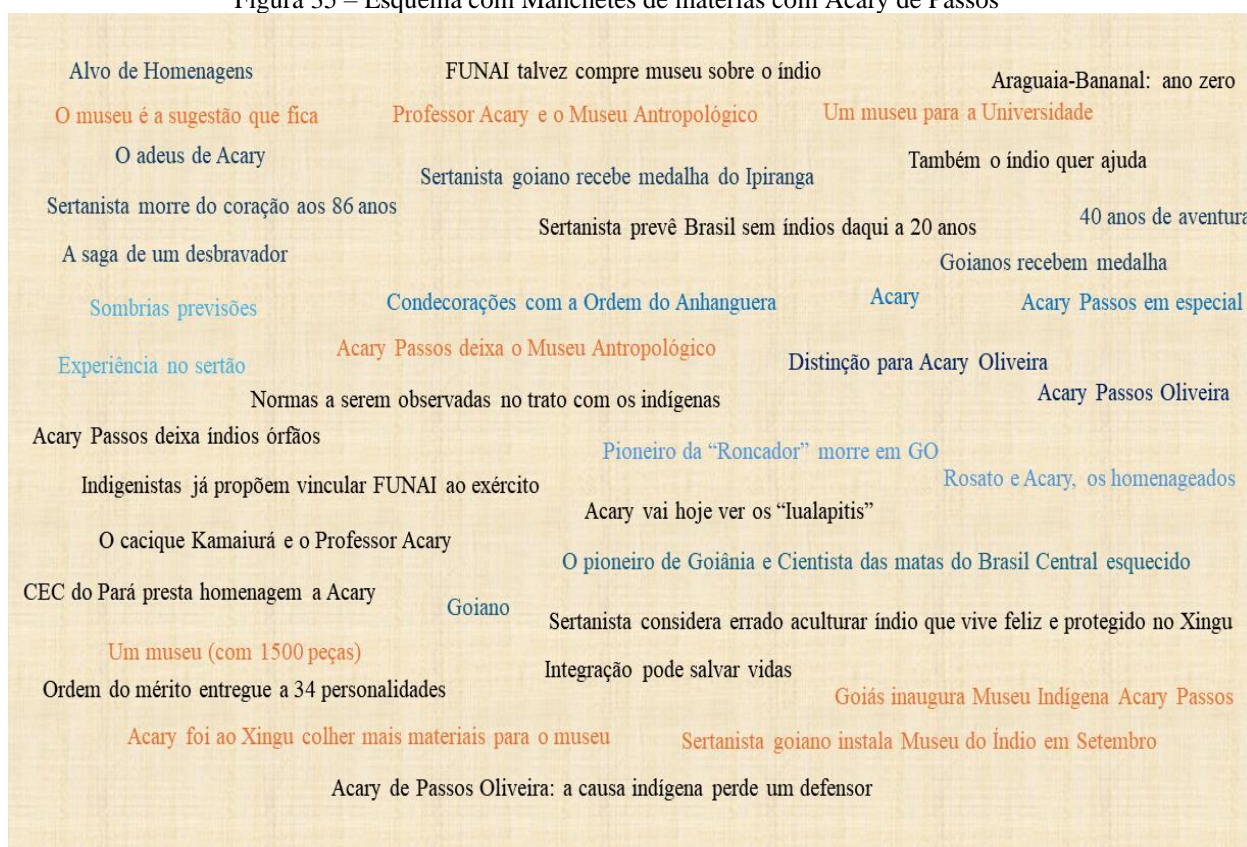
Pelo exposto acima, percebe-se que Acary de Passos, de forma direta ou indireta esteve ligado aos acontecimentos mais importantes do Órgão contribuindo significativamente não só para a Antropologia regional como também para outras áreas do conhecimento. Listo a seguir os mais importantes vetores dessas contribuições:

- Cumprir papel decisivo para a criação e consolidação do MA/UFG;

- Oportunizou a coleta objetos etnográficos que podem ser importantes em processos de retomada, ressignificação e produção cultural e artística dos povos indígenas, legítimos detentores e donos desses objetos;
- Construiu uma rede de colaborações com instituições científicas no país;
- Estimulou também as pesquisas arqueológicas;
- Foi o responsável pela entrada dos irmãos Villas Bôas para o sertanismo;
- Elaborou diários e relatórios de viagens, bem como produziu documentação fotográfica, que compõe um vasto fundo para pesquisa.

Para explicitar essas contribuições, organizei no esquema à seguir algumas manchetes de jornais e revistas com as quais me deparei nos arquivos do MA/UFG e no IGPA que demonstram as várias fases de Acary de Passos e o coloca como um ator em evidência em determinados períodos.

Figura 35 – Esquema com Manchetes de matérias com Acary de Passos



Fonte: Organização do autor

Acary de Passos, além de pesquisar os indígenas Iny Karajá e povos xinguanos procurou conhecer etnias como os Krahô, Xerente, Apinajé, dentre outros. Além da cultura indígena fez também pesquisas paleontológicas no garimpo de Pau-Ferrado, Jaupassi, Goiás. Da mesma

forma, gestou prospecções arqueológicas em antigos cemitérios dos indígenas Karajá, além de várias pesquisas arqueológicas em inúmeras cidades do interior de Goiás, colaborando exponencialmente para a elaboração da Carta Arqueológica de Goiás, que existe até hoje com as devidas atualizações, obviamente.

No contexto de interação entre Acary de Passos e a comunidade indígena pude observar uma complexa dinâmica de negociação. Esta análise se baseia em consideráveis episódios que foram narrados em relatórios, diários, livros, entrevistas às diferentes mídias, nas quais emergem questões cruciais de alteridade, poder e colonialismo, seja interferindo nos modos de produção das bonecas Karajá, coagindo os indígenas a colaborarem na construção de seu "Campo das Rapaduras", estabelecendo estratégias duvidosas para acessar a Lagoa Miararré e seus objetos, ou mostrando um "índio" como algo "exótico", ou um "bom selvagem". Sua participação na GRIN, identificada por meio das fotos apresentadas também, não pode ser ignorada. Essas atitudes levantam questionamentos sobre a ética da influência exercida por indivíduos não indígenas sobre comunidades tradicionais, revelando, por vezes, um olhar colonialista e etnocêntrico, expresso em julgamentos subjetivos sobre o que é considerado "feio", "bonito", "bom", "mau" e, mais do que isso, revela a dificuldade histórica de lidar com a alteridade e as diferenças culturais, bem como a tendência ao etnocentrismo, ao não se colocar no lugar do "outro", ao tentar domesticá-lo. A análise desses elementos lança um olhar crítico sobre o papel de Acary de Passos na história das relações com os povos indígenas, em especial, os Iny Karajá e nos convida a uma reflexão sobre as implicações mais amplas desse processo.

Isso fica evidente em uma conversa que teve com a Profa. Edna Luísa de Melo Taveira em junho de 1988 e está no Fundo documental do MA/UFG. Vejamos algumas frases ditas por ele:

"A gente conversava com a índia, principalmente a Xurereia, que era a mestra das mestras e dava o desenho, como eu tenho em casa um cinzeiro que tinha numa revista americana e eu falei para ela: Você é capaz de fazer isso, então faz. E de fato fez, como os americanos estavam fazendo" (...).

Era, era a melhor artesã. Era ela e a Maria Karajá, mas Maria Karajá era muito relaxada, fazia os negócios horrorosos demais. Aí eu só encomendava a Xurereia" (...).

[...] "Xurereia, isso nunca teve aqui, eu conheço os Karajá há muitos anos e vocês não fazem as coisas sem pensar, o que é que é<sup>38</sup>? Aí, um dia eu levei um vestido, desses de espantar boi, vermelho, uma beleza, e disse: se você falar o que é eu te dou o vestido. Ela não resistiu e contou".

---

<sup>38</sup> Ele se referia às bonecas de muitas cabeças.

Acary de Passos revelava um olhar colonialista e demonstrava uma mentalidade da época: que o contato com os brancos faria essas culturas desaparecerem. Em uma entrevista que se encontra no Fundo documental do IGPA da PUC Goiás, afirmou que

Na medida que os indígenas vão entrando em contato com a civilização, vão perdendo a vontade de fazer seu artesanato, porque nós vamos levando objetos de nosso uso pessoal, faz com que eles abandonem seus artesanatos. Dentro de muito pouco tempo não haverá mais cultura indígena. Eu entrei em malocas onde há cerca de 30 painéis de alumínio. Agora ele não tem o mesmo interesse no trabalho de cerâmica.

Essa fala de Acary de Passos é até de certo modo incoerente ao percebermos que ele próprio incentivou, estimulou esse processo. Muitas correspondências traziam pedidos de compras de objetos do nosso uso cotidiano para serem trocados por peças indígenas, para que se montasse a coleção do MA/UFG. Quando ele montou a sua coleção particular usou dos mesmos artifícios, ou seja, permutas, além de compras. Além do mais, eu seus registros nos diários de viagens onde narra as estratégias para se fazer a atração dos indígenas, narrando que facas, facões, espelhos, dentre outros objetos eram colocados em determinado local para que os indígenas fossem até lá e pegassem esses objetos.

E é bom deixar claro ao leitor de que todo esse processo ocorreu sem a anuência ou solicitação dos sertanejos e principalmente os mais afetados, os povos indígenas, desconsiderando as suas carências e necessidades, com o propósito de integrá-los à sociedade capitalista como mão-de-obra fácil e barata, fixando-os na terra e disciplinando segundo os moldes desejados. Assim sendo, o Estado transformaria indígenas e sertanejos em cidadãos produtivos. Há de se considerar também que, mesmo os grupos que ofereciam apoio e lutavam ao lado da causa indígena (como antropólogos(as), advogados(as), jornalistas, religiosos(as) e artistas) utilizavam uma imagem e representação fictícia dos povos indígenas, conforme pontua Ramos (1995, p. 6),

[...] na versão pós-moderna dos "amigos dos índios" também não falta uma boa dose de romantismo, quando se demanda dos índios, se não um exotismo redentor, no mínimo uma inquebrantável integridade de princípios: morrer, se preciso for, mas defendendo suas terras, resistindo ao assédio dos poderosos, repelindo a corrupção, denunciando os descabimentos. Quanto mais estoico e resistente a tentações for o índio, mais merecedor ele será da solidariedade dos brancos. Cooptação, assim como poder, não é programa de índio.

Existe uma idealização romântica e estereotipada em relação aos povos indígenas, inclusive entre os grupos progressistas que defendem a causa dos povos originários, como explica Ramos (1995, p. 6)

Princípios virtuosos, pureza ideológica, disposição de morrer heroicamente e outras proezas morais não são mais do que fantasias de branco. Mas não parece

ocorrer a muitos militantes indigenistas que, ao exigir-las dos índios, eles estão, de fato, criando o modelo perfeito daquele que não sucumbe a pressões. O contraste entre o índio-mártir e o índio-vendido é, no fundo, o reflexo do contraste entre o branco-honrado e o branco-corrupto.

Esta representação, que persiste até os dias de hoje, atribui ao indígena um papel pré-determinado, seja como "protetor da natureza", guerreiro, forasteiro ou uma alternativa ao sistema capitalista. De acordo com Trindade (2018, p. 12)

[...] a construção de um imaginário concreto ao redor do índio, levou-o a viver sempre nos limites de uma humanidade questionada. Como já comentado, esta situação é comum a toda alteridade vista desde o etnocentrismo, no caso dos povos indígenas, sua inclusão nas fronteiras periféricas de um etnocentrismo com tendência à imperialidade, como a sociedade colonial/nacional brasileira levou-lhes a viver uma situação de conflito inter-étnico perpétuo e assolador.

A construção dessa imagem, resultante de uma visão "idealizada" dos indígenas, perpetua a generalização socialmente aceita pelo não indígena em conformidade com suas crenças e objetivos. Ao longo desse trabalho fiz várias leituras e uma passagem descrita por Iúri Rincon Godinho em seu livro "A Construção - Cimento, Ciúme e Caos nos Primeiros Anos de Goiânia" (2013) me chamou a atenção. Para incrementar a festa do aniversário de Goiânia em 24 de outubro de 1940, Acary de Passos inscreveu um indígena Iny Karajá chamado Ataú para uma prova de ciclismo que seria disputada pelas ruas da cidade. Pôs nele um calção discreto e segredou: "Ataú, se você correr muito, muito e chegar na frente de todo mundo, vai ganhar presentes de toda essa gente". Mesmo sem entusiasmo, aceitou o convite. Quando a corrida começou, ele correu por um curto período antes de parar para descansar com uma expressão aborrecida e acabou sendo um dos últimos a cruzar a linha de chegada. No entanto, isso não teve nenhum impacto negativo sobre o público que o ovacionou pelo esforço realizado. Um benfeitor surgiu e começou a coletar doações em dinheiro para Ataú ao tirar seu chapéu; moedas e notas rapidamente encheram-no em menos de dois minutos. Ataú olhou aquela quantia e saiu correndo desesperadamente para ganhar mais presentes até ser finalmente detido seis ruas adiante e levado de volta por Acary de Passos que explicou: "A corrida acabou - vamos voltar para casa Ataú porque você precisa tomar banho". No entanto, ele respondeu: "Não, eu vai correr para ganhar mais presente". E sumiu apressadamente na primeira esquina disponível. A atitude de Acary de Passos em retratar o indígena em uma corrida, associando-o a uma visão exótica e ao estereótipo do "bom selvagem", ressalta a complexidade de lidar com as diferenças culturais e a dificuldade de compreender a alteridade.

Enfim, concluindo, mesmo que Acary de Passos tenha tido atuações contraditórias, como pessoa de seu tempo, deixou marcas e abriu caminhos para a construção do campo dos museus, da Antropologia, da Arqueologia e de outras áreas afins na região.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias

Arquivos do Museu Antropológico/UFG.

Arquivo da Coordenação de Antropologia do Museu Antropológico da UFG – Setor de Arqueologia.

Arquivo da Coordenação de Museologia do Museu Antropológico da UFG – Setor de Curadoria e Documentação.

Fundo documental do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da PUC Goiás.

## REFERÊNCIAS<sup>39</sup>

ANDREATTA, Margarida Davina. **Projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás (1975-1985)**. Revista do Museu Paulista. Vol. XXXIII, São Paulo, p. 143-156. 1988.

ARAÚJO, Gustavo Oliveira. **Com quantos paus se faz uma boneca? – “Entalhes de uma etnografia da boneca de madeira Karajá”** [manuscrito]/Gustavo de Oliveira Araújo, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política - RBCP, v. 2, p. 89-117, 2013.

BARBOSA, Juarez Costa; FREITAS, Lena Castelo Ferreira. **Museu Antropológico: Memória e História**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 21 (2009) – Goiânia: Kelps p. 59-78, 2009.

BARCELOS NETO, Aristóteles. **Coleções etnográficas do alto Xingu: 1984 – 1998**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: EDUSP, n. 9, 1999.

BITTENCOURT, José Neves. **“Mediação, curadoria, museu. Uma introdução em torno de definições, intenções e atores”**. In Cadernos de Diretrizes Museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11091compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11091compilado.htm). Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal de 1946**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 16 out. 2021.

---

<sup>39</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 63.817, de 16 de dezembro de 1968**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63817-16-dezembro-1968-405210-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8112-11-dezembro-1990-322161-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. 2 v. Brasília: CNV.2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume2digital.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. Jusbrasil. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92083/constituicao-da-republica-dos-estados-unidos-do-brasil-34>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Jusbrasil. **Constituição Federal de 1937**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92067/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços. Arquivo Nacional disponibiliza para consulta **documentação sobre povo indígena Krenak**. Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt.br/canais\\_atendimento/imprensa/copy\\_of\\_noticias/arquivo-nacional-disponibiliza-para-consulta-documentacao-sobre-povo-indigena-krenak](https://www.gov.br/arquivonacional/pt.br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/arquivo-nacional-disponibiliza-para-consulta-documentacao-sobre-povo-indigena-krenak). Acesso em: 26 set. 2023.

BRUNO, Cristina. **A Indissolubilidade da pesquisa, ensino extensão nos museus universitários**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 10, n. 10, 11, 1997.

BRUNO, Cristina. **Musealização da Arqueologia**. Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 17, 1999.

BRUNO, Cristina. **Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar**. IN: BRUNO, Cristina. Museologia e comunicação. Lisboa: ULHT, 1996. Cadernos de Sociomuseologia, n. 9. p. 09-38.

CAMARGO, Orson. **"Sociologia no Brasil"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/sociologia-bibliografia.html>. Acesso em: 07 de fev. 2022.

CAMPOS, André. **Treinados pela PM, índios-soldados reprimiam seus pares**. Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2013/06/treinados-pela-pm-indios-soldados-reprimiam-seus-pares/>. Acesso em: 26 set. 2023.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.** Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1, p. 13-37, 1996.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser** 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Adelino Adilson. **Compreendendo as relações do Museu Antropológico da UFG com os seus públicos.** Adelino Adilson de Carvalho. 145 f.: il., 2018.

CASTELLO, José. **Inventário das Sombras.** São Paulo: Record, 1999.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CLIFFORD, James. **Colecionando Arte e Cultura.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo, n. 23, p. 69-89, 1994. Publicado originalmente em 1993.

CLIFFORD, James. **Los Museos como Zonas de Contacto.** In: Id. Itinerarios Transculturales. Barcelona: Gedisa, p. 233-270, 1993.

CORREIA, Karolyn Soledad Saavedra. **Coleção Lagoa Miararré: a busca pela reversibilidade do colonialismo e do abandono a partir do processo de Musealização da Arqueologia.** 2017. Monografia (Bacharelado em Museologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo Imperfeito: Uma etnografia do Arquivo.** Revista Mana, 10(2), p. 287-322, 2004.

DE ALMEIDA, Thays Fregolent; SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da fronteira Oeste.** Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 49, p. 243-287, 2018.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; LIMA, N. C. **Museu Antropológico e Bacharelado em Museologia da UFG: dinâmicas de atuação conjunta e interdisciplinar.** In: MAGALDI, Monique B.; BRITO, Clóvis Carvalho. (Org.). *Museus & Museologia: desafios de um campo interdisciplinar.* 1ed. Brasília: FCI-UnB, v. 1, p. 117-134, 2018.

DUTRA e SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central.** 1. Ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FARIA, Bruno Augusto. **Pra frente Brasil: a desarticulação do modo de vida das populações indígenas e a era do progresso brasileiro.** Pós-Graduação em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais. CELACC/USP, 2019.

FARIA, Luiz Castro. **A Figura Humana na Arte dos Índios Karajá.** Rio de Janeiro: Universidade do Brasil-Museu Nacional, 1959.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** / Boris Fausto. - 12. ed., 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, (Didática, 1), 2006.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado** (tradução de Paula de Siqueira Lopes). Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FOLTRAM, Rochelle. **O Estado militar e as populações indígenas: Reformatório Krenak e Fazenda Guarani**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

GALEAZZI, Marlene Anna. Os monstros da Lagoa Miararré. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=Acary%20de%20Passos%20oliveira&pagfis=182067>. Acesso em: 14 abr. 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., 13..reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 323p., 2008.

GERALDO, Endrica. **A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil**. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), v. 15, p. 171-209, 2009.

GOMES, Ângela Castro. **Olhando para Dentro**. Vol.4., 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios** / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 256p. (Museu, memória e cidadania), 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da perda**. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GROSGOUEL, Ramon. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, 2008.

HEYMANN, Luciana Quillet. In: **“Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller”**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 10, n. 19. P. 41-66, 1997.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Xingu**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>. Acesso em: 14 fev. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Portaria n. 231, de 25/09/69 [cria a Guarda Rural Indígena]**. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/portaria-n-231-de-250969-cria-guarda-rural-indigena>. Acesso em: 26 set. 2023.

LEITÃO, Rosani Moreira. **As bonecas de cerâmica Karajá e a pedagogia das ceramistas mestras: diálogos possíveis entre saberes de tradição oral e saberes baseados na escrita**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia em agosto em Natal/RN, 2014.

LEITÃO, Rosani Moreira, LIMA, Nei Clara; LIMA FILHO, Manuel Ferreira; SILVA, Telma Camargo. **Dossiê Descritivo dos modos de fazer ritxoko** (edição atualizada). Goiânia: UFG MUSEU ANTROPOLÓGICO – UFG / IPHAN, 2011.

LEITAO, Rosani Moreira; ARAÚJO, Gustavo Oliveira; RESENDE, Michelle Nogueira. **Imagens e relatos de um sertão desconhecido: organização e tratamento técnico do acervo de Acary de Passos Oliveira.** (Relatório de pesquisa), 2013.

L'ESTOILE, Benoit; NEIBURG, Federico; SYGAUD, Ligia. **Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa.** In: L'ESTOILE, Benoit de; NEIBURG, Federico; SYGAUD, Ligia. (Org.). Antropologia, império e estados nacionais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 9-37, 2002.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia,** p. 45,46 – Goiânia: Ed. Da UCG, 196 p., 2001.

LIMA, Nei Clara.; LEITÃO, Rosani Moreira. **Bonecas Karajá como patrimônio cultural do Brasil: da pesquisa à salvaguarda.** In: DAMAS. M.V. (Org.). Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania - ciclos de web conferências. 1a.ed. Goiânia: Gráfica da UFG / CIAR UFG, p. 81-96, 2015.

LIMA, Nei Clara. **O museu Antropológico da UFG e a interlocução com povos indígenas.** In.: Questões indígenas e museus: debates e possibilidades / Coordenação Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos, Joana Montero Ortiz. - Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), p. 71-77, 2012.

LIMA, Nei Clara. **Pensando retóricas expositivas no Museu Antropológico da UFG.** In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (Org.). Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas. 1a.ed. Recife: Editora da UFPE, p. 135-145, 2016.

LIMA, Nei Clara. **Percursos da Antropologia em Goiás.** Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 225-231, 2014.

LOURENÇO, Marta C. **Between two worlds: The distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe.** 2005. 406 p. Tese (Doutorado). Epistemology & History of Technology, Conservatoire National des Arts et Métiers, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor **"De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana"**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, Território e Imaginação Espacial: o caso da Fundação Brasil Central** / João Marcelo Ehlert Maia – Rio de Janeiro: Editora FGV, 224p., 2012.

MALINOWSKI, Bronisław. **Os Argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo, Abril Cultural, coleção Os Pensadores, 1978.

MARTINS, Dilamar Candida; TAVEIRA, Edna Luísa de Melo. **Museu Antropológico: uma viagem pelo tempo e no realce da memória de seu percurso.** Goiânia: Gráfica UFG, 124p. 2017.

MELO, Douglas Fabiano. Cavaleiro comendadeira comendador, Notas de estudo de Administração Empresarial. **Docsity**. Disponível em: <https://www.docsity.com/pt/2-cavaleiro-comendadeira-comendador/4849886/>. Acesso em 26 jul. 2021.

MELO, Edna Luísa; BRENDA, Judite Ivanir. **Carta arqueológica – divisão regional para cadastramento de sítios arqueológicos do estado de Goiás**. Goiânia: Gráfica da UFG, 1972.

MENDES, Diego Teixeira; DE OLIVEIRA, Tatyana Beltrão; COSTA, Natália Dutra; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Retomando a primeira coleção arqueológica do Museu Antropológico/UFG; o Sítio Cachoeira (GO-Ca.1) e algumas histórias adormecidas**. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 1, p. 125–150, 2019. DOI: 10.18224/hab.v17i1.7110. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7110>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MORAES-WICHERS, Camila Azevedo. **A formação em Museologia na Universidade Federal de Goiás: trajetória, desafios e devires**. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO, v. 15, p. 213-239, 2022.

MORAES-WICHERS, Camila Azevedo. **Coleções indígenas no Sertão imaginado: experimentações etnográficas e museais para a descolonização dos museus**. In: Bruno Brulon Soares. (Org.). Descolonizando a Museologia - 1. Museus, Ação Comunitária e Descolonização. 1ed.Paris: ICOFOM/ICOM, v. 1, p. 404-419, 2020.

MORAES-WICHERS, Camila Azevedo. **Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas**. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 35–50, 2017. DOI:10.24885/sab.v20i2.543. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/543>. Acesso em: 13 set. 2021.

MORAES-WICHERS, Camila Azevedo. **“Todo mundo ficou com medo desse caco”: práticas de colecionamento e colonialidade na formação da coleção da Lagoa Miararré, Xingu**. In: PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manuel (orgs.). Coleções étnicas e Museologia compartilhada. Goiânia: Imprensa Universitária, p. 67-101, 2019.

NAZARENO, Elias; LIMA, Roberto. **Breve histórico dos cursos de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG)**. Sociedade e Cultura (Online) **JCR**, v. 17, p. 197-207, 2014.

NEIVA, Arthur Hehl. **Getúlio Vargas e o problema da imigração e da colonização**. Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, n.1, ano 3, p. 45-46, 1942.

OLIVEIRA, Acary Passos. **Roncador-Xingu roteiro de uma expedição**. Barra do Garças, Araguaia, 1943 - Rio das Mortes. Xavantina 1944. Goiânia: UFGO, 1976.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Prefácio: uma viagem ao Brasil profundo**. In: Orlando Villas, Cláudio Villas. (Org.). A epopeia da expedição Roncador-Xingu. A marcha para o Oeste. 1ed.: Schwarcz S.A., v. 1, p. 17-27, 2012.

OLIVEN, Ruben Georg. **A Antropologia de grupos urbanos** / Ruben George Oliven. 6. ed. -. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PRIORI, Ângelo. **Violência y Represión contra los movimientos sociales en Brasil, durante la dictadura militar**. In: Dalla Corte, G. Relaciones Sociales y dictadura en América: Barcelona: Publicacions i edicions, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia**. In: Novos Rumos. n° 37, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, p. 84-130, 2010.

RAMOS, Alcida Rita. **O índio hiper-real**. In: Rev. bras. Ci. Soc.v.10n.28. São Paulo-jun.1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp2056165036/rbcs/209-rbcs-28>. Acesso em: 13 set. 2023.

RESTREPO, Eduardo. **Etnografía: alcances, técnicas y éticas** / Eduardo Restrepo; Bogotá: Envió editores, 2016.

ROCHA, Leandro Mendes. **A marcha para o oeste e os índios do xingu**. Série Índios do Brasil, Brasília, v. 2, p. 01, 1992.

SAID, Edward. **O Alcance do Orientalismo. Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente**. (Tradução Rosaura Eichenberg). São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTORO, Ana Cristina Menezes. **Museu Antropológico: a Coleção Orlando Villas Bôas e o sistema de documentação do acervo etnográfico** / Ana Cristina de Menezes Santoro; Organização Dilamar Candida Martins. – Goiânia: Gráfica UFG, 2017.

SANTOS, Zeny Duarte Miranda Magalhães. **Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado**. Salvador, BA. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. 391f., 2.000.

SENA, Custódia Selma. **A categoria Sertão: um exercício de imaginação antropológica**. Sociedade e Cultura, 1(1), pp. 19–28, 2007

SIMONSEN, Iluska; OLIVEIRA, Acary Passos. **Cerâmica da Lagoa Miararré: Notas Prévias**. Goiânia: Ufgo, 67 p., 1976.

SIMONSEN, Iluska; OLIVEIRA, Acary Passos. **Modelos Etnográficos Aplicados à Cerâmica de Miararré**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1980.

SIMONSEN, Iluska; OLIVEIRA, Acary Passos. **Os ídolos Antropomorfos da Lagoa Miararré**. Nheengatu: Cadernos Brasileiros de Arqueologia e Indigenismo, Rio de Janeiro, v. 3-4, n. 1, p.25-40, 1977.

TREVISAN, Ricardo; SOLLÈRO, Júlia; NOGUEIRA, Caroline; MAGALDI, Natália Bomtempo. **Operação Bananal: do domínio territorial ao balneário esquecido de Brasília**, In: XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Brasília, 2014.

TRINIDAD, Carlos Benítez. **A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar**. Anuário Antropológico[Online], v.43, n.1, p.257-284, 2018.Doi: <https://doi.org/10.4000/aa.2986>. Acesso em: 13 set. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT) / Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro... [et al.]. 4. ed. - São Paulo: ÁGUIA, 75 p.: il. - (Cadernos de estudos; 9), 2020.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Memórias – 40 anos do Museu Antropológico da UFG**. Série Documentos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Número 5. Goiânia, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Regimento Interno do Museu Antropológico**. Resolução – ECU nº 002/87. Goiânia, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. **Regimento Interno do Museu Antropológico da UFG**. CONSUNI nº 43/2017. Goiânia, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. **Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais**. Disponível em: <https://ppgas.fcs.ufg.br/p/6580-neap>. Acesso em: 24 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. **Apresentação**. Disponível em: <https://ppgas.fcs.ufg.br/p/2110-apresentacao>. Acesso em 20 out. 2023.

VASCONCELLOS, Camilo Mello. **Museus antropológicos na contemporaneidade: perfil, perspectivas e novos desafios**. (Apresentação de Trabalho/Seminário), 2010.

VILLAS BÔAS, Orlando. **história e causas** / Orlando Villas Bôas. - São Paulo: FTD, 2005.

VILLAS BÔAS, Orlando. **A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu** / Orlando Villas Bôas, Cláudio Villas Bôas – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando(org.). **Orlando Villas Bôas: expedições, reflexões e registros**. 1. Ed. São Paulo: Metalivros, V.1. 178p, 2006.

WOLF, Eric R. **“They divide an subdivide and call it Anthopology”**. New York Times, Ideas an trends section, p. e9, 30. november.,1980.

## APÊNDICE

Uma possível cronologia

Cronologia resumida<sup>40</sup>

### **1907**

- nasce Acary de Passos Oliveira, em 17 de fevereiro, na cidade do Rio de Janeiro.

### **1925 - 1930**

- terminou o curso primário no Grupo Escolar Modêlo, na cidade de Goiás;
- fez o curso secundário no Lyceu Goiano, na cidade de Goiás;
- serviu no Exército Nacional como 2<sup>o</sup> Tenente (R-2).

### **1931 – 1933**

- cursou a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, sendo diplomado como 2<sup>o</sup> Comissário;
- exerceu suas atividades na Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro.

### **1932**

- comandou, como oficial do Exército, uma unidade de infantaria durante a Revolução Constitucional do Estado de São Paulo.

### **1934**

- chefe de gabinete do chefe de polícia do estado de Goiás;
- nomeado delegado especial;
- se torna chefe do Serviço Central do pessoal;
- faz estágio na Escola de polícia do Estado de São Paulo;
- se torna chefe de Gabinete do secretário da Fazenda;
- se torna assessor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica.

---

<sup>40</sup> Parte das informações referentes aos anos entre 1925 e 1962 fazem parte de um currículo (Anexo III) enviado à mim pela Diretora de Administração de Pessoas (DAP/PROPESSOAS/UFG) Wilma Maria Gonçalves dos Santos.

### **1935**

- se matricula no curso de Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade de Direito de Goiaz.

### **1938**

- nomeado delegado do IAPI no estado de Goiás;
- nomeado por Vargas, para exercer em comissão o cargo de presidente da Comissão de Salário-Mínimo da 19ª Região, Estado de Goiás;
- é agraciado com a faixa acadêmica do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo.

### **1940**

- obtém grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais;
- é colocado à disposição da Presidência da República com a missão de organizar a viagem de Getúlio Vargas, à Ilha do Bananal;
- em maio é convidado e participa como delegado do I.A.P.I;
- é reconduzido por Getúlio Vargas como presidente da Comissão de Salário-Mínimo da 19ª Região e;
- como presidente da Comissão do Salário-Mínimo da inauguração da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Estado de Goiás.

### **1941**

- nomeado presidente da Comissão Executiva, na capital do Estado de Goiás;
- nomeado delegado pela Comissão Executiva do " Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social " a realizar-se na Capital do Estado de São Paulo.

### **1943**

- adido ao Gabinete Militar de Vargas para integrar a Expedição Roncador- Xingu nas funções de chefe do pessoal, segurança e transporte.

### **1948**

- nomeado representante da Agência nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

## **1950**

- se torna presidente da Mesa Apuradora das eleições no Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado de Goiás.

## **1951**

- é nomeado Diretor do Tiro de Guerra de Goiânia.

## **1957 – 1965**

- participa da construção de Brasília, onde permaneceu até julho de 1965, data em que se aposentou do serviço público com 40 anos averbados em seus assentamentos.

## **1960**

- é colocado à disposição do Gabinete Civil da Presidência da República - assistente do presidente da Fundação Brasil Central. Participou ativamente na " Operação Bananal.

## **1962**

- ainda à disposição do Gabinete Civil da Presidência da República como elemento de ligação entre o referido Gabinete e o Parque Nacional do Xingu;

- designado pelo Administrador Geral do mencionado Parque, Orlando Villas Bôas, como seu substituto eventual e chefe do escritório em Brasília;

- agraciado com o “Diploma e medalha Sylvio Romero” pelo Prefeito do Distrito Federal;

- agraciado com o “Diploma e Medalha Roberto Cochrane Simonsen” pela Federação Nacional da Indústria.

## **1969**

- entre fevereiro e março participa da expedição Cinta-Larga;

- ano de ingresso na UFG, indo trabalhar no ICHL, instituto que estava responsável para a montagem do Museu Antropológico;

- ingressa na direção do Museu Antropológico, mas não de forma oficial, fato que acontecerá somente em 1978;

- em julho fez uma visita aos povos indígenas do Parque Indígena do Xingu;

- após a visita ao parque Indígena do Xingu visitou várias aldeias indígenas na Ilha do Bananal.

## **1970**

- 13 a 21 de março - viaja à Ilha do Bananal, Posto Indígena Getúlio Vargas, na Etnia Karajá para a coleta de material etnográfico para a coleção do MA;
- 12 a 22 junho – viaja às aldeias dos indígenas Apinajé, Krahô e Xerente para a aquisição de objetos indígenas para o acervo do MA;
- 11 a 20 de julho – viaja ao Parque Nacional do Araguaia, Ilha do Bananal, Karajá, para a aquisição de objetos indígenas.

## **1971**

- 04 a 19 de maio – viaja ao Parque Nacional do Xingu para recolher informações sobre cerâmicas encontradas na lagoa Miararré;
- 15 setembro – fez uma doação de 5 peças dos indígenas Karajá ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica;
- 27 a 30 setembro – viaja ao garimpo do Pau Ferrado, fazenda Buriti Alto, município de Jaupaci/Go – viaja feita para verificar e coletar a existência de peças paleontológicas no garimpo;
- 04 de outubro – viaja ao garimpo do Pau Ferrado, fazenda Buriti Alto, município de Jaupaci/Go, para a coleta de materiais paleontológicos;
- 16 e 17 outubro – viaja ao município de Mara Rosa para identificar possíveis sítios arqueológicos e inscrições rupestres.

## **1972**

- 23 de abril - é empossado junto de outras pessoas no Conselho Estadual de Cultura;
- 26 de maio - recebe a medalha da Ordem “Marechal Rondon” pela defesa dos indígenas, concedida pela Sociedade Geográfica Brasileira;
- 20 a 29 agosto – viaja à Ilha do Bananal, Santa Isabel do Morro para aquisição de peças para o acervo do MA;
- 03 de setembro - toma posse como tesoureiro da Arcádia Goiana de Cultura;
- 19 setembro a 02 outubro – viaja à lagoa Miararré e para a coleta de material etnográfico de diversas etnias (Txicão; Yawalapiti; Trumai Mehinaku);
- 15 a 21 novembro – viaja às aldeias dos Bororo e Xavante para documentação e coleta de material etnográfico;
- 05 e 06 dezembro – viaja ao município de Orizona para coleta de superfície no Sítio Cachoeira.

### **1973**

- 02 a 12 fevereiro – viaja para Belém/PA para contatos profissionais com o antropólogo Eduardo Enéas Galvão e o arqueólogo Mário Ferreira Simões;
- na mesma viagem também visita a museus e aquisição de peças indígenas para comporem o acervo do MA;
- em fevereiro é agraciado com a “Medalha Cultural Pedro I” pelo Conselho Estadual de Cultura do estado do Pará;
- 13 março - faz a doação de 06 peças das etnias Karajá; Xinguano, Xerente e Krahô à Universidad de La Plata/Argentina;
- 26 junho – viaja à Gruta do Congoné, no município de Itaberaí para coleta/prospecção de superfície;
- 02 a 15 julho – viaja para Magé/RJ. Foi como convidado a uma coleta/escavação/pesquisa de superfície;
- 19 a 27 agosto – viaja ao Posto Indígena Getúlio Vargas e Fontoura, Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal, para compra de peças indígenas etnográficas.

### **1974**

- 26 maio a 04 junho – viaja às aldeias Kreen-Akarore; Txukahamãe; Juruna, Suyáe e Kayabi, no Parque Nacional do Xingu para compra e recebimento de peças para o acervo do MA;
- em outubro é eleito vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura.

### **1975**

- 04 a 06 abril – viaja para uma pesquisa arqueológica à Serra da Portaria, município de Paraúna para recolher informações sobre a cidade de pedra, a grande muralha e as pirâmides;
- 19 a 30 abril – realiza a primeira viagem ao município de Niquelândia para pesquisa de campo e laboratório de sítios arqueológicos;
- 19 a 22 maio – faz uma segunda viagem à de Niquelândia. Dessas duas viagens a essa região resultou no projeto Anhanguera de Arqueologia de Goiás;
- 01 julho – fez uma doação de 71 peças líticas coletadas no território de Niquelândia ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo – USP;
- 14 e 15 agosto – viaja para uma prospecção arqueológica na cidade de Paraúna/Go;
- 28 agosto a 04 setembro – viaja aos municípios de Dianópolis/Go e Ponte Alta do Bom Jesus/Go para coleta de superfície e receber doações de peças para comporem o acervo do MA;

- 01 a 17 outubro – viaja para pesquisa de campo no município de Formosa/Go para visitas à sítios arqueológicos;
- 06 outubro – fez uma doação de 31 peças de material lítico ao Museu Zoroastro Artiaga, de Goiânia/Go.

### **1976**

- ano que se inicia o Projeto Bacia do Paranã;
- lançamento do livro “Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição, Aragarças- Xavantina (1943-1944)”. Goiânia – Editora UFG, 1976;
- 26 a 31 julho – faz a primeira viagem para pesquisa arqueológica à Lagoa Miarraré no Parque Nacional do Xingu;
- 20 a 29 setembro – segunda viagem à Lagoa Miarraré, no Parque Nacional do Xingu;
- 12 outubro – viaja para atividade de campo e pesquisa arqueológica no município de Cristalândia.

### **1977**

- oferece à UFG a venda da sua coleção particular, resultado de várias décadas de trabalho como sertanista/indigenista, um conjunto de 1.250 peças;
- 05 e 06 janeiro – viaja ao município de Mozarlândia/Go para pesquisas visando o tombamento de um “Forte em ruínas”.

### **1978**

- é lançado o livro “Exposições de Antropologia” – Ed. UFG, 1978–74 p.;
- torna-se diretor oficial do Museu Antropológico.

### **1979**

- recebe o montante pela venda da sua coleção particular (anexo V).

### **1980**

- lançamento do livro “Modelos Etnográficos aplicados à Lagoa Miarraré” – Editora da UFG - 114p. – 1980;
- 27 junho a 04 agosto – viaja à vários municípios para pesquisas de campo referente à 4ª etapa do projeto Bacia do Paranã;

- em novembro recebe a medalha de honra ao mérito e diploma de Membro Correspondente da Academia Paulistana de História;
- em novembro tem o nome aprovado como sócio benemérito do Instituto Superior de Cultura Brasileira, sediado na cidade do Rio de Janeiro.

### **1981**

- 06 de junho a 15 setembro – viaja à vários municípios para pesquisas de campo referentes à 5ª etapa do projeto Bacia do Paranã.

### **1982**

- 26 de abril - sai da UFG e conseqüentemente da direção do Museu Antropológico;
- se aposenta.

### **1983**

- 01 de março - foi admitido na Universidade Católica de Goiás (hoje PUC Goiás);
- publica o livro “Palestras e debates sobre o Índio Brasileiro” - Ed. UFG – 91p. – 1983.

### **1985**

- 01 de março - tem um novo enquadramento funcional na UCG, passando a atuar como Auxiliar de ensino;
- 01 de setembro - há um reenquadramento funcional, passando para Auxiliar-I.

### **1987**

- lançamento do livro “Conhecendo o Índio” - Acary de Passos Oliveira, Lêda T. Costa Bandeira e Maria Cira J. Meireles D. Sousa – Goiânia: ed. UCG, 1987 – 112p.

### **1988**

- 31 de maio - recebe o título de Doutor Honoris Causa pelo pela PUC Goiás.

### **1992**

- 04 de novembro - tem o nome aprovado pela comissão da Assembleia Legislativa do estado de Goiás para receber o título de Cidadão Goiano;
- 17 de dezembro - é publicado no Diário Oficial do Estado a concessão do Título Honorífico de Cidadão Goiano.

**1993**

- 05 de maio - homenageado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por sua participação na Marcha para o Oeste;
- 19 de maio - recebeu sua última homenagem em vida pela Escola Americana de Brasília;
- 23 de maio: falece Acary de Passos Oliveira.

ANEXO I

Goiânia, 31 de Julho de 1972.

72  
07812  
RECEBIDO

Magnífico Reitor.

Tendo em vista a realização do VII Congresso Indigenista Interamericano, em Brasília, de 07 a 12 de Agosto próximo, para o qual fomos convidados pelo Snr. General Oscar Jeronymo Bandeira de Melo, Presidente da Fundação Nacional do Índio e da Comissão Organizadora/ do mencionado Congresso, em ofício nº 255/PRES, de 12 do mês corrente, solicitamos de Vossa Magnificência a autorização e recursos financeiros, para comparecermos / àquele conclave, como representante do Museu Antropológico desta Universidade, do qual somos coordenador.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V Magnificência os nossos protestos de respeito, estima/ e elevada consideração.



Acary de Passos Oliveira  
Coord. do M.A.

Exmº Snr.  
Prof. Farnese Dias Maciel Neto  
Magnífico Reitor da UFGO.  
N e s t a

ANEXO II



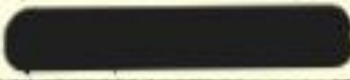
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

GOIÂNIA — GOIÁS

DECLARAÇÃO

DECLARO, a pedido do Prof. AGARY DE PASSOS OLIVEIRA, Diretor do Museu Antropológico da UFG, que a monografia "Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas", foi entregue a publicação em Setembro de 1974 e editada em Janeiro de 1975.

Goânia, 28 de Junho de 1976

  
Baripedes Antônio da Silva  
Diretor da Imprensa

### ANEXO III

ACARY DE PASSOS OLIVEIRA

" CURRICULUM VITAE "

- Até 1925 - Estudante. Curso primário no Grupo Escolar Modelo; secundario, Lyceu Goiano, ambos na Cidade de Goiás.
- 1925 - 1930 - Servindo no Exército Nacional - 2º Tenente R-2, arma de Infantaria quando solicitou reforma.
- 1931 - 1933 - Cursando Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro. Diploma de 2º Comissário - Regs. 206, Fls. 47v - Caderneta Matrícula da Capitania de Portos do Rio de Janeiro. Exerceu suas atividades na Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.
- 1932 - Como oficial do Exército no Comando de uma Unidade de Infantaria - Revolução Constitucional do Estado de São Paulo.
- 1934 - Funcionário Público do Estado de Goiás: Chefe de Gabinete do Chefe de Policia, Delegado Especial várias vezes, Chefe do Serviço Central do Pessoal, Estagiário na Escola de Policia do Estado de S. Paulo, Chefe de Gabinete do Secretario da Fazenda, Assessor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica e muitos outros.
- 1935 - Matrícula na Escola de Direito de Goiás, tendo colado grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais aos 7 de Dezembro de 1940. Diploma registrado na Divisão do Ensino Superior - Departamento Nacional da Educação às fls. 465 do IP "A"; Registrado no Supremo Tribunal Federal às fls. 177 do 1º nº 32 de 040146.
- 1938 - Nomeado Delegado do I.A.P.I. no Estado de Goiás, autarquia onde permaneceu até sua aposentadoria, como procurador, em Julho de 1965.
- Nomeado por sua Excelência o Senhor Presidente da Republica, para exercer em comissão o cargo de Presidente da Comissão de Salário Mínimo da 19ª. Região, Estado de Goiás - Proc.MTIC nº 10.352/38.
- Agraciado com a faixa acadêmica do Centro Academico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo. Reconhecimento re-

- 1940 - À disposição da Presidência da República com a missão de organizar a viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente à Ilha do Bananal o que se efetuou no ano seguinte.  
Reconduzido por Sua Excelência o Senhor Presidente da República como Presidente da Comissão de Salário Mínimo da 19a. Região.
- 1941 - P/ Portaria nº 186/ 41 do Diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), nomeado para Presidente da Comissão Executiva, na Capital do Estado de Goiás, constituída para dirigir os concursos organizados para o provimento de cargos dos Institutos de Previdência Social, do M.T.I.C.  
Nomeado pela Comissão Executiva do " Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social " a realizar-se na Capital do Estado de S.Paulo, seu Delegado, após aprovação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. A tese apresentada foi aprovada por unanimidade.
- 1943 - Adido ao Gabinete Militar de Sua Excelência o Senhor Presidente da República para integrar a Expedição Roncador-Xingu, organizada pela Coordenação da Mobilização Econômica, nas funções de Chefe do Pessoal, Segurança e Transporte.
- 1948 - Representante da Agência Nacional do Ministerio da Justiça e Negócios Interiores. Port. 54/48.
- 1950 - Presidente da Mesa Apuradora das Eleições no Sindicato dos Empregados do Comércio do Estado de Goiás. Port. PRT 1/50.
- 1951 - Nomeado Diretor do Tiro de Guerra de Goiânia - Of.298-IE 51 Inspetoria de Tiros da 4a. R.M. - 4a. D.I. Quartel General Regional.
- 1957 - À serviço na Comissão de Construção de Brasília onde permaneceu até Julho de 1965, data em que se aposentou do serviço público com 40 anos averbados em seus assentamentos.

1960 - À disposição do Gabinete Civil da Presidência da República - assistente do Presidente da Fundação Brasil Central. Participou ativamente na " Operação Bananal " .

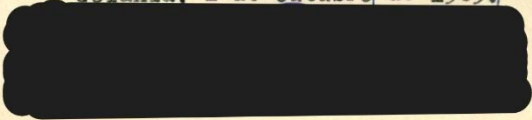
1962 - Ainda à disposição do Gabinete Civil da Presidência da República como elemento de ligação entre o referido Gabinete e o Parque Nacional do Xingu.

Designado pelo Administrador Geral do mencionado Parque, Sr. Orlando Villas Bôas, como seu substituto eventual e Chefe do Escritório em Brasília.

Agraciado com " Diploma e Medalha Sylvio Romero " criada pela Resolução nº 25/57, pelo Senhor Prefeito do Distrito Federal.

Agraciado com " Diploma e Medalha Roberto Cochrane Simonsen ", pela Federação Nacional da Indústria.

Goiânia, 2 de Outubro de 1969.



ANEXO IV

Exa<sup>o</sup>. Sr.  
Prof. Paulo de Bastos Perillo  
Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás  
N E S T A.

Goiania, 14 de novembro de 1977.

Magnífico Senhor Reitor.

Em atendimento ao nosso encontro pessoal, tenho a honra de me dirigir a V. Magnificência, para oferecer, a venda, minha coleção particular de Etnografia Indígena, constituída de 1.200 (Uma mil e duzentas) peças, coletadas durante três décadas, exclusivamente por mim, entre tribos indígenas sediadas no Centro-Oeste brasileiro.

A pesar de suspeito por ser propriedade particular, permita-me esclarecer que 40% (quarenta por cento) do acervo não poderá ser substituído vez que os artefatos desapareceram não deixando sucessores, pelo simples fato da aproximação com os civilizados, mais intensamente, nestes últimos 20 (vinte) anos, que introduziram manufaturados substituindo a beleza da cultura primitiva dos nossos aborígenes, na confecção de suas armas e utensílios.

A coleção oferecida é constituída de: armas e instrumentos de trabalho, arte, cerâmica, cestaria, instrumentos musicais e de comunicações, objetos de uso cerimonial, plumária e adorno pessoal, tralha doméstica, trançaria, objetos não classificados, pinturas e desenhos.

O preço pedido é de Cr\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil cruzeiros). Se levarem em conta a existência de duas dezenas de máscaras e flautas sagradas, bem como de outras peças especiais de difícil aquisição, vez que são destruídas pelo fogo, logo após serem usadas em cerimoniais especiais, como se termina o ritual.

Se adquirida a coleção, a Universidade Federal de Goiás será a quinta instituição brasileira a contar com excelen-

RECEBIDO  
16/11/77  
Nº 012519  
DEPT. DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA


te acervo comprovante de uma cultura primitiva em fase de total  
instigação e se colocará ao lado das quatro existentes: Museu Na-  
cional do Rio de Janeiro, Museu Paulista de São Paulo, Museu do  
Índio, também no Rio de Janeiro e Museu Goeldi do Pará.

Todas as peças poderão ser vistas e examinadas a  
qualquer momento que se desejar.

Certo de que V. Magnificência encaminhará aos con-  
selhos julgadores a presente solicitação, aproveito a oportuni-  
dade para apresentar a V. Magnificência os meus protestos de  
respeito, estima e consideração.

Anexo:

Oito fotografias do material oferecido.

  
Prof. Acary de Passos Oliveira.

ANEXO V

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		NOTA DE EMPENHO	NUMERO	EXERCICIO	1.ª VIA	
			3328	1978		
MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS				CÓDIGO		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA INTERNA REITORIA - MUSEU				CÓDIGO		
PEDIDO		PROCESSO N.º 015471/78		C. G. C. 01.567.601/0001-42		
<input type="checkbox"/> CONSULTA		<input type="checkbox"/> CONVITE		<input type="checkbox"/> TOMADA DE PREÇOS		
				<input type="checkbox"/> CONCORRÊNCIA		
A UNIVERSIDADE só se responsabilizará por MATERIAL entregue na DIVISÃO DO MATERIAL E PATRIMÔNIO						
<b>CREADOR:</b>						
C. G. C. ou C. P. F.: 002593151-04						
Razão Social: ACARY DE PASSOS OLIVEIRA						
Endereço: Diretor do Museu/UPG						
Cidade: Goiânia Estado: Goiás						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	QUANTIDADE	P R E Ç O	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	Aquisição de uma Coleção de Etnografia Indígena, constituída de 1.200 (um mil e duzentas) peças, coletadas durante três expedições entre diversas tribos do Centro-Oeste Brasileiros. ....					1.200,00
SALDO ANTERIOR		SALDO ATUAL		TOTAL DO EMPENHO		
1.200.000,00		0,00		1.200.000,00		
PROG - SUB.	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA		DATA		
0864,021	2.018,000	4.3.4.0.02		21.12.78		
<b>FONTE DE RECURSOS</b>						
<input checked="" type="checkbox"/> ORÇAMENTÁRIO		<input type="checkbox"/> EXTRAORDINÁRIO		<input type="checkbox"/> ESPECIAL		<input checked="" type="checkbox"/> AUXÍLIO DAU/MEC
						<input type="checkbox"/> CONVÊNIO
ESPÉCIE DO EMPENHO:						
		<input checked="" type="checkbox"/> ORDINÁRIO		<input type="checkbox"/> ESTIMATIVO		<input type="checkbox"/> GLOBAL
O Crédito disponível foi atualizado de acordo com discriminação deste documento.						

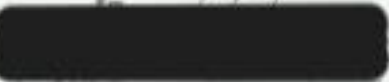
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Assumo total responsabilidade pela guarda e conservação do (s) bem (s) constante(s) desta NOTA DE EMPENHO.

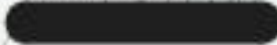
Registrado (s), respectivamente, sob .....

N.º(s)

037461



ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



## ANEXO VI



### CONSELHO ESTADUAL DE HORARIAS E MÉRITO RELATÓRIO DE HONRARIAS CONCEDIDAS

#### ORDEM DO IPIRANGA

##### CAVALEIRO

Nº	Outorgados
1	ACARY DE PASSOS OLIVEIRA
2	ADEMAR FERREIRA DA SILVA
3	AIBAL FRANCO
4	ALEXANDRE WELTER
5	ALVARO DO AMARAL
6	ANDRE BRASIL ESTEVES
7	ANIBAL FERNANDES
8	ANÍSIO BERALDO
9	ANSELMO DUARTE BENTO
10	ANTONIO TENORIO DA SILVA
11	ARLETTE PINHEIRO MONTEIRO TORRES (FERNANDA MONTENEGRO)
12	CAROLINA DEMARTINI ALBUQUERQUE
13	CAUBY PEIXOTO BARROS
14	CESAR AUGUSTO CIELO
15	CLAUDIO VILLAS BOAS
16	DANIEL DE FARIAS DIAS
17	DIRCEU JOSE PINTO
18	EDER JOFRE
19	EDSON ARANTES DO NASCIMENTO (PELÉ)
20	ELIAS TADEU BATISTA
21	ELISA EDAN
22	EMERSON FITTIPALDI
23	FRANCISCO BRASILEIRO
24	FRANCISCO COLMAN
25	FRANS KRAJCBERG
26	GUSTAVO ROLÓN
27	HAKUO YASSUNAGA
28	HATSUHIRO OKAMURA
29	HELIA ROGERIO DE SOUZA PINTO
30	HELIO ABRANTES VIOTTI
31	HERMANO RIBEIRO DA SILVA "POST-MORTEM"
32	JOÃO SALVADOR PERES
33	JOSE DE CASTRO
34	JOSÉ JOÃO DA SILVA
35	JOSÉ PERES
36	LARRY E. MEHAU
37	LARS SIGURD BJORKSTROM
38	LISETTA LEVI
39	LYGIA FAGUNDES TELLES
40	MAKOTO TSUBOTA
41	MARIANNE STEINBRECHER
42	MARIO SAVELLI
43	MAURREN HIGA MAGGI
44	MICHEL ABUJAMARA
45	MINORU HIRANO
46	MITUTO MIZUMOTO

## ANEXO VII

Acervo  
ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. 13 0000 42

PORTARIA Nº 231/69 DE 25 DE SETEMBRO DE 1969

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, instituída pela Lei nº 5.371, de 05.12.67, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VI, dos Estatutos aprovados pelo Decreto nº 62.196, de 31.01.68 e alterado pelo Decreto nº 64.447, de.... 02.05.1969;

### R E S O L V E :

Art. 1º - Criar a GUARDA RURAL INDÍGENA (GRIN), com a missão de executar o policiamento extensivo das áreas reservadas aos silvícolas, tendo em vista:

- a) Impedir a invasão de suas terras, sob qualquer pretexto, por parte de civilizados;
- b) Impedir o ingresso de pessoas não autorizadas nas comunidades tribais, cuja presença venha contrariar as diretrizes da política indigenista traçadas pela FUNAI;
- c) Manter a ordem interna e assegurar a tranquilidade nos aldeamentos, através de medidas preventivas e repressivas;
- d) Preservar os Recursos Naturais Renováveis existentes nas áreas indígenas, orientando os silvícolas na sua exploração racional visando rendimentos permanentes;
- e) Impedir derrubadas, queimadas, explorações florestais, caça e pesca, por parte de pessoas não autorizadas pela FUNAI;
- f) Impedir as derrubadas, as queimadas, a caça e pesca criminosas praticadas pelos índios contra o patrimônio indígena;
- g) Impedir a venda, o tráfico e o uso de bebidas alcoólicas, salvo nos Hotéis destinados aos turistas;

- h) Impedir o porte de armas de fogo por pessoas não autorizadas legalmente;
- 1) Impedir que os silvícolas abandonem as suas áreas, com o objetivo de praticar assaltos e pilhagens nas povoações e propriedades rurais próximas dos aldeamentos.

Art. 2º - O treinamento da GRIN fica a cargo do Chefe da Ajudância Minas/Bahia, na sua área, podendo o estágio prático ser realizado em qualquer área da FUNAI.

Art. 3º - A GRIN será composta exclusivamente de índios, e feito o seu recrutamento pelo Ajudante tanto nas comunidades indígenas como entre índios aculturados.

Art. 4º - Fica aprovado o Plano de Fardamento proposto pelo Ajudante, conforme projetos apresentados à Presidência, que será publicado oportunamente no B.A.

Art. 5º - Para o Comando dos Grupamentos do GRIN poderá o Ajudante solicitar o apoio das Polícias Militares Estaduais, mediante requerimento aos Comandantes Gerais daquelas Unidades.

Art. 6º - Os Guardas Rurais Indígenas, durante o período de treinamento e estágio prático, receberão, além do fardamento, armamento e munição, uma etapa para alimentação suficiente para atender às suas necessidades individuais e de seus familiares que vivem às suas expensas na sua comunidade indígena de origem.

Art. 7º - Concluída a fase de treinamento, os Guardas Rurais Indígenas aprovados receberão fardamento, armamento, munições e uma ajuda financeira mensal correspondente a um salário mínimo regional.

Art. 8º - O Chefe da Ajudância Minas/Bahia será o Comandante da Guarda Rural Indígena, ficando a seu cargo a implantação das medidas de segurança necessárias aos territórios e às comunidades indígenas, bem como fazer cumprir o disposto na presente portaria.

Art. 9º - O Chefe da Ajudância Minas/Bahia submeterá à Presidência o projeto de regimento disciplinar interno da GRIN, para apreciação e aprovação.

Art.10º - A Guarda Rural Indígena, como órgão responsável pela segurança e bem estar da população silvícola, dada a sua elevada responsabilidade, fica subordinada diretamente à Presidência.

Art.11º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

ass. JOSÉ DE QUEIRÓS CAMPOS  
PRESIDENTE

PUBLICADO NO  
BA - FNI nº 36  
de 30/9/69

## ANEXO VIII

### Galeria de Diretores(as) desde a fundação do MA/UFG até os dias atuais

**1969 a 1982** - O Sertanista e Indigenista Acary de Passos Oliveira foi o primeiro a ocupar este cargo. Em 1978 o cargo de diretor do Museu Antropológico é oficializado no Diário Oficial da União.

**1983 a 1993** – A direção do Museu foi ocupada por uma etnóloga e museóloga: a Profa. Ms. Edna Luísa de Melo Taveira.

**1994** – O Museu Antropológico teve como diretora pró-têmpore uma museóloga: a Profa. Judite Ivanir Breda.

**1995 a 1997** – a direção do Museu foi ocupada por uma etnóloga e museóloga: a Profa. Ms. Edna Luísa de Melo Taveira.

**1998 a 2001** – a responsabilidade do Órgão ficou a cargo de um antropólogo: o Prof. Ms. Marco Antônio Lazarin.

**2002 a 2005** – na Gestão 2002/2005 – UFG, a direção do Museu Antropológico passou a ser exercida por uma arqueóloga: a Profa. Dra. Dilamar Candida Martins.

**2006 a 2013** - a direção do Museu Antropológico foi ocupada por uma antropóloga: a Profa. Dra. Nei Clara de Lima.

**2014 a 2017** – a direção do Museu Antropológico foi exercida pela arqueóloga, Profa. Dra. Dilamar Candida Martins.

**2018 até os dias atuais** – a direção do Museu Antropológico é exercida pelo Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho e pela primeira vez na história do Museu Antropológico temos alguém na vice direção, primeiramente ocupada pelo arqueólogo e Técnico-Administrativo Diego Teixeira Mendes e atualmente exercida pela Museóloga e Técnica-Administrativa Rossana Klippel de Souza José.